

# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII

FLORIANÓPOLIS, 5 DE JUNHO DE 2013

NÚMERO 6.554

## MESA

Joares Ponticelli  
**PRESIDENTE**

Romildo Titon  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Pe. Pedro Baldissera  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Kennedy Nunes  
**1º SECRETÁRIO**

Nilson Gonçalves  
**2º SECRETÁRIO**

Manoel Mota  
**3º SECRETÁRIO**

Jailson Lima  
**4º SECRETÁRIO**

## LIDERANÇA DO GOVERNO

Aldo Schneider

## PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

### PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Valmir Comin

### PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Carlos Chiodini

### PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Darci de Matos

### PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Ana Paula Lima

### PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Dóia Guglielmi

### DEMOCRATAS

Líder: Narcizo Parisotto

### PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Líder: Angela Albino

### PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Altair Guidi

### PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
José Nei A. Ascarí  
Jean Kuhlmann  
Ana Paula Lima  
Dirceu Dresch  
Serafim Venzon  
Narcizo Parisotto  
Aldo Schneider

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente  
Carlos Chiodini - Vice-Presidente  
Volnei Morastoni  
Darci de Matos  
Aldo Schneider  
Marcos Vieira  
Sargento Amauri Soares

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente  
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente  
Edison Andrino  
Moacir Sopelsa  
Reno Caramori  
Dóia Guglielmi  
Sargento Amauri Soares

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Marcos Vieira - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
Ciro Roza  
Dirceu Dresch  
Aldo Schneider  
Mauro de Nadal  
Angela Albino

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascarí - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Altair Guidi  
Luciane Carminatti  
Dirce Heiderscheidt  
Antonio Aguiar  
Serafim Venzon

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Altair Guidi - Presidente  
Neodi Saretta - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
Aldo Schneider  
Edison Andrino  
Dado Cherem  
Maurício Eskudlark

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Angela Albino  
Valmir Comin  
Neodi Saretta  
Luciane Carminatti  
Aldo Schneider  
Antonio Aguiar  
Marcos Vieira

### COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
José Nei A. Ascarí  
Dirceu Dresch  
Narcizo Parisotto  
Mauro de Nadal  
Dóia Guglielmi

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente  
Angela Albino - Vice-Presidente  
Gelson Merisio  
Dirceu Dresch  
Carlos Chiodini  
Moacir Sopelsa  
Dado Cherem

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente  
Altair Guidi - Vice-Presidente  
Ciro Roza  
Valmir Comin  
Dirce Heiderscheidt  
Edison Andrino  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente  
Jorge Teixeira  
Gelson Merisio  
Valmir Comin  
Luciane Carminatti  
Volnei Morastoni  
Moacir Sopelsa  
Antonio Aguiar  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente  
Angela Albino - Vice-Presidente  
Jorge Teixeira  
Dirce Heiderscheidt  
Antonio Aguiar  
Gilmar Knaesel  
José Milton Scheffer

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente  
Carlos Chiodini - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Reno Caramori  
Ana Paula Lima  
Antonio Aguiar  
Marcos Vieira

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
Ismael dos Santos  
Sargento Amauri Soares  
Carlos Chiodini  
Dado Cherem

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente  
Jean Kuhlmann - Vice-Presidente  
Reno Caramori  
Volnei Morastoni  
Edison Andrino  
Dirce Heiderscheidt  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente  
Antonio Aguiar - Vice-Presidente  
José Milton Scheffer  
Sargento Amauri Soares  
Jorge Teixeira  
Mauro de Nadal  
Serafim Venzon

### COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente  
Aldo Schneider - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
Volnei Morastoni  
Mauro de Nadal  
Altair Guidi  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente  
Ismael dos Santos - Vice-Presidente  
Ana Paula Lima  
Dirce Heiderscheidt  
Carlos Chiodini  
Valmir Comin  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente  
Ana Paula Lima - Vice-Presidente  
Antonio Aguiar  
Dado Cherem  
Reno Caramori  
Gelson Merisio  
Sargento Amauri Soares

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora em exercício: Nadia Regina Pereira</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 44 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 017ª Sessão Especial realizada em 13/05/2013.....2 Ata da 018ª Sessão Especial realizada em 15/05/2013.....6 Ata da 038ª Sessão Ordinária realizada em 21/05/2013.....12</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Ofícios .....27 Portarias.....28 Projetos de Lei .....31 Projetos de Resolução .....42 Resolução .....44</p>
--	--	---

## P L E N Á R I O

# ATA DA 017ª SESSÃO ESPECIAL

## DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2013

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

### 178 ANOS DA POLÍCIA MILITAR

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido os senhores deputados Sargento Amauri Soares, Kennedy Nunes e Manoel Mota para recepcionarem as autoridades que comporão a mesa principal;

Convido o excelentíssimo senhor secretário da Segurança Pública de Santa Catarina, César Augusto Grubba, neste ato representando o excelentíssimo senhor governador Raimundo Colombo;

(Palmas)

Convido o ex-integrante deste Parlamento, excelentíssimo prefeito de Florianópolis, Cesar Souza Júnior;

(Palmas)

Convido o comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina, coronel Nazareno Marcineiro;

(Palmas)

Convido o excelentíssimo senhor procurador-geral de Justiça do estado de Santa Catarina, Lio Marcos Marin;

(Palmas)

Convido o senhor comandante da Base Aérea de Florianópolis, coronel aviador Claus Kilian Hardt;

(Palmas)

Convido o senhor coronel Bombeiro Militar Inácio Tarcísio Kugik, neste ato representando o comandante-geral do Corpo de Bombeiros, coronel Marcos de Oliveira;

(Palmas)

Ilustríssimo chefe da 16ª Circunscrição de Serviço Militar, tenente-coronel Vitor de Souza Cavalcanti;

(Palmas)

Ilustríssima senhora primeiro-tenente Andressa Braun, neste ato representando o capitão dos Portos de Santa Catarina, senhor capitão de Mar e Guerra, Hilbert Strauss;

(Palmas)

Neste momento, teremos a interpretação do Hino Nacional pelo barítono Giovani Cascaes Pacheco acompanhado do tecladista Samuel Rosa.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Esta Presidência registra e agradece a presença das seguintes autoridades:

Excelentíssimo senhor chefe de estado maior geral da Polícia Militar de Santa Catarina, coronel João Schorne Amorim;

Senhora presidente da Fundação Escola de Governo, Marta Kaschny;

Senhor gerente de Ciência e Tecnologia, Alcides de Ataíde, neste ato representando o secretário de Ciência e Tecnologia de Florianópolis, sr. Rui Gonçalves;

Senhor Chefe da Casa Militar do Ministério Público, coronel Rogério Martins;

Senhor presidente do Convention and Visitors Bureau da Grande Florianópolis, Vilmar Zunino;

Senhor delegado regional de Palhoça, Juarez de Sousa Medeiros;

Senhor sub-comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina, coronel Valdemir Cabral;

Senhor coronel da Polícia Militar, João Batista Martins;

Senhora embaixadora e chefe do escritório da Representação do Itamaraty em Santa Catarina, Carmem Lúcia Ribeiro Moura;

Sr. comandante da primeira região de Polícia Militar, coronel João Henrique Silva;

Sr. corregedor-geral da Polícia Militar de Santa Catarina, coronel Cantalício Oliveira;

Sr. coronel Flamarion Santos Schieffelbein.

Sr. coronel Benevenuto Chaves Neto;

Sr. coronel da Polícia Militar João Ricardo Busi da Silva;

Sr. Guarda Marinha Vanzin, neste ato representando o Capitão de Fragata da Escola de Aprendizes de Marinheiro de Santa Catarina, Luiz Felipe de Rabello Freire;

Sr. grão-mestre da Grande Loja de Santa Catarina, João Eduardo Noel Berbigier;

Sr. jornalista e presidente da Associação Catarinense de Imprensa, Ademir Arnon;

Sr. presidente da Associação dos Praças de Santa Catarina, Elizandro Lotim de Sousa;

Sr. coronel da Polícia Militar, James Amaral.

Neste momento, teremos a apresentação de um vídeo institucional produzido pela TV da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Convido para fazer uso da palavra o eminente prefeito da Capital, Cesar Souza Junior.

O SR. PREFEITO CESAR SOUZA JUNIOR - Excelentíssimo deputado Joares Ponticelli, presidente da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, na pessoa de quem cumprimento aqui os srs. deputados presentes, deputado Sargento Amauri Soares, deputado Kennedy Nunes e deputado Manoel Mota. É um prazer sempre revê-los e estar de volta a este plenário de tantas boas lembranças.

Excelentíssimo sr. comandante Nazareno Marcineiro, procurador-geral da Polícia Militar de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Lio Marcos Marin, procurador-geral de Justiça do nosso estado;

Excelentíssimo sr. Coronel Aviador Claus Kilian Hardt, Comandante da Base Aérea de Florianópolis;

Excelentíssimo sr. coronel Inácio Tarcísio Kugik, bombeiro militar, neste ato representando o comandante-geral do Corpo de Bombeiros, Marcos de Oliveira;

Excelentíssimo sr. coronel Vitor de Souza Cavalcanti, chefe da 16ª Circunscrição de Serviço Militar da Polícia Militar;

Excelentíssima sra. tenente Andressa Braun, neste ato representando o capitão dos Portos de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Aldo Pinheiro D'Avila, delegado da Polícia Civil do nosso estado, em nome de quem cumprimento todos e todas.

Presidente, estou vivamente emocionado de poder estar falando neste momento em homenagem aos 178 anos da nossa querida Polícia Militar, primeiro, porque a Polícia Militar foi fundada em Florianópolis, então Vila do Desterro. É uma instituição que se confunde com a história da nossa cidade, que além da dar segurança participou e participa decisivamente da história de Florianópolis, através, primeiro, da sua importância econômica na geração de oportunidades.

A Polícia Militar hoje tem um filtro rigoroso em termos de qualificação, mas no seu início recebeu muito daqueles egressos do campo, dentre os quais inclui o meu avô, sr. José Pereira. V.Exa. também, deputado Amauri Soares, mas o meu avô é um pouquinho mais experiente e completou 80 anos na semana passada. Ele veio de Paulo Lopes, da lavoura, e encontrou na Polícia Militar a oportunidade para trabalhar e criar os seus dez filhos. Aquele tempo era de pouca televisão, e a minha mãe

foi a filha primogênita. Hoje é falecida. Faleceu por sinal no dia da eleição do segundo turno em Florianópolis, e quantas e quantas vezes fui ao Hospital da Polícia Militar, onde ela recebeu um atendimento sempre digno, sempre importante.

Tenho certeza de que se não fosse o Hospital da Polícia Militar ela teria, certamente, nos deixado ainda antes. Lembro-me também desse lado social da Polícia Militar.

Faço essa digressão para dizer que certamente grande parte do que sou hoje devo à trajetória do meu avô e por consequência devo à Polícia Militar de Santa Catarina. E através dele aprendi a respeitar essa instituição, aprendi a ver na Polícia Militar uma instituição que qualifica Florianópolis e que ajudou muito a formar a nossa cidade.

Quero aqui poder trazer a alegria de como, secretário Grubba, poder ter propiciado à Polícia Militar a ajudar ainda mais Santa Catarina e Florianópolis, através do Programa ForçaTur, onde investimos oito milhões e quinhentos mil reais diretamente na ação da Polícia Militar. Equipamentos foram adquiridos, como câmeras de monitoramento para viaturas, outras viaturas, sistemas com moderna tecnologia.

Eu fico muito feliz quando vejo aquela vanzinha do ForçaTur andando por aí, servindo de muito apoio à nossa atuação da Polícia Militar catarinense, que acaba sendo, nos momentos difíceis, a responsável por atuar quando todos os outros órgãos da prefeitura e do estado já falharam. Quando há um conflito social, ele não acontece por acaso, acontece por uma cadeia de omissões, de problemas da sociedade e do poder público, mas à Polícia Militar não cabe contestar, sonegar atendimento, cabe ir lá e agir.

Enquanto a sociedade descansa, as famílias estão recolhidas, há um policial, e as mulheres hoje desempenhando um papel muito importante, na corporação, vigilante, atuante e pronto para agir, cada vez com mais risco à vida pessoal.

Tenho certeza de que os senhores e senhoras aqui, quando deixam suas casas pela manhã, dão um abraço apertado nos filhos, na esposa, no marido, pensando que talvez possa ser o último, em função da periculosidade do trabalho que desenvolvem.

A sociedade, por esse motivo, tem que ser grata e apoiadora do trabalho da nossa Polícia que é, sem dúvida alguma, uma das instituições mais respeitadas da sociedade catarinense, com todos os problemas que sabemos que temos, toda a falta de infraestrutura e de efetivo. E o governo do estado se esforça muito dentro das limitações orçamentárias para apoiar.

Por fim, relato aqui a experiência que tive com a nossa Polícia Militar, já como prefeito, comandante Marcineiro, e vejo aqui o comandante João Henrique também, grande amigo, nos episódios de incêndio nos ônibus, pois vi essa instituição junto à prefeitura e ao estado, parceira, destemida, corajosa.

O que esses homens fizeram escutando os ônibus, não permitindo que a sociedade sucumbisse à ação daqueles marginais, exercendo um trabalho que nem seria de polícia, ia além de suas atribuições. Nunca vi um único policial militar, seja qual fosse a patente, reclamar de sono ou de cansaço.

Nós também apoiamos, colocamos a guarda para agir em conjunto, alugamos automóveis que ajudaram bastante, mas o elemento humano da nossa Polícia Militar impediu que uma desordem maior acontecesse.

Embora aqueles ataques tenham sido um episódio lamentável em nossa cidade e no estado, não houve vítimas fatais. Passamos um Carnaval sob essa ameaça, e a Polícia estava presente dando garantias à festa e protegendo a sociedade florianopolitana em especial.

Somente me resta dizer: muito obrigado! Agradeço à Assembleia por ter tido essa iniciativa. E este prefeito é mais um apoiador dessa atividade tão importante que vocês desenvolvem no dia a dia em prol da proteção do cidadão de bem.

Meus parabéns a todos!

Muito obrigado.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Convido o jornalista Valter Souza para proceder à nominata dos homenageados desta noite.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Valter Souza) - Senhoras e senhores, muito boa-noite!

Gostaria de lembrar que esta sessão especial está sendo transmitida ao vivo, pela TVAL, para todo o estado de Santa Catarina, e a Rádio Alesc, *on line* também. E na televisão será reprisada ao longo desta semana.

Com a devida licença do presidente deputado Joares Ponticelli, faço um comunicado ao coronel comandante Nazareno Marcineiro.

O senador Casildo Maldaner pediu que eu lhe comunicasse que neste momento está proferindo uma palestra na Associação Catarinense de Medicina, por isso a ausência dele aqui.

Neste momento o Poder Legislativo catarinense presta homenagem à Polícia Militar de Santa Catarina, pela passagem dos seus 178 anos na defesa do cidadão e manutenção da ordem pública, visando ao exercício pleno de cidadania, focada em melhores ações de prevenção, segurança e proteção à comunidade, contribuindo para o desenvolvimento do estado de Santa Catarina.

Convido o excelentíssimo sr. deputado Joares Ponticelli, presidente da Casa, para fazer a entrega da homenagem ao coronel Nazareno Marcineiro, comandante-geral, ao coronel Valdemir Cabral, sub-comandante-geral e ao coronel João Shorn de Amorim, chefe do Estado Maior-Geral, neste ato representando a orgulhosa Polícia Militar do estado de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Gostaria de pedir que o coronel Nazareno Marcineiro e o presidente deputado Joares Ponticelli permanecessem à frente, por favor.

Neste momento o Poder Legislativo presta homenagem a todos os policiais de Santa Catarina, através do coronel Nazareno Marcineiro, comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina.

Convido para fazer a entrega da homenagem o sr. presidente deputado Joares Ponticelli e também os deputados Kennedy Nunes, Manoel Mota e Sargento Amauri Soares.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

Agradeço aos deputados Kennedy Nunes, Manoel Mota e Sargento Amauri Soares.

A seguir o coronel Nazareno Marcineiro, comandante-geral, representando a

Polícia Militar de Santa Catarina, presta homenagem ao excelentíssimo sr. presidente da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, deputado Joares Ponticelli.

Chamo, então, os deputados Kennedy Nunes, Manoel Mota e Sargento Amauri Soares para receberem juntamente com o presidente da Casa, deputado Joares Ponticelli, essa homenagem da Polícia Militar do nosso estado.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Eu agradeço a presença dos quatro deputados aqui à frente e solicito que o comandante permaneça à frente.

Neste momento a grande loja de Santa Catarina, representada pelo grão-mestre João Eduardo Noal Berbigier, presta homenagem à Polícia Militar de Santa Catarina, entregando uma placa alusiva aos seus 178 anos de fundação e de bons serviços prestados à comunidade.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Neste momento teremos a apresentação de vídeo com a canção da Polícia Militar, produzido pela TVAL.

Convido para fazer uso da palavra o sr. Cesar Augusto Grubba, secretário da Segurança Pública de Santa Catarina.

O SR. SECRETÁRIO CESAR AUGUSTO GRUBBA - Excelentíssimo presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, deputado Joares Ponticelli, em nome de quem cumprimento os demais deputados presentes nesta sessão especial e os servidores desta augusta Casa Legislativa; excelentíssimo prefeito municipal de Florianópolis, Cesar Souza Júnior; excelentíssimo senhor procurador-geral de Justiça, sr. Lio Marcos Marin, e em seu nome cumprimento a todos os membros do Ministério Público do estado de Santa Catarina; excelentíssimo sr. comandante-geral da Polícia Militar, coronel Nazareno Marcineiro, em nome de quem cumprimento a todos os oficiais e praças da ativa e da reserva da Polícia Militar do estado. Cumprimento também as demais autoridades já citadas pelo protocolo que se encontram à mesa e todos os demais presentes nesta sessão especial.

(Passa a ler.)

“A vida em sociedade, nos tempos atuais, experimenta transformações profundas e aceleradas. Seguem intocáveis, no entanto, os objetivos maiores da humanidade: progresso e bem-estar social, com liberdade, igualdade e fraternidade.

Construir esta visão de mundo, sob a ótica do estado social moderno e por meio do desenvolvimento socioeconômico de um povo, só é possível com a ação transformadora de instituições públicas compromissadas com as demandas do cidadão, atuando sob os alicerces de uma perene base de segurança e paz social.

Garantir a paz e a segurança é a essência do dever-missão das organizações da segurança pública e, de modo destacado, das polícias militares. É o que se constata ao longo do tempo com a Polícia Militar catarinense, ela própria também historicamente identificada e reconhecida como agente de transformação social, de imenso legado de contribuição à formação da sociedade catarinense, geração após geração, em toda a extensão deste território. Mas quem olha bem de perto para a Polícia Militar que está aí nos tempos atuais vê uma corporação que se afigura diferente e expoente dentre suas congêneres do Brasil.

Impressiona sobremaneira a sua flexibilidade e a sua capacidade de se reinventar, buscando adaptar-se aos novos tempos. Como resultado de um planejamento estratégico bem edificado, percebe-se uma corporação que avança a passos largos na direção de patamares cada vez mais elevados, de excelência em prestação de serviços, em práticas gerenciais e em governança corporativa. Assim, vê-se consolidada sua fortaleza institucional.

Por certo, a maturidade alcançada em 178 anos de existência é tesouro de inestimável valor, que deve ser enaltecido e comemorado, pois fixa as referências verdadeiras de princípios e valores corporativos, a serem permanentemente renovados no espírito de sequentes gerações.

Mas os desafios presentes da segurança pública cobram à Polícia Militar, muitas vezes, mais que o limite de suas capacidades, impondo a seus integrantes um grande esforço de estudo e trabalho, pela imperiosa necessidade de mudanças e modernizações. Essas responsabilidades estão sendo rejeitadas e constituem política de governo, consubstanciadas em projetos estratégicos de reestruturação e reequipamento, já em curso.

Parabéns à Polícia Militar de Santa Catarina pela passagem dos 178 anos da corporação. Meus cumprimentos e minhas saudações a todos os integrantes da tropa catarinense, oficiais e praças, ativa e reserva. Minhas felicitações, sobretudo, pelas realizações importantes que já se vislumbram para os tempos futuros, cujas bases de solidez estamos trabalhando para firmar, visando à evolução desta corporação e os benefícios diretos que haverão de sobrevir à sociedade e à cidadania.

Muito obrigado!”

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Convido para fazer uso da palavra o coronel Nazareno Marcineiro, comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina.

O SR. CORONEL NAZARENO MARCINEIRO - Boa-noite a todos!

Gostaria de saudar o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Joares Ponticelli; excelentíssimo secretário de Estado da Segurança Pública, sr. Cesar Augusto Grubba, neste ato representando o governador Raimundo Colombo; excelentíssimo sr. prefeito Cesar Souza Júnior; procurador-geral da Justiça do Estado, Lio Marcos Marin(OK); comandante da Base Área de Florianópolis, coronel aviador Claus Kilian Hardt; sr. coronel Bombeiro Militar Inacio Tarcisio Kugik, neste ato representando o comandante-geral do Corpo de Bombeiros, coronel Marcos de Oliveira; chefe da 16ª Circunscrição do Serviço Militar, tente-coronel Vitor de Souza Cavalcante; delegado-geral da Polícia Civil, sr. Aldo Pinheiro D'Avila; primeiro-tenente Andressa Braun, neste ato representando os Portos de Santa Catarina; capitão de Mar e Guerra, Hilbert Strauss.

Saúdo os Policiais Militares presentes, a partir da pessoa do sub-comandante-geral, coronel Valdemir Cabral, e do nosso chefe de Estado Maior-Geral da corporação, coronel João Schorne de Amorim. E em nome dessas duas autoridades policiais militares gostaria de estender os meus cumprimentos também a todas autoridades militares presentes e nominadas pelo protocolo. Desde logo agradeço sensibilizado pela iniciativa do presidente, deputado Joares Ponticelli.

Deputado, quem me dera a eloquência para fazer aflorar, neste momento, toda emoção que sinto pelo que estamos presenciando.

Como disse há poucos instantes, considero a Assembleia Legislativa a mais legítima representante da voz do cidadão catarinense. E essa manifestação, entendemos todos nós, policiais militares, como uma manifestação da sociedade catarinense, por isso somos muito, muito grato.

Eu gostaria de estender as minhas saudações a todos os demais deputados e demais autoridades presentes.

(Passa a ler.)

“A carreira policial nos ensina a identificar os fatos relevantes, aqueles que nos reenergizam, que nos fortalecem e deixam-nos habilitados a transpor os períodos de dificuldades. O evento que hoje vivenciamos se caracteriza como um dos momentos especiais que tivemos ao longo desta semana de comemorações, momento ímpar em que esta Casa Legislativa, ícone da representatividade do povo catarinense, da manifestação da vontade popular, recebe a Polícia Militar para homenageá-la pelo transcurso dos seus 178 anos de existência.

A simbologia envolvida neste ato, nossa instituição recebida e abraçada de forma carinhosa pelos membros desta Casa do Povo, possui elevada significação. É a representação efetiva de uma relação próxima, de respeito e interação, que materializa a forma com que a Polícia Militar e a sociedade têm interagido, de forma profícua, viabilizando a manutenção das condições básicas necessárias à existência da vida em sociedade.

Caminhamos lado a lado com o cidadão, próximos do seu dia a dia e viabilizando a possibilidade de sua interação social.

Da força policial prussiana de outros tempos, evoluímos para uma instituição comunitária, facilmente visualizável na estruturação dos conselhos comunitários de segurança, no fortalecimento dos projetos destinados ao atendimento e formação de jovens, como o Protetor Ambiental Mirim e o Programa Educacional de Resistência às Drogas, o Proerd, que neste ano completa um milhão de alunos atendidos só no quinto ano.

Tem sido anos de muito trabalho e de muitas realizações. Sempre tendo a melhoria do serviço ao cidadão como norte. Alcançamos a condição de uma instituição extremamente respeitada no cenário nacional, instituição que trabalha sem medo, que se dedica à exaustão e sabe honrar a confiança de que é credora.

A presença das cores de nossa farda traduz o sentimento de civilidade, de comprometimento e de dedicação à causa. A tranquilidade dela decorrente é visível não só no olhar do ‘manezinho’, ela fica explicitada nos olhos de cada um dos cidadãos que pisam em solo catarinense.

Em um estado cosmopolita, abençoado por Deus em suas belezas naturais, visitado por turistas das mais variadas origens, o retorno do nosso trabalho vem manifeste em línguas e em diversos sotaques. Visualizar esse entendimento é fácil, afinal não é necessário compreender outra língua para decifrar um sorriso de agradecimento, um olhar emocionado pelo bom atendimento, um aceno feliz com a sensação de um até breve.

Ao longo de nossa existência não temos feito segurança pública com armas e viaturas, temos realizado nossa missão constitucional substancialmente com homens e

mulheres diferenciados, comprometidos com a execução de uma atividade profissional de elevada complexidade, que trabalham em condições extremas e que se dispõem a apresentar a vida própria como objeto de negociação na garantia da vida de outrem.

Ser policial é acima de tudo um sacerdócio, o exercício diário de virtudes, a manutenção integral do estado de vigília. É isso que cada um dos policiais aqui presentes realiza em seu dia a dia, de tal sorte que muitas vezes esquecemos que o policial que patrulha nossas ruas não é um super-herói, é um pai de família, um filho, um irmão e acima de tudo um catarinense por nascimento ou opção.

Nesses dias em que comemoramos o aniversário de criação da Polícia Militar de Santa Catarina, gostaria de externar a minha profunda alegria e satisfação. Alegro-me por estar aqui representado cada um dos 11.000 homens e mulheres que constituem o nosso efetivo. Profissionais dos quais dependemos diariamente para usufruirmos de nosso direito à segurança, à tranquilidade e à salubridade pública.

Minha satisfação decorre de ser catarinense, de me orgulhar cada vez que sou instado a mencionar minha origem ou profissão, de saber que cada uma das horas de trabalho furtadas do convívio de minha família são investidas na construção de um futuro melhor, de um amanhã em que nossos filhos possam continuar a viver tranquilos e em segurança.

À frente dessa grandiosa instituição policial e ao longo de décadas de dedicação ao serviço público aprendi a cultivar a gratidão aos policiais que comando e à sociedade hoje aqui representada. A eles brado meus mais fervorosos agradecimentos pela confiança.

Por fim, gostaria de dizer que a forma com que atuamos nesses 178 anos deve validar a certeza de que continuaremos trabalhando incansavelmente em prol das causas da segurança pública, de que ratificaremos continuamente o nosso juramento com a verdade e a justiça. E de que continuaremos caminhando firme rumo ao futuro, tendo sempre a disciplina à nossa direita, a coragem à nossa esquerda e no peito o orgulho de servir.

Obrigado, sr. presidente. Parabéns a todos os policiais militares aqui presentes."

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em nome de um decano desta Casa e também membro da Mesa Diretora, deputado Manoel Mota, em nome de outro integrante da Mesa Diretora e amigo da Polícia Militar, conforme homenagem prestada no último dia 03, deputado Kennedy Nunes, em nome do integrante dessa briosa corporação e deste Parlamento, amigo deputado Sargento Amauri Soares, das quatro deputadas que compõem este Parlamento, dos demais parlamentares, também quero, querido comandante, nesta noite, em nome de todos os integrantes deste Poder, cumprimentar a nossa Polícia Militar por esses 178 anos de história, de honradez.

Sabemos muito o que representa a Polícia Militar de Santa Catarina no cenário brasileiro. Uma polícia que nos honra muito, que não havemos de figurar em outras páginas como, lamentavelmente, o noticiário nacional, com frequência, aponta equívocos ocorridos em outros estados da federação.

Esse para mim é, querido comandante, o maior orgulho da nossa Polícia Militar, porque são essas mulheres e esses

homens que constroem essa história de honradez, colocando muitas vezes a própria vida em risco em defesa do cidadão e da segurança dos catarinenses.

Como bem lembrou o prefeito Cesar Souza Júnior, pela condição já de presidente da Assembleia Legislativa, uma vez que aqui chegamos, deputado Manoel Mota, no dia 1º de fevereiro, no auge da crise que vivemos naquele mês difícil, tive a oportunidade, pelas funções inerentes ao cargo, de poder participar, procurador Lio Marcos Marin, em reuniões de v.exa., o procurador Gercino Gerson Gomes, quando o senhor não podia participar, com a presença do nosso presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Claudio Dutra, do presidente do Tribunal de Contas, conselheiro Salomão Ribas Júnior, com a presença do secretário César Grubba, do governador do estado e do comandante da Polícia Militar, de reuniões, de avaliações, de informações que não podiam ser reveladas, prefeito Cesar Souza Junior, à imprensa e à sociedade, pois os serviços de inteligência fizeram, precisamos reconhecer, um grande serviço, delegado Aldo Pinheiro D'Ávila, que detectavam ameaças que, com toda certeza, deixaram todas as autoridades deste estado em momentos de muita dificuldade, de muita angústia, especialmente o governador do estado.

Mas tenho certeza de que os senhores, sabendo da gravidade daquela ação criminosa, viveram noites de profunda angústia por não poder revelar à sociedade as medidas que estavam sendo adotadas.

A impressão que muitas vezes equivocadamente se passava para o cidadão catarinense era de um governo e de autoridades omissas, sem ação, onde se pensava e até se difundia isso, que não estava se encontrando forças para fazer o enfrentamento daquela ação criminosa.

Pude, pela condição do exercício do cargo, testemunhar o papel da Polícia Militar, além de outras forças que atuaram, secretário César Augusto Grubba, mas o papel da Polícia Militar, também naquele momento de angústia, por não poder compartilhar, informar o que estava sendo articulado, organizado, para dismantelar e, como aconteceu, toda aquela ação criminosa que se desenvolvia.

O próprio deputado Sargento Amauri Soares compartilhou comigo, neste Parlamento, de momentos de profunda apreensão, e conversamos muito sobre esse episódio.

Por isso, por ter tido a oportunidade de acompanhar todo aquele trabalho feito por todos os agentes, mas como a noite de hoje é noite de homenagem à Polícia Militar, preciso fazer publicamente esse reconhecimento do papel importante que teve desde o comandante até o mais destemido e menos graduado dos integrantes dessa corporação naquele enfrentamento. Famílias foram ameaçadas, especialmente dos integrantes da Polícia Militar, e eu imagino o quanto não sofreram seus filhos, suas esposas, seus esposos e a sociedade como um todo.

Por isso, quero manifestar, em nome dos 40 parlamentares, o reconhecimento desta Casa, a gratidão, o carinho, o respeito que todos temos por essa honrada corporação destacada no Brasil.

Eu tive a oportunidade, prefeito Cesar Souza Júnior, na condição de presidente da instituição que reúne as 27 Assembleias Legislativas do Brasil, de percorrer o estado e o país inteiro, e quanto mais conhecia dessas estruturas em todo o país eu mais me orgulhava da nossa corporação. Uma

corporação que temos todos o dever de defender com muito rigor, pelas condições difíceis muitas vezes que o trabalho é empreendido, como bem lembrou o prefeito Cesar Souza Júnior, por todas as limitações orçamentárias, financeiras, falta de equipamentos, falta de tecnologia de ponta, falta de pessoal, com toda essa dificuldade que temos para fazer com que novos possam revigorar a corporação. E graças a Deus este ano vamos conseguir um bom ingresso, um bom número, mas esse número é sempre insuficiente, portanto, temos que fazer um esforço sempre maior.

Por isso, quero cumprimentá-los pela dedicação acima daquilo que é exigido num contrato de trabalho. As senhoras e os senhores certamente dão um pouco mais de si a cada dia, para que esse serviço possa ser cada vez mais de qualidade para o cidadão catarinense.

Quando falamos do Proerd também nos emocionamos. E espero, comandante Nazareno, que nos próximos dias possamos firmar também o convênio entre a Polícia Militar e esta Assembleia, para por intermédio da Escola do Legislativo dar a nossa contribuição para fortalecer ainda mais esse programa que tivemos a oportunidade de homenagear há poucos dias e reconhecer a marca de mais de um milhão de catarinenses que por ele passaram.

Eu que também sou pai lembro-me do efeito positivo que ele promoveu quando o meu filho em idade escolar teve a oportunidade de passar pelo programa. Por isso, sou um entusiasta.

Esta Casa tem como uma das três frentes de trabalho o enfrentamento e o combate ao uso do crack e das drogas, e o coronel Backs agora também está integrado naquela comissão, comandada pelo deputado Ismael dos Santos, pois precisamos fortalecer e articular cada vez mais uma ação conjunta para enfrentar esse mal do século que atinge tantas famílias em Santa Catarina, no Brasil e pelo mundo afora.

Por isso, esta Casa quer estar cada vez mais próxima da nossa briosa corporação da Polícia Militar. Ao mesmo tempo quero agradecer pela homenagem que o comando, em nome de todos os policiais de Santa Catarina, nos presta na noite de hoje. Acolho com humildade, em nome dos quarenta deputados, e agradeço publicamente pela homenagem que recebemos no último dia 03, quando das comemorações dos 178 da nossa corporação.

Que nossa Senhora de Fátima, já que estamos no dia dela, proteja-nos nessa caminhada, que nos dê coragem para que possamos nos orgulhar cada vez mais da nossa briosa Polícia Militar e enfrentar cada vez mais o crime para garantir a felicidade da gente catarinense.

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com o seu comparecimento, convidando-os para o coquetel no hall de entrada deste Poder.

Antes de encerrar a presente sessão teremos a execução do Hino de Santa Catarina, pelo saxofonista soldado PM Rafaek Thiesen de Oliveira, do Quarto Batalhão da Polícia Militar.

(Procede-se à execução do hino.)

Encerramos ao presente sessão, convocando outra, especial, para quarta-feira, às 19h.

Está encerrada a presente sessão.

# ATA DA 018ª SESSÃO ESPECIAL

## DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2013

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

#### EMBRAPA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Eu e o deputado Moacir Sopelsa propusemos a presente sessão e estaremos aqui, de forma conjunta, conduzindo os trabalhos.

Convido o deputado Jailson Lima, que é membro da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, para recepcionar as excelentíssimas autoridades que comporão a mesa e que serão nominadas a seguir:

Excelentíssimo senhor doutor Murilo Flores, secretário do estado do Planejamento de Santa Catarina e ex-presidente da Embrapa, neste ato representando o excelentíssimo senhor governador Raimundo Colombo;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Airton Spies, secretário-adjunto de estado da Agricultura e da Pesca, neste ato representando o senhor João Rodrigues, secretário da Agricultura do estado de Santa Catarina;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor doutor Ladislau Martins Neto, diretor da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor doutor Dirceu João Duarte Talamine, chefe-geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, Suínos e Aves do município de Concórdia;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Neuri Antonio Santhier, vice-prefeito do município de Concórdia, neste ato representando o excelentíssimo senhor prefeito de Concórdia, sr. João Girardi.

(Palmas)

Convido também para fazer parte da mesa o sr. deputado Jailson Lima, agradecendo desde já por ter recebido as autoridades. Pelo Regimento da Assembleia Legislativa, os membros da Mesa conduzem as sessões da Assembleia Legislativa. E v.exa., sendo membro, gentilmente nos defere a Presidência para que possamos conduzir a sessão hoje.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão em homenagem à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa -, pela passagem dos seus 40 anos, foi convocada por solicitação deste deputado e do deputado Moacir Sopelsa e aprovada por unanimidade dos demais parlamentares que compõem esta Casa.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

A seguir, teremos a interpretação de um vídeo institucional.

(Procede-se à interpretação do vídeo.)

(Palmas)

Neste momento, convido o sr. deputado Moacir Sopelsa para assumir a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, que juntamente conosco tem a responsabilidade de ser autor desta proposição justa e merecida à nossa querida Embrapa.

Cumprimentando v.exa., deputado Jailson Lima, que é secretário da Mesa Diretora, cumprimento todos os demais deputados que compõem esta Casa Legislativa.

Meus cumprimentos ao excelentíssimo sr. Murilo Flores, representando neste ato o governador do estado de Santa Catarina. V.Exa., além de secretário de estado, já foi presidente da Embrapa e também nos honra com a sua presença.

Quero cumprimentar o secretário-adjunto da Agricultura e da Pesca, dr. Airton Spies, neste ato representando o sr. secretário de estado da Agricultura.

Gostaria de cumprimentar, de forma muito especial, o dr. Ladislau Martins Neto, que é diretor da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, e em seu nome e em nome do dr. Dirceu João Duarte Talamine, que está aqui presente também, cumprimento, de forma especial, todos os componentes da nossa Embrapa que estão aqui presentes, tanto da unidade de Concórdia, quanto de outras unidades.

Aos homenageados desta noite os meus cumprimentos especiais.

Cumprimento o vice-prefeito de Concórdia, sr. Neuri Antonio Santhier, representando também o sr. prefeito municipal.

(Passa a ler.)

“Senhoras e senhores, viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira, é a missão da Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária -, que se tornou o principal instrumento na formulação da pesquisa agropecuária brasileira, o que possibilitou ao Brasil se tornar um dos líderes mundiais em tecnologia para a agricultura tropical.

Vinculada ao ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Embrapa foi criada em 26 de abril de 1973 e nesses 40 anos fez uma revolução tecnológica no campo. Essa revolução é fruto do trabalho conjunto com instituições estaduais de pesquisa e extensão, universidades e setor produtivo, que apostaram nas universidades e setor produtivo, que apostaram nas tecnologias geradas pela pesquisa e ajudaram a mudar o cenário brasileiro com incremento de produção, de produtividade e impulsionando a competitividade, com sustentabilidade.

A Embrapa trabalha com dezenas de cadeias produtivas em projetos de pesquisas e desenvolvimento, gerando benefícios econômicos, sociais e ambientais. São cerca de 250 novos projetos aprovados anualmente nas mais variadas áreas. Sessenta e cinco por cento dos projetos da empresa resultam em tecnologias e informações que podem beneficiar agricultores familiares em todas as regiões do Brasil, agregando valor às suas atividades e promovendo o desenvolvimento sustentável, além de validar e transferir tecnologias e produtos para esses pequenos produtores.

A adoção de tecnologias geradas pela Embrapa traz ainda retorno social para o país. Para cada real investido na empresa em 2012, R\$ 7,80 retornaram à sociedade brasileira na forma de tecnologias, conhecimento e empregos.

Durante esses 40 anos, o país deixou para trás uma situação de insegurança alimentar para se tornar um dos maiores produtores de alimentos do mundo. Atualmente, o Brasil é o terceiro maior exportador mundial de produtos agropecuários.

A história da agropecuária brasileira também teve transformações excepcionais e divide-se em antes e depois da Embrapa que levou o Brasil a se tornar uma potência agrícola reconhecido internacionalmente. É uma empresa que tem sido parceira na pesquisa, que tem dado e dará, com certeza, muitas contribuições para os que vivem agricultura e pecuária não somente em Santa Catarina, mas em todo o mundo.

É um orgulho para nós termos, em Santa Catarina, especialmente em Concórdia, uma unidade da Embrapa. Suas pesquisas foram, e são, fundamentais para a evolução da suinocultura e avicultura, principais atividades agrícolas da região. Um trabalho exemplar que vem sendo feito desde 1975, quando foi criado no município de Concórdia, é o Centro Nacional de Pesquisa de Suínos, e logo depois passou a desenvolver pesquisas também na área da avicultura.

A unidade de Concórdia teve papel fundamental no controle de doenças, aperfeiçoamento de rações, melhoria da qualidade genética dos animais, preservação do meio ambiente e desenvolvimento de equipamentos para a suinocultura e avicultura. Fez ainda um trabalho imprescindível em conjunto com outros órgãos do governo, da indústria e dos produtores para superar as restrições às exportações de carne suína e de frango.

Desde que a Embrapa surgiu, há 40 anos, a agricultura brasileira deu saltos gigantescos. O fortalecimento da nação exige uma agricultura pujante, moderna e acessível a todos, e é nesse sentido que a Embrapa vem prestando um enorme serviço ao país, sendo exemplo para o mundo.

A história de sucesso da Embrapa é o reflexo do empenho de seus funcionários e colaboradores. Pessoas que acreditam na pesquisa, que vestem a camisa e que desempenham um papel fundamental para tornar sonhos em realidade. A Embrapa é feita de gente trabalhadora, que faz história. O reconhecimento desse trabalho excepcional desenvolvido pela empresa vem em forma de premiações em diversos países. A Embrapa caminha lado a lado com as nações na busca por um mundo literalmente bem nutrido.

Muito obrigado aos funcionários, colaboradores e a todos que fazem parte da família Embrapa. Parabéns pelos 40 anos de pesquisa e de muito trabalho.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado ao deputado Neodi Saretta, e para o qual devolvo os trabalhos desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Gostaríamos de registrar a presença das seguintes autoridades:

Sr. Ricardo de Gouvea, diretor-executivo do Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados de Santa Catarina, Sindicar, neste ato representando o presidente, sr. Clever Pirola Ávila;

Sr. Sérgio Luiz Gargioni, presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina - Fapesc;

Sr. Luiz Ademir Hessmann, presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Epagri;

Sr. dr. José Zeferino Pedroso, ex-deputado e presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina, Faesc;

Sr. Losivanio Luiz de Lorenzi, presidente da Associação Catarinense de Criadores de Suínos, ACCS;

Sr. Ivaldino Antônio Frigo, secretário municipal de Agricultura de Presidente Castelo Branco;

Sr. Claudino Celso Kieling, vereador do município de Presidente Castelo Branco;

Sr. Itelvino Francisco Miotto, vereador de Presidente Castelo Branco;

Sr. Roberto Albara, vereador de Presidente Castelo Branco;

Sr. Marcos Rosar, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura e coordenador-geral da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul, Fetraf-Sul;

Sr. Arlan Guliani, vereador de Concórdia, neste representando do excelentíssimo sr. presidente da Câmara de Vereadores, sr. Rogério Pacheco;

Sr. Evandro Pegoraro, vereador do município de Concórdia;

Sr. Sebastião Iberes Lopes de Melo, diretor técnico científico da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina, Fapesc;

Sr. Alexandre Costa Varella, chefe-geral da Embrapa Pecuária Sul;

Sr. Clênio Nailto Pillon, chefe-geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa Clima Temperado;

Sr. Osvaldo Vieira, chefe-geral, em exercício, da Embrapa Trigo;

Sr. Alexandre Cattelan, chefe-geral da Embrapa Soja;

Sr. Alessandro Vernize, secretário de Saúde do município de Concórdia;

Sr. Antônio Beghini, secretário de Planejamento do município de Concórdia;

Sr. Osmir José Lavoranti, chefe-geral da Embrapa Floresta;

Sr. Alexandre Hoffmann, chefe-adjunto, neste ato representando o chefe-geral da Embrapa Uva e Vinho, Lucas Garrido.

Neste momento, convido para fazer uso da palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, coautor do requerimento que ensejou a presente sessão.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Digníssimo deputado e presidente desta sessão Neodi Saretta, coautor deste requerimento em homenagem à Embrapa; caro colega deputado Jailson Lima, secretário da Mesa Diretora; excelentíssimo dr. Murilo Flores, secretário de estado do Planejamento, neste ato representando o sr. governador Raimundo Colombo - e, conforme dito pelo deputado Neodi Saretta, v.exa. também teve a felicidade de presidir a Embrapa brasileira -; excelentíssimo sr. Airton Spies, secretário-adjunto da Agricultura e da Pesca, neste ato representando o excelentíssimo sr. secretário da Agricultura, João Rodrigues; senhor dr. Ladislau Martins Neto, diretor da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa; senhor dr. Dirceu João Duarte Talamine, chefe-geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa de Suínos e Aves do município de Concórdia; excelentíssimo sr. Neuri Antônio Santhier, vice-prefeito de Concórdia, neste ato representando o excelentíssimo sr. João Girardi, prefeito de Concórdia.

Senhoras e senhores, queremos dizer que não conferimos os nossos pronunciamentos. Pode ser que em alguma coisa os números sejam citados duas vezes, até porque temos orgulho de representar o município onde está localizada a sede da Embrapa Suínos e Aves de Concórdia.

(Passa a ler.)

“Dirigentes, funcionários e colaboradores da Embrapa, a nossa Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária que revolucionou a produção agrícola no Brasil nesses últimos 40 anos, a quem cumprimento citando o diretor-executivo de Pesquisa e Desenvolvimento, Ladislau Martin Neto.

A sessão especial que a Assembleia Legislativa realiza na noite de hoje está revestida da solenidade que é merecedora a instituição Embrapa, que em 40 anos de atividades ajudou a tornar o Brasil uma grande potência agrícola no plano mundial.

Esta Casa Legislativa rende justa homenagem à empresa de pesquisa vinculada ao ministério da Agricultura em razão dos serviços prestados ao Brasil e a Santa Catarina. O requerimento parte de iniciativa conjunta deste deputado com o colega deputado Neodi Saretta, pois em conjunto solicitamos a realização desta sessão especial, contando com o apoio dos demais parlamentares.

Também reconhecemos importantes parceiros da Embrapa, como o governo do Estado, a secretaria estadual da Agricultura, a Epagri, a Cidasc, o Sindicar, a Associação Catarinense de Avicultura, a Associação dos Criadores de Suínos, a Fundação de Apoio à Pesquisa/Fapesc, a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina - Ocesc -, a Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina - Faesc -, a Fetraf-Sul; e a prefeitura de Concórdia.

Mas, com certeza, antes de tudo estamos aqui para valorizar os quase 10 mil colaboradores da Embrapa, seus 2.400 pesquisadores, dos quais mais de 80% são doutores e representam o verdadeiro capital humano dessa potência que é a Embrapa.

Nesse período da nossa história, o país deixou uma situação de insegurança alimentar e passou a ser um dos maiores produtores de alimentos do mundo. O crescimento da oferta para o mercado interno superou rapidamente a curva de crescimento da demanda, permitindo a todos ter alimentos mais baratos e a mesa mais farta. Essa verdadeira revolução no campo é fruto do trabalho conjunto da Embrapa, das instituições estaduais de pesquisa e extensão, de universidades e do setor produtivo, que apostou nas tecnologias geradas pela pesquisa. As inovações ajudaram a mudar o cenário brasileiro, com incremento de produção e produtividade, com o impulso para a competição, sempre respeitando critérios para o desenvolvimento sustentável. Basta recordarmos que em 1972 a safra foi de 30 milhões de toneladas, numa área de 28 milhões de hectares, e hoje a área plantada com grãos no Brasil está em 50 milhões de hectares, enquanto a produção ultrapassa a 166 milhões de toneladas.

Esses avanços são fruto de inovações como o melhoramento genético, com cultivares adaptadas às condições de cada região; a transformação em solos férteis de grandes extensões de terras que antes eram inadequadas à produção; além do desenvolvimento de técnicas de adubação, controle de doenças, pragas, rotação de culturas e recuperação de pastagens.

A adoção de tecnologias na pecuária também proporcionou a modernização do setor, justificando o aumento da produtividade. O país ampliou em quatro vezes a produção de carne bovina e triplicou a de carne suína.

Pesquisas nas áreas de sanidade animal, genética, reprodução, nutrição, manejo de pastagens e melhoramento genético de forrageiras são alguns exemplos de inovações que geraram impactos diretos no aumento da produtividade.

Hoje o Brasil é o terceiro maior exportador mundial de produtos agropecuários. É o maior exportador de café, açúcar, suco de laranja, etanol de cana-de-açúcar, frango e soja. É o segundo maior exportador de carne bovina e o terceiro maior exportador de algodão.

Eu poderia falar muito mais da Embrapa, mas quero me deter um pouco na unidade que sempre foi mais próxima da minha comunidade de Concórdia e região, o nosso Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves, que está localizado naquele município, exatamente na Linha Tamanduá.

Sei que aqui estão presentes representantes das unidades do Paraná, que se dedicam à pesquisa de soja e de florestas, e do Rio Grande do Sul, que atuam nas áreas de trigo, uva e vinho, bovinos, ovinos e frutas de clima temperado.

Peço licença às senhoras e aos senhores para dedicar algumas palavras aos amigos da Embrapa que é mais nossa, se permitirem a este deputado considerar o Centro de Suínos e Aves como um pouco mais catarinense!

Gostaria de destacar a importância daquele Centro para a modernização da suinocultura e da avicultura. Devo lembrar que foi lá que se desenvolveram as pesquisas para chegarmos ao suíno tipo *light*, com mais carne e menos gordura. Lá se desenvolvem pesquisas sobre técnicas de criação de frangos, estudos sobre controles de doenças, equipamentos agrícolas, inclusive biodigestores.

Sempre contamos com a participação dos técnicos da Embrapa para a realização de importantes Dias de Campo com os nossos produtores. Com convicção, como produtor e filho de produtores rurais, posso afirmar a importância da Embrapa para Santa Catarina. Tenho orgulho de sempre ter sido um parceiro do Centro de Suínos e Aves."

Como prefeito de Concórdia, deputado estadual e secretário da Agricultura, por quatro anos, sempre reconheci a importância da Embrapa. E quem nos deu corô foi o dr. Hugo Gosmann e o Paulinho Silveira, que também teve a felicidade de ser chefe daquele centro em 1975, quando nasceu a Embrapa em Concórdia. Deputados Jailson Lima e Neodi Saretta, se não me falha a memória, estávamos no governo de Ernesto Geisel e o dr. Nestor era o chefe do centro nacional.

Nessa época havia uma disputa muito grande entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A primeira-dama era gaúcha, de Estrela. Mas precisamos reconhecer a força que tiveram os políticos catarinenses. Atílio Fontana foi um dos grandes idealizadores do agronegócio de frangos e suínos em Concórdia. Enfim, Santa Catarina teve a sua participação fundamental e lá se instalava o centro nacional.

Lembro quando vieram os primeiros suínos importados da Alemanha e a Embrapa fazia um trabalho de melhoramento genético para que pudessem ser distribuídos para os produtores do nosso país.

Eu lembro isso para dizer que a homenagem que estamos prestando hoje é justa e merecedora a uma entidade que contribui muito para o desenvolvimento do nosso estado e país.

(Continua lendo)

"Para finalizar, gostaria de destacar outra função da Embrapa, como integradora do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, constituído pelas Organizações Estaduais que atuam nesta área, bem como por universidades, institutos e organizações públicas e privadas ligadas à pesquisa agropecuária.

A Embrapa desenvolve pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento beneficiando o agronegócio, com parcerias e intercâmbio com instituições líderes no Brasil e no mundo. São centenas de novos projetos aprovados anualmente nos mais variados temas de interesse do agronegócio nacional.

No plano internacional, A Embrapa desenvolve projetos de cooperação técnica com países da América Latina, Caribe e África, e mantém cooperação científica através de intercâmbio virtual com cientistas de algumas das principais instituições mundiais.

Por isso e muito mais, pelo pouco que falo dessa grande instituição que engrandece a nossa economia e fortalece a nossa sociedade, afirmo que ela tem um grande significado na gestão da segurança nacional, pois o Brasil mudou com a Embrapa!

Por isso, em nome dos catarinenses, queremos fazer o nosso agradecimento a todas as senhoras e aos senhores, dizendo a vocês muito obrigado!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Convido o jornalista Valter Souza para proceder à nominata dos homenageados desta noite.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Valter Souza) - Neste momento, o Poder Legislativo catarinense presta uma homenagem à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa -, pela passagem dos seus 40 anos, com papel fundamental na revolução da agricultura tropical no Brasil nas últimas décadas. Em 40 anos, o Brasil deixou de ser dependente da importação de alimentos para um dos maiores produtores de alimentos do mundo. Os resultados de alto impacto são percebidos na tropicalização da agricultura, no desbravamento do cerrado, na obtenção de cultivares adaptadas a clima e a solo brasileiro e nos sistemas de produção. Por exemplo, a tecnologia gerada pela Embrapa e seus parceiros nacionais e internacionais promoveu ganhos de produtividade e viabilizou o crescimento com sustentabilidade, investindo em tecnologia, programas de pesquisa e inovação para a sustentabilidade da agricultura nacional, incorporando produtores no agronegócio e garantindo melhorias na sua renda, e para o

desenvolvimento sustentável da sociedade brasileira.

Convido os srs. deputados Moacir Sopelsa e Neodi Saretta para fazerem a entrega da homenagem ao dr. Ladislau Martin Neto, neste ato representando a Embrapa.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Dirceu João Duarte Talamine, chefe-geral, neste ato representando a Embrapa Suínos e Aves de Concórdia.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Dando continuidade às homenagens, o Poder Legislativo presta uma homenagem também às entidades que muito contribuíram nestes 40 anos da Embrapa.

Solicito, por gentileza, que o sr. deputado Jailson Lima junte-se aos srs. deputados Moacir Sopelsa e Neodi Saretta para darmos seqüência à entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem o sr. Neivo Panho, superintendente, neste ato representando a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina - Ocesc.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Sergio Luiz Gargioni, presidente, neste ato representando a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina - Fapesc.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o excelentíssimo sr. João Rodrigues, secretário da Agricultura e da Pesca do Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo secretário-adjunto Airton Spies.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Luiz Ademir Hessmann, presidente, neste ato representando a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Enori Barbieri, presidente, neste ato representando a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - Cidasc.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Marcos Rosar, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Alfredo Wagner, neste ato representando a coordenadoria-geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul - Fetraf-Sul.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Losivanio Luiz de Lorenzi, presidente, neste ato representando a Associação Catarinense de Criadores de Suínos - ACCS.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o dr. Ricardo de Gouveia, diretor-executivo, neste ato representando o Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Estado de Santa Catarina - Sindicame/SC.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o excelentíssimo sr. Neuri Santhier, vice-prefeito, neste ato representando a prefeitura municipal de Concórdia.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. José Zeferino Pedroso, presidente, neste ato representando a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina - Faesc.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Ricardo Gouveia, diretor executivo, neste ato representando a Associação Catarinense de Avicultura - Acav.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Convido para fazer uso da palavra o sr. Dirceu João Duarte Talamini, chefe-geral da Embrapa Suínos e Aves do município de Concórdia, neste ato representando a unidade de Concórdia.

O SR. DIRCEU JOÃO DUARTE TALAMINI - Boa noite! Início a minha fala cumprimentando os deputados Neodi Saretta e Moacir Sopelsa, que gentilmente tomaram a iniciativa de promover esta sessão especial em homenagem à Embrapa.

Temos a felicidade parcial, obviamente, de ser a única unidade da Embrapa em Santa Catarina, e devido a isso temos o privilégio de usar a palavra e fazer esses agradecimentos.

Cumprimentamos também o deputado Jailson Lima, não propriamente da agricultura, mas médico, ex-prefeito de Rio do Sul e já conhecedor de alguns produtos da Embrapa, especialmente os espumantes.

Quero dizer que os deputados Moacir Sopelsa e Neodi Saretta, ex-prefeito de Concórdia, são grandes conhecedores do trabalho da Embrapa e grandes apoiadores.

Então, realmente para todos nós é uma satisfação e uma alegria muito grande participar dessa cerimônia.

Eu gostaria de cumprimentar o representante do governador, o nosso companheiro

Murilo Flores. Tivemos a satisfação retornar de um treinamento no exterior quando o Murilo foi presidente. Ele citou o tempo, realmente foram quase 18 anos para que saísse da Presidência da Embrapa. E depois ele foi desenvolvendo o seu trabalho aqui em Santa Catarina com grande competência, ajudando este estado a se desenvolver.

Quero cumprimentar o Airton Spies, com quem hoje pela manhã, juntamente com o dr. Ladislau Martins Neto, tive uma produtiva conversa. Ele é um especialista em administração rural, com formação na Nova Zelândia e na Austrália, e sempre foi um apoiador da ciência e tecnologia.

Cumprimento também o vice-prefeito Neuri Antonio Santhier, representando o prefeito, hoje, juntamente com os vereadores Evandro Pegoraro, Arlan Guliani e o secretário Antônio Beghini, que fizeram essa bonita viagem de carro de Concórdia a Florianópolis.

Meus cumprimentos também ao diretor Ladislau Martins Neto, que gentilmente representa a Embrapa. Amanhã teremos a oportunidade de levá-lo a Concórdia para discutir com mais profundidade o nosso trabalho e mostrar com mais detalhes a nossa unidade.

Eu gostaria, nesta fala, não propriamente de retomar as questões relacionadas ao papel da pesquisa, ciência e tecnologia no desenvolvimento, mas lembrar alguns pontos que fizeram a escolha muito certa, deputados Neodi Saretta e Moacir Sopelsa, dessas entidades, porque uma parte do sucesso de todo esse trabalho que especialmente a Embrapa Suíno e Aves fez, e acredito que toda a Embrapa também na sua história, deu-se devido às parcerias.

Então, uma coisa que sempre se procurou foi potencializar os trabalhos e as cooperações.

Olhando para o dr. Zeferino Pedroso, um jovem senhor com muita experiência em várias áreas, podemos dizer que tivemos a oportunidade de trabalhar com ele quando foi presidente da Aurora. Tivemos uma parceria no desenvolvimento do suíno *light*. E houve um incidente no final da gestão dele, porque uma pessoa da imprensa decidiu divulgar uma doença, na época a Doença de Aujeszky em suinocultura.

O Astor já tinha saído - ele foi chefe da unidade até 84. Então, é um tempo um pouquinho mais distante do seu tempo, Murilo. Mas ele também deu uma grande cooperação. Mas, então, uma emissora de televisão levou o programa *Globo Rural* em visita a uma granja mostrando que existia a Doença de Aujeszky em Santa Catarina. Isso foi num domingo, em 2002.

Na segunda-feira a Rússia fechou a exportação, e que demorou vários anos para retomar, e depois também, juntamente com o Sindicame, Cidasc e outras entidades desenvolveu-se um programa de erradicação dessa doença do estado e hoje Santa Catarina é livre de Doença de Aujeszky.

Então, isso lembra o potencial que conseguimos com as parcerias.

Por outro lado, olhando para a CCS, lá no passado, podemos dizer que fizemos juntos o primeiro programa informatizado do

Brasil para registro genealógico. Isso na época em que o Pinheiro era presidente da ABCS e um líder importante da suinocultura. E aí depois houve várias outras parcerias. Então, isso se reaplicou na avicultura, em outras áreas.

Olhando para o Paulo Silveira - e temos dois ex-chefes da unidade aqui, o Astor e o Paulo Silveira -, podemos dizer que temos junto com ele o Cedisa, em Concórdia, um laboratório de referência em convênio com a Cidasc e Embrapa que gera resultados crescentes. Em 2012 passamos de 100 mil análises por ano na área de suinocultura e avicultura.

Dando prosseguimento a esse assunto, olhando para Luiz Ademir Hessmann, da Epagri, posso dizer que ela sempre foi o braço da Embrapa potencializando a transferência. Sabiamente ou não, a Epagri decidiu não trabalhar com suinocultura em Santa Catarina. Então, todo esse trabalho sempre foi feito pela Embrapa Suíno e Aves. Obviamente uma das premissas era não duplicar esforços, não criar estruturas e laboratórios que são relativamente caros. E com isso, num sistema de parceria, a Embrapa Suínos e Aves, ao mesmo tempo em que atende ao Brasil todo, que é essa a missão do centro, porque os 11 estados são grandes produtores de suínos, também atende a Santa Catarina. E assim acho que o resultado foi muito produtivo.

Nós, no passado, tivemos a oportunidade de desenvolver a primeira vacina para a suinocultura, que foi feita em Concórdia, para a produção animal, a de rinite atrofica de suínos, em 1977 e 1978, que teve um largo uso na suinocultura.

Assim o tempo passou. Vejo aqui os colegas de outras unidades. O Rio Grande do Sul tem o privilégio de ter quatro unidades da Embrapa, o Paraná tem duas, São Paulo tem cinco, e Santa Catarina, mesmo com essa disputa com o Rio Grande do Sul, pela importância da suinocultura e avicultura, sediou essa unidade.

Vejo aqui o sr. Sérgio Luiz Gargoni, da Fapesc, com quem temos uma parceria mais recente, mas muito importante no desenvolvimento de projetos estratégicos para o desenvolvimento das atividades. Cito um trabalho que já está na fase de financiamento pela Fapesc: o abatedouro móvel para suínos e aves, com potencial para o ajuste dos animais que pode ter um grande papel na agricultura familiar.

Cito também um trabalho que está em tramitação juntamente com o Sindicame, que é o rastreamento da suinocultura através do DNA. Devo lembrar que Santa Catarina sempre foi líder na suinocultura e avicultura, e já existe um teste sendo realizado para a exportação de *container* com sistema de radiofrequência em que o *container* sai fechado do frigorífico de origem e vai até o destino. É um trabalho extremamente inovador que está em fase de aprovação pelo ministério. A ideia é que isso se passe pelo Brasil inteiro, e que não seja uma questão de atender somente a Santa Catarina.

Então, eu digo que não vou procurar aprofundar e esgotar esses assuntos, mais lembro que este é um papel importante: o de olhar para frente, para o futuro, fazer a

prospecção, entender as demandas e gerar soluções em parcerias.

Também quero registrar a presença dos colegas da Embrapa, pesquisadores e funcionários, pois acho tiveram um papel importante nesse trabalho. A chefia da unidade está aqui representada pelo Luizinho, que trabalha com transferência de tecnologia. Vejo aqui também o Gerson e o Fernando, da área administrativa.

Encerro dizendo que é muito bom e motivador receber uma homenagem desse tipo e gostaria de partilhá-la com todos vocês. Estou também muito feliz por ver o Astor e o dr. Paulo Silveira aqui, dois ex-chefes de centro que estão sempre presentes quando há algum evento da Embrapa.

Então, mais uma vez, quero agradecer aos srs. deputados Moacir Sopelsa e Neodi Saretta por esta homenagem.

Muito obrigado a todos pela presença!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) Muito obrigado, dr. Dirceu João Duarte Talamine.

Neste momento, convido para fazer uso da palavra o dr. Ladislau Martins Neto, diretor da Embrapa, representando-a como um todo.

O SR. LADISLAU MARTINS NETO - Boa-noite a todos! É uma satisfação estar aqui no estado de Santa Catarina.

Gostaria de iniciar a minha fala cumprimentando o nobre deputado Neodi Saretta, que preside esta sessão - e agradeço muito a deferência com a nossa instituição -; os deputados Moacir Sopelsa e Jailson Lima; o sr. Neuri Santier, vice-prefeito de Concórdia; e o secretário-adjunto da Agricultura, Edis Spins. Como foi dito, tivemos o privilégio de dividir uma bela reunião na secretaria.

Cumprimento também o presidente Murilo Flores, com quem tive o privilégio de trabalhar. Eu era então chefe-adjunto de uma unidade que estava iniciando e pude conhecê-lo de verdade, aos 32 anos, como presidente da nossa Embrapa e ver o quanto contribuiu para a empresa. Vou fazer outras referências a respeito. É uma alegria reencontrá-lo nesse momento em que tenho a responsabilidade de ser o diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da nossa Embrapa.

Gostaria de cumprimentar também o nosso chefe-geral, dr. Dirceu João Duarte Talamine, e parabenizá-lo pelo trabalho aqui no estado. Isso não é fácil! Cumprimentando o Dirceu, cumprimento todos os ex-chefes aqui presentes, o Astor e o Silveira, e todos os funcionários. Acho que uma instituição é o que é logicamente pelas suas lideranças, pela sua estratégia e pelos seus investimentos. Mas muito é pelos seus funcionários e por todos que atuam nessa empresa diuturnamente.

Eu tenho convicção de que se houve progresso e resultado geral da nossa empresa, isso é fruto da dedicação e da competência de todos os funcionários. A eles, sim, eu gostaria de pedir uma grande salva de palmas, porque esses colegas fizeram a diferença para o nosso país. E logicamente, ninguém faz nada sozinho.

(Palmas)

Agradeço muito a esta Casa, que teve a sensibilidade de homenagear todas as instituições parceiras da nossa empresa, porque sem elas nós não teríamos ido a alugar nenhum.

Também agradeço muito - e peço uma nova salva de palmas - aos senhores e as senhoras por tudo que têm feito pela agricultura brasileira e, em particular, aqui no estado de Santa Catarina.

(Palmas)

Gostaria de cumprimentar também o dr. Clênio Nailto Pilon, chefe-geral da Embrapa Clima Temperado; o dr. Alexandre Varella, chefe-geral da Embrapa Pecuária Sul; o dr. Osvaldo Vieira, chefe em exercício da Embrapa Trigo; o dr. Osmir José Lavoranti, da Embrapa Floresta; o dr. Alexandre José Cattelan, chefe-geral da Embrapa Soja; e o dr. Alexandre Hoffmann, chefe-adjunto, neste momento representando o chefe-geral da Embrapa Uva e Vinho, Lucas Garrido.

Quero dizer, dentro de uma estratégia de regionalização, que esses são os chefes-gerais das unidades da região sul que se fazem presentes prestigiando este evento que reputo de grande importância. A empresa é uma só. A empresa tem 47 unidades de pesquisa. A Embrapa é uma só. Nós temos que trabalhar muito unidos e em sinergia.

Então, agradeço muito pela dedicação dos nossos chefes-gerais da região a pela presença aqui neste momento importante

Eu também consolido os meus agradecimentos, em nome de todos os empregados e lideranças da nossa Embrapa, por esta homenagem e pelo zelo e atenção com que estamos sendo tratados, e temos sido tratados, aqui nesta Casa.

Para mim, pessoalmente, é uma grande honra estar em Santa Catarina, um estado que é um orgulho do Brasil pelos seus indicadores socioeconômicos, pelo seu desenvolvimento econômico e também pelas suas belezas naturais. É um estado diferenciado, protagonista de tantas contribuições ao nosso Brasil, e nós precisamos replicar Santa Catarina em muitas regiões do nosso país.

Parabéns aos senhores e muito obrigado pela presença!

Eu gostaria de saudar, explicitamente, os homenageados, o governo do estado de Santa Catarina, a secretaria estadual de Agricultura, a Epagri, a Cidasc, o Sindicarne, a Associação Catarinense de Avicultura, a Associação Catarinense de Criadores de Suínos, a Fapesc, a Organização das Cooperativas, a Federação de Agricultura do Estado, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar Sul, e a prefeitura de Concórdia.

Acho que, juntos, protagonizamos uma verdadeira revolução nesses últimos 40 anos, uma transformação que começou a partir de um sonho de um grupo de visionários que lançou as bases para a criação da Embrapa e um sistema de pesquisa agropecuária que conduziu o Brasil à modernidade no campo.

Em 26 de abril de 2013 celebramos 40 anos dessa visão, do início da construção e

da consolidação, em tempo recorde, de um modelo de agricultura tropical e subtropical moderna, baseada na ciência. Modelo esse que permitiu ao Brasil alcançar sua segurança alimentar e, mais que isso, se projetar como um grande provedor de alimentos para o mundo.

Agora, se me permitem discordar de algumas afirmativas anteriores, somos o segundo maior país exportador. Quando está reunido o bloco europeu, somos o terceiro, mas somos o segundo maior país exportador, somente sendo superado pelos Estados Unidos. E, logicamente, o maior exportador em café, açúcar, suco de laranja, etanol de cana-de-açúcar, frango e soja. Somos o segundo maior exportador de carne bovina e o terceiro maior em algodão.

Cabe aqui citar alguns marcos decisivos da pesquisa agropecuária para essa transformação do nosso campo, marcos como a ampliação do conhecimento sobre o solo brasileiro, o desenvolvimento de novas cultivares e raças adaptadas às nossas condições de clima e solo, ou ainda a introdução de moderna tecnologia da pecuária nacional.

O desenvolvimento de tecnologias como a Fixação Biológica de Nitrogênio. E quando falamos em Fixação Biológica de Nitrogênio é porque ela traz um retorno da ordem de R\$ 10 bilhões para os nossos produtores. Só isso paga, em grande medida, todos os investimentos feitos numa empresa como a Embrapa, que tem um orçamento atual de R\$ 2 bilhões.

Então, investir em pesquisa dá, sim, frutos, e essa é uma tecnologia que foi um diferencial para a nossa empresa, porque na época o adubo estava disponível em baixo preço. Então, muitos questionavam por que fazer esse esforço.

Hoje sabemos como é importante tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista ambiental, racionalizando o uso de fertilizantes nitrogenados. E ainda, em tempos de mudanças climáticas, de emissão de gás de efeito estufa, minimizando a emissão do chamado N2O.

(Passa a ler.)

“Mais recentemente, também cabe ressaltar o desenvolvimento da biotecnologia, desde o sequenciamento do genoma do café e o inédito feijão resistente ao vírus do mosaico dourado, cujo cultivo comercial foi aprovado pela comissão Técnica Nacional de Biossegurança em 2011.

Avançamos ainda em temas como gestão ambiental e territorial, agricultura conservacionista, alimentos biofortificados, inclusão produtiva da agricultura familiar, entre tantos outros.

Senhoras e senhores, gostaria de destacar a contribuição do estado de Santa Catarina, grande produtor brasileiro de suínos, aves, maçã, cebola, trigo, banana e alho, entre outros produtos agrícolas.

O estado também é o maior exportador de frangos e suínos do Brasil. Este é um exemplo das transformações que o poder público, a pesquisa agropecuária e o setor produtivo são capazes de realizar.”

Gostaria de fazer algumas menções à criação da Embrapa Suínos e Aves, que iniciou um junho de 75, e em outubro de 78 transformou-se em Suínos e Aves. Iniciou como Embrapa Suínos, em Concórdia, e a região é o berço da modernização das atividades.

Hoje conta com 210 funcionários e uma área de 176 hectares.

Vários exemplos de resultado já foram dados e não vou me ater a isso. Gostaria de falar sobre duas questões. Uma é sobre o suíno *light*, que já foi mencionado aqui. E o suíno *light* vale à pena mencionar porque ele fez parte de uma estratégia a partir dos anos 90, do conceito da pesquisa de dentro da porteira para a pesquisa em cadeias produtivas.

Essa foi uma decisão e temos aqui o mentor dela, que foi o dr. Murilo Flores, como presidente da Embrapa, implantando o planejamento estratégico da empresa, que nos motivou a olhar para a cadeia produtiva como um todo. A pesquisa começa no produtor e termina no consumidor.

Então, essa é uma contribuição concreta de uma aliança entre a estratégica e a implementação da estratégia. E aí temos um produto com benefício à saúde humana e ao produtor que gera uma diversificação de possibilidades.

Gostaria de fazer referência a outra pesquisa, talvez menos conhecida aqui na região, mas que foi executada nos Estados Unidos por uma pesquisadora da Embrapa Suínos durante o surto do H1N1 em 2009. Através de uma parceria com a ARS, eles estabeleceram, numa cena parecida a filmes de ficção, inoculando o vírus nos suínos e avaliando se ele passava para a carne ou não, se havia segurança alimentar e se podiam manter assim a autorização para o consumo da carne suína.

Então, foi um resultado de extrema importância para a cadeia e logicamente para a saúde humana mundial. Hoje vemos a Embrapa já protagonizando uma série de contribuições no ponto de vista ambiental, como a questão do biogás e de adubos orgânicos, almejando o bem-estar animal, sendo contribuições importantes e pelas quais se parabeniza a unidade.

(Continua lendo)

“Nessa história de 40 anos, são muitos os avanços que nos orgulham. Mas a despeito disso, não temos o direito de nos acomodar, pois os desafios que o futuro nos reserva certamente serão maiores que aqueles que superamos até aqui. Viveremos o paradigma da complexidade e um emaranhado de demandas e urgências se entrelaçarão exigindo soluções rápidas e simples.

Nesse momento a empresa se prepara para iniciar um novo ciclo. Junto aos nossos parceiros precisamos ir mais além. A sociedade espera que possamos ajudar a atender parte da crescente demanda por alimentos, fibras e energia de um planeta que, em pouco mais de três décadas e meia, terá nove bilhões de habitantes.

A pesquisa agropecuária deverá romper novas barreiras do conhecimento para superar desafios cada vez mais complexos. Temas como a automação da agricultura,

prospecção de novos valores da nossa biodiversidade, aquecimento global, tecnologia de biomassa, dentre outros, já estão mobilizando equipes de pesquisa da Embrapa e de nossos parceiros. São temas que exigem conhecimentos cada vez mais sofisticados. Por isso, estamos intensificando nossos programas de cooperação internacional e a interação com as universidades brasileiras, inclusive com a criação de Unidades Mistas de Pesquisas, como na Unicamp, em São Paulo.

Para fortalecer essa trajetória em direção ao futuro, a Embrapa abraçou definitivamente o conceito de inteligência estratégica com o lançamento do Sistema Agropensa, uma plataforma de prospecção, estudos e inteligência que ajudará a empresa a responder aos grandes desafios da agropecuária nas próximas décadas.

Senhoras e senhores, 40 anos se passaram desde a criação da Embrapa e sabemos que muito se construiu pelo bem do Brasil a partir do diálogo entre a política e a ciência. Esse entendimento será fundamental para que no futuro o Brasil continue construindo uma agricultura capaz de atender a esses grandes desafios que ultrapassam as fronteiras brasileiras.

Eu brindo a esse entendimento! Eu brindo aos nossos pesquisadores, analistas, técnicos e assistentes; aos nossos parceiros públicos e privados; e aos nossos produtores grandes e pequenos. E, com muita alegria, eu brindo ao futuro que todos estamos construindo neste momento.

Gostaria de agradecer a esta Casa e a todos pela presença neste evento.”

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Muito obrigado, dr. Ladislau Martins Neto, representando a Embrapa. Parabéns pelo seu pronunciamento!

Convido para fazer uso da palavra o sr. Murilo Flores, representando o governo de Santa Catarina, com muito mais respaldo ainda por já ter sido presidente da Embrapa.

O SR. MURILO FLORES - Sr. deputado Neodi Saretta e sr. deputado Moacir Sopelsa, que foram os mentores desta sessão especial, os meus cumprimentos a v.exas. e o meu boa-noite!

Sr. deputado Jailson Lima, sempre muito atento às questões da Embrapa, também cumprimento v.exa.

Quero cumprimentar o dr. Ladislau Martins Neto e em seu nome saudar todos os meus colegas da Embrapa aqui presentes.

Gostaria de cumprimentar o dr. José Zeferino Pedroso, em seu nome saudar todas as lideranças rurais que olham com tanto carinho para a pesquisa agropecuária e, particularmente, para a Embrapa.

Cumprimento os meus colegas de governo aqui presentes e, acima de tudo, esta Casa, a Assembleia Legislativa, que nunca se furtou de se manifestar em defesa dessa organização, a Embrapa, e novamente o faz por ocasião da comemoração desses 40 anos de sua existência.

Serei muito breve porque a esta altura as pessoas estão mais preocupadas com

o coquetel que virá a seguir do que escutar os pronunciamentos.

Mas eu me sinto muito à vontade neste momento. O sr. governador Raimundo Colombo está em viagem à Europa e o sr. vice-governador estava em Joinville. E graças a ele consegui chegar aqui às 19h.

Queria externar os cumprimentos do governador e do vice-governador, que têm um apreço muito grande pela Embrapa. Quando estávamos no helicóptero, o vice-governador Eduardo Pinho Moreira me fez uma pergunta que as pessoas me fazem num sentido muito forte: “Murilo, você foi presidente da Embrapa?” E ele a fez como quem diz: “Puxa vida, você foi presidente da Embrapa?” Realmente a cada momento se repete isso. Mas, mais do que ser ex-presidente da Embrapa, terei orgulho, em julho, de fazer 32 anos de carreira como pesquisador.

Então, tenho uma honra muito grande de representar o governo Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira nesta solenidade.

Fiquei um pouco assustado quando o Dirceu João Duarte Talamine mencionou que eu há 18 anos deixei a Presidência da Embrapa. Então, o público deve estar imaginando que sou um velho. Mas rapidinho o Ladislau consentou isso e disse que eu assumi muito novo a Presidência. Aliás, a minha mulher, que está na faixa de 50 anos, quando olha para um jovem de 30 anos, vive repetindo: “Foram irresponsáveis ao nomear você presidente da Embrapa naquela idade”. Quando alguém de 50 anos olha para alguém de 30, diz: é um menino!

Eu me lembro de ter ido à Embrapa Trigo logo no início da minha gestão na Presidência, e olhava para os pesquisadores e pensava assim: o que esses caras estão pensando. O tempo que eles têm de pesquisa é o que tenho de idade!

Então, com uma suspeita de que hoje, aos 55 anos, eu sei que ela procedia, mas acho que não fui tão mau assim no meu desempenho. Se puder sintetizar o que a Embrapa fez de importante em uma frase eu diria que ela tropicalizou a agricultura, que era uma atividade fundamentalmente subtropical. Ela foi a líder mundial na tropicalização da agricultura. Em síntese, tudo mais vem decorrência desse comentário. Então, isso é extremamente importante.

Mas queria destacar a imagem que a Embrapa construiu. São poucas organizações no Brasil que construíram uma imagem como a Embrapa conseguiu construir nesses 40 anos. E aí conto uma historinha para mostrar que imagem é essa.

Eu terminei o meu doutorado em 2007, época em que o governador Luiz Henrique iniciava o seu segundo mandato. Por forças políticas, indicaram-me para ser presidente da Epagri e, com muito orgulho e com muita honra, eu aceitei. O governador Luiz Henrique, que sabia que eu não era tão conhecido pelo interior do estado, toda vez que eu estava presente numa solenidade, mandava-me dar um passo à frente e dizia: “Este é o dr. Murilo Flores, presidente da Epagri, que foi presidente da Embrapa”. Estava resolvido o problema, ou seja, eu podia ter sido um péssimo presidente da Embrapa, porém a

qualidade do nome da Embrapa associava claramente uma boa indicação. Ou seja, ele estava dizendo: eu fiz bem, eu nomeie um presidente da Embrapa para presidir a Epagri.

Isso mostra o respeito que a sociedade tem com esta marca, a Embrapa, construída nesses 40 anos, e pela qual todos nós, "embrapianos" temos um orgulho muito grande. É muito bom dizer que somos funcionários da Embrapa, pois sabemos que somos vistos com muito bons olhos.

Então, essa história é extremamente importante, e de vez em quando eu repito a demonstrando essa imagem que a Embrapa construiu.

Mas a Embrapa também cometeu injustiças, e elas foram citadas aqui. Os nossos co-irmãos gaúchos têm quatro unidades de pesquisa, os nossos co-irmãos paranaenses têm duas e nós temos somente uma. Fomos discriminados.

Quando eu era presidente, fiz uma brincadeira na reunião de diretoria e coloquei um ato de criação de uma unidade em Florianópolis. Eu dizia: quando eu deixar a Presidência da Embrapa, eu quero morar em Florianópolis. Eu preciso criar uma unidade de pesquisa lá. E quando os diretores viram aquele ato pronto para ser assinado, eles disseram: "Você está louco"! Era uma brincadeira, mas de fato eu consertaria uma discriminação que a Embrapa cometeu.

Mas, felizmente, para nós essa criação de uma única unidade permitiu que tivéssemos aqui no estado, e que talvez não tivesse ocorrido, a Empasc e a sua sucessória, a Epagri, que tem um histórico de respostas à demanda da agricultura do estado de Santa Catarina, e que é extremamente significativo. E talvez se tivéssemos muitas unidades da Embrapa aqui não tivesse havido todo o apoio que os governos sucessivos deram à Empasc, à Acaresc e à Epagri. Portanto, a injustiça foi cometida, mas os catarinenses, com empreendedorismo e com a sua competência, conseguiram superá-la.

De modo geral, senhoras e senhores, este é um momento que a Embrapa costuma aproveitar para demonstrar a sua relação com a sociedade. Aí de fato, não somente todos os "embrapianos" e todos aqueles que participaram desse processo durante os 40 anos merecem os parabéns, mas, acima de tudo, a sociedade brasileira merece os parabéns, porque sustentou, defendeu, lutou, luta e lutará para a manutenção dessa organização.

Então, todos nós estamos de parabéns pelo sucesso alcançado.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Muito obrigado, dr. Murilo Flores.

Agradecemos a presença de todas as autoridades com assento à mesa, bem como das autoridades presentes no plenário, dos homenageados e dos visitantes que na maioria foram nominados. Pedimos desculpas se alguma autoridade não foi nominada. Sintam-se todos cumprimentados!

Particularmente, queremos agradecer a presença da Marisa e da Catarina, que estão aqui nos prestigiando. Em nome do deputado Moacir Sopelsa e em nosso nome, agradecemos por esta sessão e fazemos o convite para participarem de um coquetel no *hall* deste Poder. Chegou um recado de que são produtos da Embrapa do sul do país e não somente da Embrapa de Concórdia.

Esta Presidência, antes de encerrar a sessão, convida todos para ouvirem a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

# ATA DA 038ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2013

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes Srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o sr. deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN -Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, amigos da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Sr. presidente, faço uso da tribuna, com muito orgulho, com muita satisfação, tendo em vista o ocorrido no último domingo. Foi um confronto entre dois times guerreiros, com postura, com treinamento, com determinação, que tornou o resultado secundário no processo, pois quem ganhou foi o esporte e a sociedade catarinense.

Mas eu não poderia deixar de usar a tribuna para, além de enaltecer a posição e a maneira com que competiu o time de Chapecó, que lutou à altura, com afinco, pois foi um sufoco danado nos últimos minutos, principalmente, reverenciar e enaltecer a participação do nosso guerreiro Tigre.

(Passa a ler.)

"Sr. presidente, srs. deputados, a região sul está novamente em festa. Depois de oito anos o nosso Criciúma Esporte Clube ou simplesmente o Tigre, como é mais conhecido, voltou a erguer a taça de Campeão Catarinense.

Depois de sair do melancólico 7º lugar, no turno, o Tigre deu a volta por cima e mostrou que a superação é capaz do impossível.

Retorno a esta tribuna da qual já parabenizei o clube pelo acesso à Série B, para, desta vez, parabenizar pelo acesso à Série A. Isso tudo tem um culpado, ou melhor, um salvador, chama-se Antenor Angeloni.

Ele que em 2010 pegou o Criciúma de mal a pior, quase fechando as portas, e acreditou na recuperação, investiu, pagou as dívidas, montou elenco e hoje colhe o fruto de

uma boa gestão administrativa com o clube saneado e com ótimas projeções.

Hoje o Criciúma é o único time de Santa Catarina na elite do Campeonato Brasileiro. Antenor Angeloni foi um empresário que sonhou com um time grande, forte, competitivo e vencedor e teve o apoio da torcida. E como canta Raul Seixas, 'Sonho que se sonha junto é realidade', desabafaria o chargista Zé da Silva, logo após a final.

E o que falar do torcedor do Tigre? Um abnegado, sem dúvida nenhuma, são milhares que sofreram com a fase ruim, mas nunca, jamais, pensaram em largar o time que tanto amam. Essa demonstração foi dada em Chapecó, no estádio Índio Condá, e também em Criciúma, na chegada dos jogadores e da comissão técnica na manhã de ontem.

A cidade parou, aliás, 'para ver, ouvir e dar passagem', como cantaria Chico Buarque, e não era uma banda, mas 'a moça triste que vivia calada sorriu, a rosa triste que vivia fechada se abriu e a meninada toda se assanhou' para ver o Tigre passar.

O estado hoje é amarelo, branco e preto. Tem dez títulos catarinenses, uma Copa do Brasil, dois campeonatos brasileiros, está situado no estádio Heriberto Hülse que, data vênica aos meus colegas de outras regiões, é o maior clube de Santa Catarina."

Amigo deputado Gelson Merisio, visa que é um apoiador nato do Chapecoense Esporte Clube e que estava presente vendo e ouvindo o bom combate, preciso ressaltar aqui aquele que acreditou em uma projeção, numa

trajetória de médio e longo prazo, esse visionário, Antenor Angeloni, e toda sua diretoria, com a participação efetiva e a solidariedade dos empresários, dos torcedores do nosso glorioso Tigre, que vem desencadeando um trabalho com a participação da nossa Universidade do Extremo Sul Catarinense - Unesc - que monitora um grande trabalho em mais de 50 municípios de projeção com perspectiva factível, real, de médio e longo prazo, possibilitando a condição dos municípios participarem de uma ação integrada em que o município coloca o professor com o monitoramento da universidade. E o Criciúma Esporte Clube, o nosso Tigre, arca com os uniformes, chuteiras, meias, calções e camisas.

É impressionante quando se oportuniza a condição, principalmente nos bairros periféricos, às crianças de baixa renda, de uma bola e um local para poderem desempenhar o esporte, como aflora o talento dessas crianças, que na maioria das vezes não têm a oportunidade de ter sequer uma bola e uma chuteira para exercer essa atividade.

Vejo esse tipo de projeto com muita expectativa. E quando vejo, presidente Joares Ponticelli, essa atuação que o Criciúma vem empreendendo no futebol, lembro de uma visita que tivemos a oportunidade de fazer na Espanha, no Clube Real Madrid, onde com a parceria da universidade de Madri criaram o projeto e a faculdade de Gestão em Futebol, em que o recém-nascido, desde a maternidade, dentro de um banco de dados integrado, leva o uniforme do time para casa, ou seja, a criança já vem com aquilo no subconsciente, e o pai, a mãe, o avô, a avó, a família acabam se encantando e gerando uma expectativa que prospecta excelentes atividades e capilaridades no mundo dos negócios.

Por isso, não poderia deixar passar em branco para a cidade de Criciúma, para toda a região e para o estado de Santa Catarina, esse momento tão honrado em que o Criciúma se coloca na Série A do Campeonato Brasileiro.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Valmir Comin, quero cumprimentar v.exa. e dizer que nós, os oito parlamentares do sul do estado, estamos em festa desde domingo, além do vice-governador do estado e do prefeito Márcio Burigo. Mas quero cumprimentar, especialmente, o presidente Antenor Angeloni e toda a diretoria do Criciúma pelo profissionalismo com que aquele time está sendo gerido e pela estreia na semana que vem, no próximo final de semana, no Campeonato Brasileiro. Afinal de contas, o Criciúma será o único representante do estado e deve ser, a partir de domingo, o time de todos nós.

Cumprimento, também, pelo trabalho social que está sendo feito, como os Tigrinhos, tirando crianças, jovens e adolescentes do caminho da morte, das drogas, porque cabeça vazia é oficina de coisa ruim, e com o trabalho social elas têm uma ocupação saudável e revelam talentos para Santa Catarina, para o Brasil e para o mundo.

Parabéns, deputado Valmir Comin, pela iniciativa, e também a todos que fizeram do Criciúma esse grande campeão catarinense para figurar bem na elite do futebol brasileiro.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Aliás, sr. presidente, a bandeira que o Criciúma estabelece de inclusão social, tirando as crianças e os jovens do vício das drogas, vem ao encontro de uma das bandeiras deste

Parlamento, que v.exa. adotou, que é o combate às drogas em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Valmir Comin, gostaria de parabenizar v.exa. pela homenagem, assim como todos os torcedores do Criciúma, o time do Criciúma, à diretoria, pelo importante feito de domingo, até porque o Criciúma era o time com maior capacidade, com melhores condições de ser o campeão, durante o segundo turno inteiro mostrou isso e mereceu o título.

Parabéns!

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Agradeço, sr. presidente, a oportunidade, e gostaria de dizer, ainda, da honra e da satisfação de poder abordar este assunto no dia de hoje.

E sobre o que falou o presidente, deputado Joares Ponticelli, a correlação de um time com uma visão empreendedora através de um visionário, dentro de uma realidade, como o empresário Antenor Angeloni, por acreditar e apostar em projetos sociais, pode desencadear, com certeza, novas vertentes com perspectivas, projeções, expectativas e esperança para essa juventude, essa classe menos assistida para a qual se oportuniza essa condição de interagir em conjunto com o monitoramento da universidade. Esse exemplo deveria ser seguido por todos os times de futebol em nível de Brasil, porque se trata realmente de promover inclusão social, ou seja, de dar condições a essas crianças, que têm o seu talento reprimido.

Isso é dar dignidade e oportunidade aos menos assistidos.

Por isso, parabenizo, mais uma vez, a equipe do nosso glorioso Tigre e todos os torcedores que são a razão maior e a existência do nosso glorioso time.

Era isto o que eu tinha a dizer, sr. presidente e srs. deputados!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

A nossa palavra, deputado Joares Ponticelli, vai para o mais criciumentense de todos, o nosso Samuca, que está aqui acompanhando atentamente o discurso do deputado Valmir Comin.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli (Intervindo) - O Samuca é criciumentense desde 1º de fevereiro!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - O maior torcedor de todos os criciumentenses! Antes era chapecoense, mais tudo bem, não é, deputado Gelson Merisio?

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, pedi à assessoria da mesa que, em homenagem ao Criciúma Futebol Clube, deixasse a bandeira aqui durante o meu pronunciamento, porque ao tempo em que cumprimento o time, cumprimento todos os que participaram do Campeonato Catarinense e deram alegria a todos os catarinenses. E, naturalmente, ao final alguém tem que ser o campeão.

Mas quero destacar o trabalho que o Tigre faz com as crianças e a oportunidade que ele dá a pequenos jovens que complementam a sua formação justamente através do esporte.

Nesta semana, deputados Valmir Comin, Joares Ponticelli, José Milton Scheffer e Dóia Guglielmi, fazendo uma referência mais contundente aos deputados do sul de Santa Catarina, a comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente fará uma audiência pública em Criciúma, às 9h, na Câmara Municipal, com a presença dos vereadores, prefeitos de todas as cidades da região sul, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Conselhos Municipais de Defesa da Criança e do Adolescente. Enfim, será feita uma grande discussão sobre qual é a realidade especificamente do sul de Santa Catarina, quais são as ações que estão sendo feitas, quais são os mecanismos que temos para melhorar a formação da criança e do adolescente.

Fiz questão que permanecesse à nossa frente esta bandeira do Criciúma justamente para destacar a ação que o Tigre faz em Criciúma com inúmeros jovens de todas as cidades da região sul, e para destacar o que os clubes esportivos podem fazer em Santa Catarina para as nossas crianças e adolescentes.

Por isso, ao cumprimentá-los quero destacar que já temos uma audiência marcada para sexta-feira, sendo que toda a comunidade está convidada a participar dessa audiência pública lá em Criciúma.

Mas, sr. presidente, quero fazer alguns comentários sobre a convenção nacional que o PSDB realizou em Brasília, convenção na qual tivemos a presença de todas as estrelas do PSDB nacional: Aécio Neves, naturalmente, que foi eleito presidente; Fernando Henrique Cardoso, o maior destaque nacional e um político que identifica o perfil do PSDB; José Serra, que foi candidato a presidente várias vezes e a sua presença foi muito importante justamente significando a união que o PSDB está tendo em prol do futuro breve; Geraldo Alckmin; Marconi Perillo, governador de Goiás; Arthur Virgílio, prefeito de Manaus; o prefeito de Belém.

Enfim, estiveram lá mais de cinco mil pessoas, todos com algum destaque, representando a sua região, município e estado. Não houve uma presença maior ainda do que isso justamente pela legislação, pela chapa de consenso, em que o deputado Aécio Neves é o presidente, O ex-governador Leonel Pavan é vogal, e o deputado Marcos Tebaldi, também é suplente de vogal. O senador Paulo Bauer, enfim, como era uma chapa de consenso, houve bastantes presentes, mas, pela legislação, apenas 20% dos convencionais votam. Naturalmente, não que se tenha desmotivado uma presença maior, mas não havia a necessidade de mobilizar 100% dos convencionais já que 20% era suficiente.

Foi uma grande festa, com presença maciça, uma multidão. Deu para perceber a grande liderança que tem ainda o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, Geraldo Alckmin, José Serra, Arthur Virgílio, principalmente, a grande esperança que é depositada em Aécio Neves, como futuro presidente do Brasil. E digamos que a grande tônica dessa convenção foi o fato de o PSDB, que governou o Brasil de 1995 até 2002, estava no caminho certo. E quem é que chegou a essa conclusão? Primeiramente, o próprio governo do PT, porque de 2005 até 2002, o PT não votou favorável em nenhuma votação, nem ao Fundeb, a nenhum encaminhamento que era de origem do governo central, que é do governo Fernando Henrique Cardoso, mas de 2003 até o momento em o atual governo do PT está no mandato, não rejeitou nenhuma vírgula daquilo que foi aprovado.

Então, o primeiro que confirmou que o PSDB estava no caminho certo foi,

exatamente, o atual governo, que abraçou todas as aprovações que foram realizadas. Imagine vocês, por exemplo, a questão da privatização do sistema elétrico, que hoje é de encargo do governo, é pública, mas a geração de energia ela passou a ser privatizada, quer dizer, a iniciativa privada pode gerar energia elétrica.

Até 1995 somente o governo gerava energia elétrica, podia fazer os investimentos. Mas o que acontecia na prática? O governo não tinha recursos para investir, por isso, não investia. Hoje nós estaríamos num verdadeiro apagão.

Hoje temos a oferta de energia elétrica, somos suficientes em energia elétrica graças à abertura que o governo deu e que permanece hoje, permitindo que a iniciativa privada gere energia elétrica de várias formas, seja através da força da água, do vento, da energia solar etc, são várias maneiras que podemos estar injetando no sistema uma quantidade maior, uma oferta maior de energia elétrica.

Imaginem como estaríamos, com esse crescimento que o Brasil esteve nos últimos anos, se nós não tivéssemos essa oferta de energia? Hoje capengamos na transmissão, que é de encargo do setor público.

Imaginem vocês o que seria do Brasil se não fosse a privatização da telefonia? Como estaríamos hoje trabalhando, como estariam os celulares, como estariam os telefones? Antes de 1995, ter um telefone era um destaque social, e a privatização do sistema permitiu então que hoje todos os brasileiros pudessem ter o seu telefone fixo ou móvel.

Imaginem como seria sem a abertura do setor de informática, o setor de navegação e cabotagem? E um projeto que faltou ser votado no governo Fernando Henrique diz respeito à questão dos portos, a privatização dos portos, que deveria ter acontecido já há oito, dez, 15 anos.

Seguramente o sistema portuário trançou, impediu o desenvolvimento, especialmente das relações internacionais, mas agora temos essa abertura, demonstrando que todas aquelas ações, aquelas privatizações que o governo vinha fazendo, deram certo, a crise mundial provou que o caminho que o Brasil teve deu certo, foi coordenado pelo PSDB, e por isso que o PSDB poderá fazer muito mais pelo Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado!

Senhores deputados, está sobre a mesa um requerimento assinado por todos os líderes de partido, de autoria do deputado José Nei Ascari, para abriremos os microfones à manifestação da sra. Berenice Piana, que é ativista em defesa das causas do autismo, membro-presidente do Grupo Azul e autora do projeto de lei que institui a política de proteção dos direitos da pessoa com transtorno de espectro autismo.

Como estamos a apenas cinco minutos do horário dos Partidos Políticos e o PSD abriu mão do seu tempo, gostaria de perguntar aos líderes se podemos suspender a sessão agora, pelo tempo de até dez minutos? (Os srs. líderes aquiescem.)

Está suspensa a sessão pelo tempo de dez minutos para ouvirmos a sra. Berenice Piana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a presente sessão.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Nei Ascari.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Muito obrigado, sr. presidente.

Gostaria apenas de cumprimentar a sra. Berenice Piana, que veio do Rio de Janeiro mais uma vez a este estado, a esta Assembleia, pelo pronunciamento e agradecer-lhe pela presença neste estado. Você que adotou Santa Catarina tem percorrido o Brasil na defesa desta causa nobre e tem estado aqui sempre que convidada para transmitir a sua mensagem, estimular Santa Catarina, fomentar aqui a associação dessas instituições criando perspectivas melhores de futuro para essa nossa gente.

Quero registrar também que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a qual tenho a honra presidir nesta Casa, recebeu essa proposta como contribuição também da Marlete Grandó, que preside uma importante entidade em Fraiburgo.

Esta é a missão da comissão, recepcionar as sugestões e tentar materializar essas ideias, transformando esses encaminhamentos em propostas que possam, de fato, entrar em vigor em Santa Catarina.

Não tenho dúvidas também de que o governador será sensível a esta causa sancionando a lei para Santa Catarina. Pelo menos esta é a nossa expectativa.

Parabéns! Conte conosco. Seja sempre bem-vinda a este estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado José Nei Ascari. Parabéns pelo trabalho na comissão.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, peço a v.exa. dois minutos, na condição de presidente da comissão de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente, para cumprimentar a sra. Berenice Piana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Por uma questão de ordem, a concessão de tempo é de um minuto, mas concedo a v.exa. um minuto e meio.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sim, sr. presidente.

Querida cumprimentar a sra. Berenice Piana e dizer que fui encarregado por esta Assembleia para relatar o projeto de lei do deputado Carlos Chiodini e do deputado José Nei Ascari, que aportou na Presidência.

Antigamente o autismo era um assunto desconhecido, mas que bom que as décadas passaram. O Brasil se atualizou e hoje vemos nesta Casa essa sensibilidade para a derrubada de alguns mitos, como a questão do retardamento e do isolamento, que estão sendo superadas fazendo valer, de fato, o direito desse cidadão que merece conviver em sociedade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Senhor presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio AleSC Digital ou que estão aqui presentes nesta tarde de terça-feira.

Querida iniciar parabenizando os bombeiros militares que terminaram e

concluíram o curso de formação de cabo no último dia 10 de maio, em solenidade militar da qual tivemos a oportunidade de participar. Queremos parabenizar a todos os formandos, os companheiros de longa experiência na instituição, outros mais novos e o conjunto da instituição Corpo de Bombeiro Militar no estado de Santa Catarina.

Quero parabenizar também a Polícia Militar e todos os policiais militares do estado pelos 178 anos da instituição, que foram completados no último dia 5 de maio. No dia 3 de maio, aliás, houve uma solenidade militar no Centro de Ensino da Trindade, que foi uma das formaturas mais bonitas, talvez ficamos com saudade daquele espaço e achamos essas solenidades sempre bonitas, alusiva ao dia 5 de maio, aniversário da Polícia, que foi grande, forte e representativa.

Contamos com a presença do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Joares Ponticelli; do deputado Kennedy Nunes, que neste momento preside esta sessão, inclusive sendo homenageado, recebendo uma comenda, uma medalha, como amigo da Polícia Militar, e para nós também é uma satisfação tê-lo como amigo, pois sabemos do seu histórico na cidade de Joinville e no estado catarinense, sempre nessa parceria com a instituição.

Quero também fazer referência à sessão especial que foi realizada no dia 13 de maio, especialmente alusiva aos 178 anos da Polícia Militar e a satisfação de ver este Plenário lotado de policiais militares e de amigos da Polícia Militar.

Então, reitero os nossos parabéns a todos os praças e oficiais da Polícia Militar do estado de Santa Catarina pela sua longa trajetória de serviços prestados à sociedade catarinense. Quero parabenizar a instituição inteira, cada um dos policiais militares, e porque não o comandante da Polícia Militar, coronel Nazareno Marcineiro, pelo trabalho desempenhado a nossa sociedade, mas fazendo referência especial ao período de atuação desses policiais militares naquelas duas ondas de violência aqui no estado de Santa Catarina, de incêndios e de atentados a ônibus, bem como a estabelecimentos públicos, viaturas, quartéis, delegacias de polícias, inclusive ao Palácio do Governo. Foi feito um excepcional trabalho pela Segurança Pública e me permitam dizer que de forma especial, por policiais militares cansados de atuar na linha de frente, mas que não queriam folga, apresentavam-se voluntariamente para trabalhar mais e ajudar a sociedade.

Assim, já parabenizei, pessoalmente, o comandante-geral pelo resultado do ótimo trabalho e pela volta à normalidade da sociedade catarinense. Isso se deve à quantidade de policiais, à força de vontade e pelo método e forma com que a Polícia Militar e as outras instituições de segurança agiram, balizadas inclusive, pela legalidade, que garantiu que a sociedade inteira entendesse que era preciso cessar aquela onda de violência.

E o papel do comandante-geral e das suas instâncias de comando, até chegar lá na ponta das operações militares, com certeza foi fundamental para que se agisse estritamente dentro da lei e pudéssemos voltar à normalidade.

Já na questão salarial, como sempre, é uma no cravo e outra na ferradura, deputado Kennedy Nunes, pois a proposta que anda em voga, de iniciativa do comandante-geral, infelizmente, a nosso ver, não é boa para a maioria dos policiais militares. Ela é discriminatória entre a cúpula e a base da instituição, retira direitos históricos importantíssimos dos policiais e dos bombeiros militares de Santa

Catarina, de forma que existe um debate feito pelos praças, pelos oficiais, e nós vamos intensificá-lo, inclusive, haverá assembleia dos praças no dia 4 de junho.

A proposta que está em debate está preocupando o conjunto dos policiais e Bombeiros Militares de Santa Catarina, pois, a princípio, poderá trazer prejuízos bastante graves a direitos históricos dos policiais e Bombeiros Militares de Santa Catarina, resolvendo vários problemas da cúpula e criando outros tantos problemas para a base nos próximos anos.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Ainda dentro do horário reservado ao Partidos Políticos, o próximo horário pertence ao PMDB.

Com a palavra o deputado Mauro de Nadal, por até doze minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e da Rádio AleSc Digital.

Assomo esta tribuna para falar sobre um tema que é amplamente conhecido por toda cadeia produtiva do estado de Santa Catarina, mas entra ano e sai ano não conseguimos encontrar uma digna regulamentação capaz de garantir ao nosso agricultor a continuidade da produtividade na sua pequena propriedade rural.

(Passa a ler.)

"Santa Catarina é o quinto estado produtor de leite do país. Em 2011 o estado alcançou a produção de 2,53 bilhões de litros de leite.

No ano de 2012 a produção saltou para 2,7 bilhões de litros.

O Oeste catarinense é responsável por 73% da produção de Santa Catarina, que no ano de 2012 atingiu 759 bilhões de litros.

No estado, praticamente, 190 mil estabelecimentos agrícolas dedicam-se à atividade leiteira, segundo os números da Ocesc - Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina.

Nos últimos anos, o mercado tem sido favorável aos produtores. Em fevereiro de 2013 a remuneração média chegou a R\$ 0,74, o litro, em muitas regiões, mas hoje, esse valor já chega perto de R\$ 1,00.

Conforme os números da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite, essa é uma remuneração intermediária, se comparado com os preços pagos na Argentina e no Uruguai.

O Uruguai paga aos produtores de leite, em média, U\$ 0,40; a Argentina, U\$ 0,35; e o Brasil, U\$ 0,37.

O mercado está soprando a favor do produtor, os ventos estão favoráveis neste momento, mas nos preocupa a questão da continuidade da importação de leite em pó do Uruguai.

Há um ano fomos ao Ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, apelar por regras para a entrada do leite do país vizinho, assim como ocorreu com a limitação da compra do produto Argentino.

O Uruguai ainda está enviando livremente a sua produção de leite para o Brasil. É hora de adotar providências de regramento para a entrada do leite uruguaio em território nacional, antes que os produtores brasileiros, especialmente os catarinenses, tenham que entregar a sua produção com preços abaixo do custo.

Em 2008, eram 4,5 mil toneladas importadas; no final de 2012, a entrada chegou a 50 mil toneladas do produto do Uruguai.

Agora é o momento de deixar as regras para a importação bem definidas, sob

pena de, novamente, o produtor de Santa Catarina sair prejudicado em um futuro bem próximo."

Fiz questão de trazer por escrito este pronunciamento, porque contém dados técnicos e, às vezes, no afã de fazer um bom discurso, acabamos ultrapassando os números exatos que o mercado econômico do leite oferece.

Fizemos, através da comissão de Agricultura e Política Rural, uma importante audiência pública no município de Pinhalzinho, no início do ano passado, onde tivemos a participação de cerca de 700 agricultores, e naquela ocasião esteve conosco o deputado Neodi Saretta, além de outros deputados federais. E daquela reunião levamos a Brasília uma grande reivindicação ao ministro, no sentido de que adotasse providências urgentes objetivando que esse produto, que entra pelo Uruguai, pelo menos tenha um regramento a exemplo da Argentina, porque do contrário vamos ter problemas de comercialização, porque é nesse período que o produtor consegue um preço melhor no litro de leite para compensar a baixa produtividade em virtude do inverno.

Mas isso não está acontecendo, porque o mercado está sendo aquecido com produtos vindos de outros países. Sabemos que existem esses regramentos para conseguir manter a inflação no patamar em que se encontra, mas não podemos controlar a inflação prejudicando, principalmente, o pequeno agricultor, que vive lá com suas vaquinhas de leite produzindo riquezas para o estado e sonhos para sua família.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário do PMDB, os próximos minutos são destinados ao deputado Moacir Sopena.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e nobres ouvintes da Rádio AleSc Digital, hoje teremos uma reunião que será realizada pela Ocesc e estamos convidando os quarenta deputados para participarem, objetivando dialogar, mostrar a importância do cooperativismo para o nosso estado. Quando estivermos no horário da Ordem do Dia e com mais deputados em plenário, aproveitarei para fazer novamente o convite.

Quero cumprimentar o deputado Mauro de Nadal pelo assunto que trouxe à tribuna. O leite é uma atividade que está na pequena propriedade, trata-se de uma renda que vem ao encontro do pequeno produtor, mas, infelizmente, ainda não temos no Brasil uma política de segurança para a produção agrícola.

O Brasil tem excesso de leite, mas importa; tem excesso de carne suína, mas pode entrar carne suína; temos excesso de maçã, mas importamos. Então, não temos ainda uma política segura para esse setor importantíssimo para o desenvolvimento do nosso país.

Também quero aproveitar esses minutos que me restam para comentar que o governo federal autorizou, na semana passada, a abertura de licitação para a construção de ferrovias no estado de Santa Catarina. E o que vimos na imprensa, o que foi discutido, inclusive, na presença do ministro dos Transportes e da ministra do Desenvolvimento Econômico, é que essa ferrovia margearia a BR-282.

E nós sabemos que em Chapecó temos grandes frigoríficos, assim como em Concórdia, Piratuba e Capinzal, onde se localizam outras grandes indústrias do agronegócio.

Pois bem, apresentamos aqui apenas o requerimento para a inclusão dessa região no traçado da ferrovia, porque se esse é o momento de fazer um projeto, porque não incluir o oeste de Santa Catarina para ligar aquela região com o litoral, com os portos? Esse nos parece o momento de fazer uma projeção, uma avaliação. Trata-se de uma região produtora consagrada e que conta com indústrias do agronegócio. Se tivermos a oportunidade de ter uma ferrovia que ligue esses municípios já citados os portos, principalmente, ao porto de Itajaí, essa região vai deixar de se ressentir da falta do desenvolvimento, de oportunidades. E sem projeto, não chegaremos a lugar nenhum. Temos que repensar esse traçado! Não é preciso mudar, apenas incluir na proposta essas regiões.

Podemos, depois, buscar alternativas para viabilizar essas obras, através do governo federal, de recursos públicos do programa público/privado, para que possam participar também as nossas indústrias e possibilitar a construção da ferrovia que vai nos ajudar e muito a garantir a permanência do nosso produtor no campo, das nossas indústrias, que hoje têm dificuldades de se manter no estado, porque não tem facilidade para o abastecimento de milho, de soja etc.

Então, essa é uma oportunidade de unirmos forças, independentemente de partido político, com o governo do estado, com o governo federal, com os municípios, com a iniciativa privada e buscar esse projeto que vem ao encontro do desenvolvimento que precisamos e que vai ajudar muito a economia do estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSDB.

Com a palavra o deputado Gilmar Knaesel, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, catarinenses que nos acompanham, através da TVAL e da Rádio AleSc Digital.

Quero trazer aqui os primeiros números das nossas audiências públicas regionalizadas que realizamos na semana passada no extremo oeste e no oeste de Santa Catarina.

(Precede-se à apresentação de slides.)

Claro que dentro da decisão da comissão de Finanças e Tributação, acordada com todos os membros e também com a Mesa Diretora, por extensão, do Plenário, o cronograma das audiências públicas foi estendido para atender à divisão geopolítica do governo do estado, através das SDRs, ampliando de 13 para 34 audiências para possibilitar a discussão de todo o processo que engloba a LDO, a LOA e o PPA.

É claro que na continuidade dos trabalhos de outros anos a nossa comissão também mostrou os resultados das emendas apresentadas em outros anos, e com isso também prestando contas. E, ao mesmo tempo, na audiência foi dada oportunidade aos participantes de definir as prioridades para o próximo ano.

A discussão, como sempre, baseou-se na efetiva realização das emendas, ou seja, na execução das emendas apresentadas. E, diante disso, temos um novo momento que estamos construindo graças a uma emenda que está aqui também tramitando na Casa, de iniciativa do presidente, deputado Joares Ponticelli, e que haverá de ter agora um novo trâmite, ou seja, uma aceleração da sua

discussão, para que as emendas apresentadas no Orçamento Participativo Regionalizado sejam também emendas impositivas. Ou seja, o governo se obriga a realizá-las dentro do exercício.

Mas o grande avanço nessas primeiras audiências foi a participação do Poder Executivo. O governo esteve presente através da secretaria de Planejamento, com o diretor Norton Boppré e do secretário-adjunto, Túlio Tavares. A secretaria de Articulação Política da Casa Civil também esteve presente em todas as audiências públicas, com o ex-deputado Gelson Sorgato e o sr. Fernando Driessen, ex-prefeito de Caçador, representando essa secretaria. E a secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, através do secretário-adjunto Ozeas Mafra Filho, também esteve presente.

Mas o ponto importante foi, efetivamente, o aumento da participação. Para terem uma ideia, srs. deputados, nas oito audiências públicas tivemos 637 participantes entre prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, presidentes de organizações, entidades, sociedade civil e grande imprensa local e regional. E com isso tivemos um incremento de 140% em relação aos participantes do ano anterior.

No ano passado realizamos três audiências, uma em São Miguel d'Oeste, outra em Maravilha e outra em Chapecó, com um total de um público de 240 pessoas. Este ano, nessas oito audiências, tivemos um público de 637 participantes. Então, isso mostra o acerto de ampliarmos o debate para poder estar mais próximo dos municípios.

Hoje de manhã estive com o presidente da Casa, deputado Joares Ponticelli, com o vice-presidente, deputado Romildo Titon, e também com os demais deputados membros da Mesa Diretora discutindo a continuidade do calendário. E ficou acordado com o presidente e os membros da Mesa que se seguirá o calendário proposto, mas com algumas modificações. Mas, especialmente, fica em aberto uma discussão importante que os líderes vão ter com o presidente ainda esta semana: a questão de nós, quando tivermos audiências públicas, também ao mesmo tempo mantermos o plenário em funcionamento.

Acho que isso é possível. Creio que se pode fazer dessa forma porque os deputados que acompanham as audiências públicas acabam tendo também manifestado a sua presença em plenário como se aqui estivessem, e, vice-versa, os que aqui estão também é como se estivessem participando das audiências públicas.

Volto a dizer do aumento do público presente e que os deputados participaram quase de todas as audiências públicas. Os deputados Maurício Eskudlark, Neodi Saretta, Marcos Viera, Mauro de Nadal e Valmir Comin perceberam e puderam acompanhar que esse modelo de ampliarmos a discussão é vitorioso do ponto de vista da participação. Todos que participaram da audiência pública sentiram um avanço nessa discussão.

Mas é claro que o tema principal volta a ser a questão de termos, efetivamente, o avanço com relação à execução do Orçamento Regionalizado. Mas o importante é que esse instrumento, que foi ideia do Partido dos Trabalhadores e que aprovamos, os 40 deputados de forma suprapartidária, que foram as audiências, transcorra com a ideia de serem um projeto regional, de toda Assembleia Legislativa. É um avanço que trará realmente um resultado em obras e serviços à região, sem esse ranço político-partidário.

Então, temos o compromisso com o Orçamento Regionalizado, porque está na Constituição e temos a consciência de que é

um avanço da democracia participativa dentro dessa política, pois é muito importante estarmos mais próximos das nossas bases.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

A SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Concedo um aparte a v.exa., deputado.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Apenas para comungar da sua fala, deputado Gilmar Knaesel, gostaria de dizer que nas audiências que foram realizadas no ano passado tivemos a participação de 200 pessoas daquela região em dez reuniões de segunda-feira até quinta-feira, e neste ano tivemos a participação de mais de 600 pessoas. Isso quer dizer que o processo está sendo amadurecido na nossa sociedade. Porém, temos que fazer a nossa avaliação frente a essa conjuntura e ver algum encaminhamento no sentido da imposição dessas prioridades regionais para que o governo cumpra o seu papel para no ano seguinte termos uma participação ainda maior, com mais confiabilidade ao trabalho deste Parlamento.

A SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Obrigado, deputado Mauro de Nadal.

Sr. presidente, semana quem vem estaremos na sua região, na sua principal base eleitoral, a partir de segunda-feira estaremos em Concórdia e Seara, à noite, estaremos em Joaçaba, na terça-feira, em Campos Novos e Curitiba, e na quarta-feira, em Videira e Caçador, dando continuidade.

Mais uma vez, gostaria convidar todos os srs. deputados a participarem das audiências públicas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) -

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até onze minutos.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, apenas gostaria de registrar a presença do nosso ex-deputado e ex-presidente desta Casa, Francisco Küster, nesta Casa.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses, estimado ex-presidente desta Casa, deputado Francisco Küster, que tem uma longa história de Santa Catarina. Seja bem-vindo! É um prazer recebê-lo nesta Casa! Iniciei uma militância muito cedo no meu partido, mas o deputado Francisco Küster foi o único deputado de outro partido por quem botei um adesivo no peito, e já falei isso para ele, que hoje está no PT. Veja como a vida dá voltas. Mas seja bem-vindo!

Sr. presidente, srs. deputados, gostaria de abordar duas questões. Primeiramente, sobre o Orçamento Regionalizado, já que o deputado Gilmar Knaesel falava sobre isso. Eu quero manifestar uma posição sobre esse assunto porque participei ativamente das reuniões na semana passada, interrompendo apenas para vir à sessão especial que fizemos aqui na quarta-feira à noite, em homenagem a Embrapa.

Mas gostaria de dizer, sr. presidente, que mais uma vez pude testemunhar a importância de um processo de participação nas decisões do governo no debate do Orçamento Regionalizado. Eu acho que é uma das poucas ferramentas, senão a única de participação

direta da sociedade no governo, por isso temos que mantê-la e fortalecê-la.

Mas é bem verdade que é preciso fazer ajustes, e o principal deles, no meu entendimento, deputado Mauro de Nadal, é definir, efetivamente, quanto recurso seria possível destinar para estes debates e, em cima destes valores, fazer a discussão e a execução, porque fazendo apenas um orçamento impositivo poderemos, além de termos o problema da inconstitucionalidade, receber uma alegação de engessamento do governo.

Então, o ideal, realmente, é definir um valor.

Permita, inclusive, dizer que esta foi a experiência que utilizamos no governo municipal, quando prefeito de Concórdia, onde, à época, definimos um valor destinado às obras a serem automaticamente executadas pelo governo.

Acho que temos que ter esse mecanismo para não fazer o jogo daqueles que não querem nenhum tipo de participação popular no governo.

Então, acho que foi produtivo. Agora, é importante rediscutir, sim. E eu sugiro que a gente faça essa rediscussão a partir do próximo ano, para termos, efetivamente, valores definidos.

E aproveitamos estas reuniões que estão tendo agora para fazer o debate no sentido do aprimoramento.

O Orçamento Regionalizado, no meu entendimento, é uma ferramenta importante que deve ser fortalecida para aumentar a participação da sociedade catarinense.

Agora, quais os ajustes que precisam ser feitos, se temos que reduzir reuniões ou compactar, temos que definir para que nos próximos calendários essas reuniões sejam melhor aproveitadas.

O segundo tema que queria abordar aqui é sobre o Instituto Federal Catarinense, especialmente o campus de Concórdia.

(Passa a ler.)

"O Instituto Federal Catarinense - Campus Concórdia - completou neste mês de maio, 48 anos de existência. A história da instituição começa pela criação como Ginásio Agrícola, em 1965, que passa a Colégio Agrícola, tornando-se Escola Agrotécnica Federal.

Desde dezembro de 2008 faz parte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, denominando-se Campus Concórdia.

No Instituto Federal Catarinense - Campus Concórdia - são oferecidos os cursos: Técnico em Alimentos e Técnico em Agropecuária Integrados ao Ensino Médio; Técnico em Informática Subsequente ao Ensino Médio; Bacharelado em Medicina Veterinária; Engenharia de Alimentos; Tecnologia de Alimentos; Licenciatura em Matemática e Física; Pós-graduação em Gestão de Tecnologia da Informação.

Além de cursos de Formação Inicial Continuada (Fic) e Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

O número de matriculados é de 1.211 alunos, divididos entre cursos técnicos integrados e subsequentes, formação continuada e educação de jovens e adultos, cursos superiores, nas pós-graduações e no Pronatec."

Eu faço este registro, deputada Angela Albino, pela passagem da comemoração dos 48 anos, e também porque estivemos, há duas semanas fazendo uma visita à instituição, conversando com a sua direção e com os seus alunos.

A sociedade catarinense não se deu conta ainda da importância do Instituto Federal

Catarinense. A partir da criação desses institutos, em 2008, tivemos verdadeiros polos irradiadores da educação, e na caso de Concórdia, aquela antiga escola agrotécnica, que muitos ainda acham que é o colégio agrícola, hoje é o Instituto Federal de Educação, como eu disse anteriormente, com cursos técnicos, com cursos a nível de graduação, pós-graduação, inclusive, e que faz um importante trabalho.

(Continua lendo)

“Durante toda a existência, o Instituto Federal Catarinense - Campus Concórdia - tem buscado levar educação e ensino de qualidade, de forma pública e gratuita, a toda comunidade da região, o que continua sendo o compromisso da instituição, preocupada sempre em atender as demandas regionais, formando profissionais capacitados para o mercado de trabalho.”

A área do instituto do campus de Concórdia é privilegiada pois conta com 253 hectares, sendo com 26.000m<sup>2</sup> de área construída. Para os senhores terem uma ideia, essa estrutura física comporta laboratórios de informática, de biologia, solos, química, física, análise sensorial, bromatologia, microbiologia, biotecnologia, miniusina de beneficiamento e panificação, laticínios, carnes e vegetais.

Enfim, há toda uma estrutura à disposição, além do hospital veterinário, dos laboratórios da Medicina Veterinária, que estão sendo concluídos agora.

Portanto, queria parabenizar o Instituto Federal Catarinense, *Campus* de Concórdia, pelos 48 anos, é claro, englobando desde quando começou com o Ginásio Agrícola, passando ao Colégio Agrícola, tornando-se Escola Agrotécnica Federal e hoje elevada à condição de campus do Instituto Federal Catarinense.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o deputado Sandro Silva, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e Rádio Alesc Digital, servidores desta Casa, público presente.

Quero falar, sr. presidente, sobre o Movimento Negro do estado de Santa Catarina referente à saúde da população negra em nosso estado. Foi promulgada pelo governo do estado no dia 7 de janeiro deste ano a Lei n. 15.948, que cria a Semana Catarinense de Atenção à Saúde da População Negra em nosso estado.

Fazendo parte das atividades da semana, tivemos uma reunião do Movimento Negro de Santa Catarina juntamente com a comissão de Saúde da Assembleia, em que já agradeço, mas gostaria de agradecer novamente a atenção do deputado Volnei Morastoni. Já que não houve sessões na Casa não teria condições de realizar uma reunião da comissão de Saúde com todos os deputados em função do deslocamento às audiências públicas do Orçamento Regionalizado, que de pronto recebeu integrantes do Movimento Negro do estado para discutir questões muito importantes para a saúde da população negra do estado.

Então, após alguns debates nessa reunião com o deputado Volnei Morastoni e com a comissão de Saúde, conseguimos criar uma subcomissão específica para tratar da saúde da população negra no estado de Santa Catarina. Por que criar uma subcomissão específica para a saúde da população negra no

estado? Porque a população negra, devido à miscigenação, devido a tantos fatores genéticos, sofre mais com alguns tipos de doenças, como anemia falciforme, pressão arterial alterada, diabetes *mellitus*, entre outras doenças que afetam com maior gravidade a população negra.

Já que no estado de Santa Catarina somos quase 1 milhão de negros é necessário que o estado dê uma atenção especial à população negra que corresponde a 1/6 da população do nosso estado.

Então, criamos essa subcomissão de Atenção à Saúde da População Negra na Assembleia Legislativa e hoje pela manhã nos reunimos também com os integrantes do Movimento Negro para agendar uma reunião juntamente com o secretário estadual de Saúde, Dalmo Claro de Oliveira, para tratar da criação de uma coordenação específica na secretaria de Saúde, como já existe no Rio Grande do Sul, para dar atenção à saúde da população negra no estado.

Também queremos que essa secretaria indique um membro para participar da subcomissão. Na reunião que tivemos de manhã com o secretário de estado da Saúde, solicitamos a implementação de políticas públicas de atenção à população negra, já que o governo federal tem vários programas, vários projetos de atenção à saúde da população negra.

Então, os integrantes do Movimento Negro no estado saíram bem felizes com a atenção despendida pelo secretário Dalmo de Oliveira a essa questão da saúde de nossa população.

Houve também o compromisso do secretário Dalmo de Oliveira para que no ano que vem a Semana Catarinense de Atenção à Saúde da População Negra tenha um pouco mais de visibilidade em todo o estado. E também foi solicitado para que dentro do cronograma da comunicação da secretaria de estado da Saúde sejam apresentadas algumas mensagens para conscientizar a população negra da necessidade de prevenção de alguns tipos de doença.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado José Milton Scheffer, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos assiste.

Quero registrar, nesta Casa, com grande satisfação, a abertura da licitação para a conclusão na BR-282, da conhecida Serra da Rocinha, que ocorreu na última sexta-feira na superintendência estadual do DNIT de Santa Catarina.

Trata-se de uma reivindicação de décadas da sociedade do extremo sul de Santa Catarina, e nestes dois últimos anos, em nosso primeiro mandato parlamentar, intensificamos as ações junto aos órgãos competentes de licenças ambientais, ao DNIT nacional, na questão do orçamento, e ao ministério dos Transportes. E através dessas ações com o apoio da sociedade e de outros parlamentares, conseguimos alcançar essa conquista na manhã de sexta-feira última quando o DNIT licitou e contratou um consórcio para iniciar a pavimentação da Serra da Rocinha.

A empresa vencedora, o consórcio formado pelas empresas Setep/Ivai/Sotepa venceu com o valor de R\$ 95.900.000,00. Trata-se de uma obra difícil que compreende cerca de 120km na Serra Geral que vai contemplar duas pontes, sendo uma delas com

a altura de 120m, e mais quatro viadutos. Sem dúvida alguma, essa obra mudará a realidade regional, impulsionando inúmeros negócios e potencialidades existentes no estado, tais como o aumento do fluxo de turistas, integração dos roteiros turísticos, aumentando com isso o Pib e a arrecadação de impostos e a produção primária, incentivando a fruticultura, a facilidade no acesso do transporte e troca de mercadorias nos negócios, bem como, viabilizar a criação de um parque eólico em cima da terra, já em desenvolvimento com investimento em cerca de R\$ 1 milhão.

São novos negócios que vão gerar emprego e renda, não apenas em Santa Catarina, mas na região serrana do Rio Grande do Sul, inclusive aumentando os negócios e as exportações através do porto de Imbituba. A rodovia possui 720km de extensão e estava estrangulada nesses 22km da Serra de Timbé do Sul. Ela liga São Borja, que faz divisa com a cidade argentina, São Tomé, e termina na BR-101 em Araranguá. Passa por diversas cidades do Rio Grande do Sul, como São Borja, Santo Ângelo, Santa Rosa, Panambi, Vacaria, Carazinho, Caxias do Sul, Passo Fundo, Bom Jesus, Lagoa Vermelha e São José dos Ausentes.

E em Santa Catarina passa por São Miguel d' Oeste, Chapecó, Concórdia, Lages, Timbé do Sul, Turvo e Araranguá. É uma rodovia histórica, a região aguardava por muito tempo e queremos aqui homenagear toda a comunidade do sul do estado que se envolveu nessa luta.

Queremos homenagear todas as instituições em nome da Aciva e da Amesc, bem como todas as lideranças políticas, empresariais e comunitárias que empunharam essa bandeira. Muito ainda terá que ser feito no acompanhamento dessa obra, não iremos relaxar na guarda e no acompanhamento, mas, sem dúvida nenhuma, é uma conquista que merece, sr. presidente, ser comemorada.

Também gostaria, na tarde de hoje, de registrar o trabalho que a Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Catarinense vem fazendo incansavelmente na coleta de assinaturas em prol do movimento nacional Saúde+10, que tem por objetivo coletar mais de um milhão e meio de assinaturas em prol do projeto de lei de iniciativa popular para obrigar a união, o governo federal, a investir no mínimo 10% de suas receitas brutas na saúde.

Santa Catarina já superou sua meta inicial e já contabiliza mais de 70 mil assinaturas e continuará com a campanha até dia 3 de julho, quando encerraremos a coleta de assinaturas e daí passaremos à auditoria no Conselho Nacional de Saúde para, no início de agosto, entrarmos na Câmara dos Deputados com o projeto de emenda constitucional, obrigando o governo federal a colocar 10% de suas receitas em prol da saúde pública.

Trata-se, sem dúvida nenhuma, de uma campanha que vale a pena ser empunhada por toda a sociedade catarinense, porque os reflexos dela se darão numa maior qualidade no atendimento da saúde a nossa população, principalmente aquela mais carente.

Por isso, a Frente Parlamentar não vai baixar a guarda e continuará trabalhando, pois o Brasil possui mais de dois mil hospitais filantrópicos, santas casas que atendem mais de dez milhões de pessoas por ano em seus hospitais, sendo responsáveis pelo atendimento de 45% de todas as internações feitas pelo Sistema Único de Saúde, mas a cada R\$ 100,00 gastos com serviços prestados para o SUS esses hospitais recebem apenas R\$ 65,00. O custo da saúde no Brasil aumenta a cada ano e a renuneração do sistema há décadas não é reajustada, sacrificando hospitais e profissionais da área da saúde.

Assim, essa campanha merece o nosso respeito, a nossa consideração e apoio, sobretudo de todos os envolvidos, todos aqueles que de uma forma ou de outra entendem que um Sistema Único de Saúde universal precisa de recursos para poder funcionar de maneira adequada.

Quero aqui aproveitar esses momentos finais, sr. presidente, para prestar aqui também a nossa homenagem ao Criciúma Esporte Clube, à sua diretoria, bem como a toda sua torcida e à população de Criciúma e do sul do estado pela conquista do 10º Título Estadual do Criciúma Esporte Clube neste último final de semana, lá em Chapecó, mostrando mais uma vez a garra, competência e a força do time do Criciúma, bem como de todo sua população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado José Milton Scheffer.

Passaremos à Ordem do Dia.

Solicito aos colegas parlamentares que se encontram nos seus gabinetes que possam descer ao Plenário para que possamos cumprir a nossa pauta de hoje e deliberar sobre diversos vetos que temos para esta sessão.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias, e que as mesmas terão o seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projeto de Lei n. 0171/2011, de autoria da bancada do PT e Projeto de Lei n. 0357/2012, de autoria do deputado Serafim Venzon.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0344/2012, de autoria dos deputados José Nei Ascari e Carlos Chiodini, que institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Nei Ascari.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Sr. presidente, eu apenas gostaria, mais uma vez, de agradecer a presença da Berenice Piana.

Ela usou a tribuna fazendo a defesa desta matéria que é muito importante para Santa Catarina e que já está transformada em lei no cenário nacional. E esta é a nossa lei!

Registro aqui a compreensão do deputado Carlos Chiodini com relação a esse tema, já que ele também havia proposto nesta Casa uma matéria com um teor muito semelhante.

Quero também agradecer o empenho do deputado Serafim Venzon, que articulou na comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência a aprovação dessa importante matéria.

Acho que com a aprovação desta proposta aqui no estado haverá melhores condições de tratamento seja na área da saúde, da educação, na inclusão do mercado de trabalho, dessas pessoas especiais que precisam do apoio e da assistência do poder público.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Continua em discussão.  
(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Está aprovada em primeiro turno, por unanimidade.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, eu gostaria de cumprimentar v.exa., os srs. deputados, as sras., deputadas, e sugerir que v.exa. convide os nossos colegas deputados, que estão em seus gabinetes, que compareçam ao Plenário para que possamos deliberar os vetos e cumprir a nossa missão parlamentar.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado Aldo Schneider, atendendo à solicitação de v.exa., solicito aos deputados que compareçam ao Plenário para que sejam deliberadas as matérias em pauta.

Esta Presidência registra e agradece a presença do ex-presidente desta Casa, grande deputado Francisco Küster.

O Deputado Francisco Küster e o deputado Neodi Saretta, foram os primeiros a inaugurar essa composição, esse compartilhamento de gestão, como depois fizeram os deputados Gelson Merisio e Jorginho Mello.

Portanto, o deputado Francisco Küster e o deputado Neodi Saretta foram os pioneiros nesta iniciativa. Esperamos ter sucesso nesta gestão.

Seja bem-vindo, deputado Francisco Küster.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, pedi a palavra, pela ordem, para registrar a ilustre presença do deputado Francisco Küster, por quem tenho uma grande admiração e de quem partiu o convite para filiar-me ao PSDB. E, através do Hélio Costa, tive a oportunidade de concorrer ao cargo de deputado estadual, ficando segundo suplente, em 2002.

E como não me elegi, e temos que seguir os desígnios de Deus, tinha resolvido ficar apenas na carreira policial. Por isso, à época, fui ser delegado Regional de Balneário Camboriú. E depois o deputado Francisco Küster, gentilmente, licenciou-se e assumi seu lugar nesta Casa por 90 dias, quando conseguimos a lei da aposentadoria especial dos policiais civis e aprovamos vários outros projetos, voltando, assim, para a política.

Então, digo ao grande deputado Francisco Küster que se hoje tenho a honra de estar aqui trabalhando pelo povo catarinense, deve-se àquele seu gesto que abriu espaço para que eu assumisse uma cadeira na Assembleia Legislativa.

Quero deixar registrado nesta Casa a minha gratidão, e dizer que divido com v.exa. o empenho e o compromisso que tenho em representar o povo de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0117/2011, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0488/2009, de autoria do deputado Jailson Lima, que cria o

sistema de verificação de furto ou roubo de veículo automotor junto aos postos e praças de pedágios instalados nas rodovias do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, estou procurando ajudar aqui o meu líder do governo Aldo Schneider, que chegará daqui a alguns instantes, que a orientação do governo é pela manutenção do veto. A matéria procede, tem mérito, mas pode ser feita através de uma indicação parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	votou
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	votou
DEPUTADO CIRO ROZA	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	votou
DEPUTADO DARCI DE MATOS	votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	votou
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	votou
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	votou
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	votou
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	votou
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	votou
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SANDRO SILVA	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VOLMIR COMIN	votou
DEPUTADO VALNEI MORASTONI	

Consulto os srs. deputados se todos exerceram seu direito de voto.

Está encerrada a votação.

Temos 15 votos "sim" e 10 votos

"não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único

da Mensagem n. 0746/2012, que dispõe sobre veto parcial ao Projeto de Lei n. 0311/2012,

de procedência governamental, que estima a receita e fixa a despesa do estado para o

exercício financeiro de 2013.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

O veto incide sobre a emenda de autoria do relator.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, com relação ao Orçamento Regionalizado, solicito a compreensão dos srs. deputados e das sras. deputadas, pois houve um entendimento por parte do relator, deputado Marcos Vieira, junto com as secretarias de estado da Fazenda e do Planejamento, tendo em vista o fato de quinze emendas, quinze sugestões, não terem sido inseridas no Orçamento, por entendimento do Executivo.

Então, houve, por parte da comissão de Finanças e da liderança do governo, um encontro de contas no sentido de buscar as secretarias do Planejamento e da Casa Civil, juntamente com o relator, deputado Marcos Vieira, e ficou acordado que o Executivo encaminharia hoje um projeto de lei reparando esses vetos.

Então, a minha solicitação, em nome do governo, é que esses vetos não sejam derrubados porque o projeto de lei vai caminhar de forma concomitante. Ou seja, depois de aprovada a lei que veio do Executivo, derrubaremos o veto, conforme entendimento, hoje, com o governo.

Dessa forma, peço que se retire de pauta, neste momento, essa mensagem de veto, porque adentrou a esta Casa Legislativa, hoje, um projeto de lei reparando esses erros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado Aldo Schneider, v.exa. solicita a retirada de pauta dessa mensagem?

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, gostaria de manifestar a minha opinião concordando também com esse encaminhamento, porque se já há um projeto de lei que contempla esse tema, não há porque derrubarmos o veto.

Agora, é importante primeiramente analisarmos o projeto, saber realmente se ele contempla esse tema, para deixar tramitar.

A minha sugestão é pela retirada de pauta desta mensagem para que possamos melhor analisá-la nas próximas votações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - V.Exa. propõe a retirada apenas da Mensagem n. 0746/2013. É isso?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - É isso mesmo. Perfeito! Até porque o acordo que fizemos, a comissão de Finanças e Tributação e a liderança do governo, culminou com o projeto de lei, já lido nesta tarde.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, realmente há a necessidade da retirada de pauta dessa mensagem. O governo

começou a cumprir o acordo feito, juntamente com o líder do governo e o relator do Orçamento do ano que vem, no sentido de regularizarmos a situação dessas emendas que foram vetadas.

Houve divergência quando da aprovação do Orçamento Regionalizado, inclusive em Plenário, e posteriormente, a não inclusão no Orçamento, por isso, fez-se necessário fazer uma emenda do relator, que o governo resolveu vetar.

E ele mandou para esta Casa, sr. presidente, está no expediente de hoje, o projeto de lei, que já deu entrada por intermédio da Exposição de Motivos n. 0151/2013, tratando dessa questão, mas faz-se necessário um comparativo, sr. presidente, pelo menos daquelas emendas em que o veto trata sobre a diferença de valores, que aprovamos nas audiências do Orçamento Regionalizado, a ação com valor específico, e que o governo a remeteu para esta Casa com um valor irrisório. Ou seja, não tratou a ação aprovada por todo o Plenário, por toda a população, prontos, adequadamente.

Dessa forma, sr. presidente, até que possamos fazer um comparativo do projeto de lei, que ora está em curso aqui nesta Casa, com o veto, peço a retirada de pauta dessa mensagem com a concordância do deputado Aldo Schneider, líder do governo.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Apenas gostaria, sr. presidente, de tentar clarear um pouco mais as explanações dos deputados Aldo Schneider, líder do governo, e Marcos Vieira.

Trata-se de 15 emendas que não foram contempladas no Orçamento. Para corrigir isso, o governo mandou um projeto resgatando dez emendas e, as demais, as outras cinco, já foram contempladas no Pacto por Santa Catarina, a exemplo da implantação de um Cras, em Florianópolis. Portanto, a preocupação do Parlamento com o atendimento e a execução de todas as emendas do Orçamento Regionalizado está resolvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Bom, penso que a matéria está devidamente explicada. Há concordância de todos os parlamentares, vejo pela sinalização, e encaminhado pelo sobrestamento desta matéria, até que a discussão e a deliberação sobre a proposta que chegou esteja pronta para ser debatida neste Plenário.

No dia em que a matéria chegar, vamos trazer o veto de volta à pauta. E aí votaremos o veto e, na sequência, a matéria que complementa aquilo que estava contido...

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, somente para finalizar, gostaria de dizer que eu me comprometo, junto com os técnicos da coordenadoria do Orçamento Regionalizado, a fazer o comparativo e depois trazer ao conhecimento do líder do governo para que possamos dar prosseguimento ou não à votação do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Marcos Vieira.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, isso nos remete a uma reflexão e faz-nos entender que o governo realmente está sinalizando para cumprir com aquilo que é estabelecido por consequência das reuniões do Orçamento Regionalizado, tanto é que reconhece e está encaminhando o projeto das dez emendas que foram vetadas e as cinco que já estão contempladas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

Fica sobrestada a votação desta matéria até que se conclua o debate nas comissões e possamos deliberar as duas conjuntamente.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0747/2013, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0364/08, de autoria do deputado Darci de Matos, que torna dispensável a exigência, pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta e suas fundações, de autenticação de cópia, em cartório, de documentos pessoais e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, este projeto tem mérito, mas foi vetado pelo governo por uma série de razões. Eu vou transformá-lo numa indicação parlamentar e tenho certeza de que o governo vai analisar com muita sensibilidade.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Agradecemos a gentileza do deputado Darci de Matos e a sua compreensão em transformar em indicação este seu projeto, até porque nós também entendemos dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	votou
DEPUTADA ANGELA ALBINO	votou
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	votou
DEPUTADO CIRO ROZA	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	votou
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	votou
DEPUTADO EDISON ANDRINO	votou
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	votou
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	votou
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou

DEPUTADO KENNEDY NUNES votou  
 DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI  
 DEPUTADO MANOEL MOTA  
 DEPUTADO MARCOS VIEIRA votou  
 DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK votou  
 DEPUTADO MAURO DE NADAL votou  
 DEPUTADO MOACIR SOPELSA votou  
 DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO votou  
 DEPUTADO NEODI SARETTA votou  
 DEPUTADO NILSON GONÇALVES  
 DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA votou  
 DEPUTADO RENO CARAMORI  
 DEPUTADO ROMILDO TITON votou  
 DEPUTADO SANDRO SILVA votou  
 DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES votou  
 DEPUTADO SERAFIM VENZON votou  
 DEPUTADO SILVIO DREVECK  
 DEPUTADO VALMIR COMIN votou  
 DEPUTADO VOLNEI MORASTONI votou

Está encerrada a votação.  
 Temos 18 votos "sim" e 11 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0771/2013, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0152/2012, de autoria do deputado Dóia Guglielmi, que dispõe sobre a compensação de dívida da Fazenda Pública decorrente de Certidão de URH pendente de pagamento com crédito tributário e estabelece outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, o governo veta totalmente o PL de autoria do deputado Dóia Guglielmi que obriga o Poder Executivo a aceitar dívida emitida por outro Poder e compensá-la com seus créditos. O veto é por inconstitucionalidade, uma vez que há interferência no Poder Executivo e compromete os sistemas de controle da Fazenda Pública Estadual, além de ser contrário ao interesse público, pois poderia levar o estado a situação financeira indesejada. É voto um.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER votou  
 DEPUTADA ANA PAULA LIMA votou  
 DEPUTADA ANGELA ALBINO votou  
 DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR  
 DEPUTADO CARLOS CHIODINI votou  
 DEPUTADO CIRO ROZA votou  
 DEPUTADO DADO CHEREM votou  
 DEPUTADO DARCI DE MATOS votou  
 DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT  
 DEPUTADO DIRCEU DRESCH votou  
 DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI votou  
 DEPUTADO EDISON ANDRINO  
 DEPUTADO GELSON MERISIO  
 DEPUTADO GILMAR KNAESEL votou  
 DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS votou  
 DEPUTADO JAILSON LIMA votou  
 DEPUTADO JEAN KUHLMANN  
 DEPUTADO JOARES PONTICELLI votou  
 DEPUTADO JORGE TEIXEIRA votou  
 DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER votou

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI votou  
 DEPUTADO KENNEDY NUNES votou  
 DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI  
 DEPUTADO MANOEL MOTA  
 DEPUTADO MARCOS VIEIRA votou  
 DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK votou  
 DEPUTADO MAURO DE NADAL votou  
 DEPUTADO MOACIR SOPELSA votou  
 DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO votou  
 DEPUTADO NEODI SARETTA votou  
 DEPUTADO NILSON GONÇALVES  
 DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA votou  
 DEPUTADO RENO CARAMORI votou  
 DEPUTADO ROMILDO TITON votou  
 DEPUTADO SANDRO SILVA votou  
 DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES votou  
 DEPUTADO SERAFIM VENZON votou  
 DEPUTADO SILVIO DREVECK  
 DEPUTADO VALMIR COMIN votou  
 DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Está encerrada a votação.

Temos 18 votos "sim" e 10 votos "não", sendo que o excelentíssimo senhor presidente, deputado Joares Ponticelli, acatou a manifestação do sr. deputado Moacir Sopesla votando a favor deste projeto fora do sistema eletrônico de votação, sendo assim totalizam 19 votos "sim".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0776/2013, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0051/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que assegura à gestante de alto risco a internação na rede hospitalar particular, constatada a inexistência de leito hospitalar vago na rede pública de saúde.

Conta com o parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, eu faço uso dessa tribuna, apesar de ter conversado já com todos os novos pares, para dizer mais uma vez que o veto do governo está equivocado, porque hoje, deputado Jailson Lima, já existe a possibilidade de o governo fazer o atendimento da grávida de alto risco num hospital particular, desde que não haja nenhum leito na rede pública. Quando se fala, deputado Marcos Vieira, na rede pública, fala-se de Passos de Torres a São Miguel do Oeste ou até Garuva.

Esse projeto surgiu de uma visita que fiz, deputado Mauro de Nadal, ao diretor da Maternidade Darcy Vargas, em Joinville, onde nasci, uma maternidade pública. Naquele dia o diretor estava com problemas porque havia no hospital um gestante, vinda de Araquari, de alto risco, e não tinha leito disponível em Joinville, apenas em Chapecó. Então ele me perguntou: "Como vou encaminhar esta gestante, de alto risco, a Chapecó para ser atendida?"

Dessa forma, a ideia que trago a esta Casa é no sentido de, numa área de até 200km, a partir da residência da grávida, não havendo leitos, conforme emenda substitutiva que está no projeto, o gestor da maternidade pública tem como encaminhar a gestante para um atendimento pela tabela SUS.

Sendo assim, é equivocado quando o governo diz que estamos criando despesas.

Nós não estamos criando despesas, esta facultatividade da despesa já existe quando não há leitos disponíveis.

Então, peço vênha aos nobres pares e, como estamos tratando de gravidez de alto risco, pergunto por que uma gestante tem que entrar numa ambulância e viajar 700km ou 800km para ocupar um leito lá no oeste do estado, sendo que ela é do sul, do norte ou do leste?

A proposta é em não havendo condição de internação num raio de até 200km, o estado tem legalidade para pagar o procedimento num hospital particular, como hoje já pode. Sendo assim, não existe criação de despesas.

Queria pedir aos nobres pares para que possamos tratar disso de forma razoável. Não existe criação de despesa, não existe vício de origem, mas uma visão muito social e de saúde pública nesse processo.

Não se trata de uma crítica, veja bem, eu sou do governo, mas os técnicos não têm essa visão e, por isso, precisamos fazer valer a nossa posição em ralação aos projetos nesta Casa.

Por isso, peço vênha para que possamos votar pela derrubada do veto e assim salvarmos muitas mães e bebês que estão andando de ambulância para cima e para baixo numa gravidez de alto risco.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Deputado Kennedy Nunes, vou falar como médico. Esse governo tem um conjunto de burocrata que só diz: "Governador, vete esse projeto!" E não sabe ler, não entende o que significa o projeto.

Deputado Dado Cherem, botar uma parturiente com eclâmpsia numa ambulância e mandar para Chapecó, é matar a mãe e a criança junto. E com os níveis de complicação dessa doença, o custo no SUS de uma UTI é infinitamente superior ao custo de um parto decente, em que 48 horas depois, esta mãe poderá estar andando e amamentando o seu bebê.

Então, isso não é custo para o estado, é salvar vidas no estado catarinense, porque temos condições, inclusive, de quantificar as gestantes de alto risco no estado anualmente. E o que significa de custo isso?

Por isso, parabéns pelo seu projeto. Quero dizer aos burocratas do governo do estado, da Procuradoria Jurídica, que se interem do projeto, dos custos, antes de dizer apenas: "Vete, vete e vete."

Parabéns, deputado Kennedy Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, sr. deputado Kennedy Nunes, em que pese a legalidade ou a ilegalidade da frieza do veto, eu acho que o emblema da sua mensagem é muito maior do que tudo isso.

Eu mesmo, em 2007, 2008, tive que fretar um helicóptero particular para salvar uma mãe que saiu do município de Bela Vista do Toldo para ir à cidade de Blumenau.

Foi um apelo desesperado do próprio Corpo de Bombeiros da região, porque, com certeza, se transportada de ambulância, aquela criança e aquela mãe iriam a óbito naquele momento.

Então, sr. presidente e demais deputados, esse projeto de lei não é um projeto, ele é um emblema muito forte como foi o da deputada Ana Paula Lima no apelo em relação ao crack, ao vício.

Dessa forma, mesmo optando, em tese, pela ilegalidade da derrubada do veto, por criar despesas ou por vício de origem, enfim, a mensagem é muito forte.

Acho esse debate muito importante. Como agora foi aprovada no Congresso Nacional a lei que obriga o tratamento imediato do câncer a partir do momento do diagnóstico, 60 dias depois, aqui também temos essa urgência.

Queria fazer um apelo ao líder do governo que, quem sabe conversando com o governador Raimundo Colombo, que mande para esta Casa uma lei autorizativa, fazendo com que isso possa acontecer, deputado Kennedy Nunes.

Neste caso, o gestor, lá na ponta, fica numa situação delicada de ter que contratar um serviço particular para o atendimento, e muitas vezes pode até ser responsabilizado por este contrato.

Então quero dizer, com todo respeito ao líder do governo, que voto pela derrubada do veto, não pela lei em si, mas pelo emblema que ele representa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Dado Cherem.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, como enfermeira, mulher e mãe, acho justa a manifestação de diversos parlamentares desta Casa. Dessa forma, oriento a bancada do Partido dos Trabalhadores pela derrubada do veto, porque estamos falando de vida.

Como mencionou o deputado Dado Cherem, são situações que ocorrem diuturnamente em vários municípios do estado de Santa Catarina, onde não há vaga, realmente, para a gestante dar à luz, e nada mais justo do que a rede particular propiciar leitos, principalmente, deputado Kennedy Nunes, porque esse projeto se refere à gestante de alto risco, que corre iminentemente risco de morte.

Inclusive, uma das grandes causas de morte materna no estado de Santa Catarina é a gravidez de alto risco.

Então, peço aos senhores parlamentares, homens, porque tenho certeza de que as deputadas mulheres vão votar realmente pela derrubada do veto, que votem a favor do deputado Kennedy Nunes.

A nossa bancada do Partido dos Trabalhadores vai votar pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para

declaração de voto, o sr. deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, acho absolutamente procedente o projeto de lei apresentado pelo deputado Kennedy Nunes, que recebeu o veto do sr. governador. Portanto, advogo pela derrubada do veto, uma vez que, além de todos esses argumentos que já foram colocados, em Santa Catarina, hoje, temos apenas sete hospitais que fazem o atendimento em gestação de alto risco.

Lá no extremo oeste, em Chapecó, o Hospital Regional Lenoir Vargas Ferreira; no sul, em Tubarão, o Hospital Nossa Senhora da Conceição; no vale do Itajaí, em Blumenau, o Hospital Santo Antônio; no nordeste catarinense, em Joinville, a Maternidade Darcy Vargas; em Jaraguá do Sul, o Hospital e Maternidade Jaraguá; no planalto serrano, o Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos; e na Grande Florianópolis, a Maternidade Carmela Dutra.

Na verdade são apenas sete hospitais do estado habilitados para atender gestação de alto risco, e temos falta de leitos, tanto para gestação de alto risco, quanto para UTI pediátrica e neonatal, que estão sempre associadas à gestação.

Se a gestação é de alto risco, temos que dispor de um leito de UTI neonatal, portanto, essa combinação torna as coisas mais difíceis ainda.

Por isso, como bem disse o deputado Kennedy Nunes, não havendo vaga na rede pública é facultado, permitido esse tipo de internação.

Então, entendo que um raio de 200km, na verdade, já é uma distância considerável por todos os outros riscos que aqui também já foram colocados em relação à saúde da mãe e da criança.

Portanto, compreendo e espero que agora com a implantação das redes de atenção de urgência e emergência, e daí há uma revisão também desta questão quanto à implantação da rede cegonha, porque agora, felizmente, o governo do estado aderiu a essa proposta do ministério da Saúde.

Então, embora tenhamos apenas a rede de urgência e emergência, o passo seguinte será caminhar para a rede cegonha, que inclui a área materno-infantil, naturalmente, esperamos, inclusive, que seja ampliada a habilitação de leitos e hospitais para gestação de alto risco e, naturalmente, a UTI neonatal.

Mas independentemente disso, é mais do que procedente a proposta, o entendimento e o objetivo do que propõe o projeto de lei apresentado pelo deputado Kennedy Nunes.

Por isso, advogo também pela derrubada do veto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Volnei Morastoni.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, quero dizer a v.exa., deputado Kennedy Nunes, que voto pela derrubada do veto. Mas, precisamos, deputado Kennedy Nunes, refletir sobre o fato de os hospitais viverem à míngua em Santa Catarina, de uma forma geral, e dificilmente vemos a ativação, principalmente, de leitos de UTI, de uma forma geral, para atendimento a todas as categorias.

Ora, v.exa., no meu entendimento, se sentiu na obrigação de apresentar esse projeto de lei pela falta de leitos de UTI, cuja uma das causas principais é o reajuste da tabela do SUS.

Os hospitais ao abrirem um leito de UTI, deputado Joares Ponticelli, amargam mensalmente um prejuízo enorme.

Ora, reajustando a tabela, deputado Kennedy Nunes, o projeto de v.exa. seria inócuo, porque os hospitais se sentiriam estimulados a ativar leitos de UTI em todos os hospitais, dando essa condição não apenas para as gestantes, mas para a população de forma geral.

O problema está na raiz, ou seja, na tabela do SUS, que deve ser reajustada, não apenas para os leitos de UTI, mas também para a manutenção dos hospitais, que estão morrendo, tanto os públicos quanto àqueles particulares, que também atendem em parte pelo SUS.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Marcos Vieira.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, deputado Joares Ponticelli, apenas gostaria de ressaltar a importância do projeto de lei do deputado Kennedy Nunes, tendo em vista a preocupação com a gestante de alto risco. Obviamente, esse projeto nos remete a uma reflexão muito forte!

O seu projeto é pertinente, deputado Kennedy Nunes, e terá o nosso apoio, mas temos que fazer também uma avaliação geral da saúde brasileira.

É impossível admitir que nos dias de hoje, com a remuneração que os profissionais médicos recebem para atender adequadamente a nossa população com a qualidade necessária, que um leito de UTI deixe um prejuízo enorme para o hospital que o detém. Por isso, temos em Santa Catarina um déficit nessa área.

É preciso uma reflexão por parte do governo federal. A presidente Dilma Rousseff precisa intervir rapidamente no Sistema Único de Saúde, porque sem reajuste há 16 anos não tem gestor público que consiga trazer a universalização do serviço de saúde que queremos.

O governo do estado tem que dar essas condições, e já está gastando um percentual grande do seu Orçamento, os prefeitos, então, nem se fala, alguns estão gastando 25%, 30% do Orçamento em Saúde e mesmo assim não é suficiente porque o governo federal não está gastando 10% do seu Orçamento.

Por isso, Santa Catarina entrou muito bem na campanha Saúde+10. Vamos chegar a 100 mil assinaturas, deputado Volnei Morastoni, v.exa. que é presidente da comissão de Saúde, está junto neste caminho.

Mas a solução é a obtenção de mais recursos, um reajuste na tabela, remunerar melhor os hospitais para que esse projeto possa ser cumprido adequadamente e possamos ter condições de atender as gestantes, próximo à região onde moram. Parabéns pela iniciativa e vamos todos refletir um pouco mais a respeito do financiamento da saúde pública no país.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente,

O SR PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Não poderia deixar de me manifestar e parabenizar o deputado Kennedy Nunes pelo projeto, mas penso que o tema é mais profundo do que a discussão desse projeto. Trata-se de uma questão estrutural no Brasil. Regularizando-se a tabela, adequando-a à realidade do nosso país, esse problema será minimizado.

O projeto estabelece um raio de 200km, mas quanto custa uma vida? Eu não sou médico, mas uma gestante de alto risco, se tiver que se deslocar 200km, não está correndo risco de vida? Eu penso que não havendo atendimento num raio muito menor do que esse, 20km ou 30km, realmente é necessário que o estado arque com o atendimento numa instituição privada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	votou
DEPUTADA ANGELA ALBINO	votou
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	votou
DEPUTADO CIRO ROZA	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	votou
DEPUTADO DARCI DE MATOS	votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	votou
DEPUTADO EDISON ANDRINO	votou
DEPUTADO GELSON MERISIO	votou
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	votou
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	votou
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	votou
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	votou
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	votou
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	votou
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	votou
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SANDRO SILVA	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON	votou
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALMIR COMIN	votou
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	votou

Está encerrada a votação.

Temos 3 votos "sim" e 30 votos "não".

Está derrubado o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0778/2013, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0343/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari, que assegura prioridade na tramitação dos procedimentos judiciais e administrativos em que figure como parte ou interessado pessoa com deficiência.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado José Nei Ascari.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Com a concordância do líder do governo, peço a retirada dessa mensagem de veto da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Conforme solicitação do autor, esta Presidência determina a retirada dessa mensagem da pauta.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0779/2013, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0333/2012, de autoria do deputado Mauro de Nadal, que inclui o iogurte e a bebida láctea, produzidos no estado, na merenda escolar das unidades educacionais da rede pública de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, vejo que falta um pouco de sensibilidade do governo quando vota alguns projetos, até porque somos 40 parlamentares com uma capacidade enorme de apreciação da matéria, tanto na legalidade quanto no mérito, que não está sendo levada em consideração. E aí peço aos srs. deputados que me acompanhem no voto de derrubada do veto, que tem por objetivo principal levar esse alimento importante para a rede pública de ensino estadual e acima de tudo, fortalecer as pequenas agroindústrias que temos no interior do estado.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Precisamos da diversificação e da valorização dos alimentos que são produzidos no estado. Em algumas regiões temos o pescado; em outras, o leite. Então, entendemos que esse projeto é extremamente meritório. Por isso, pedimos para a nossa bancada apoiar a derrubada do veto.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Deputado Mauro de Nadal, na condição de líder do governo, entendo que existe por parte dos analistas da Casa Civil muitas vezes a falta de sensibilidade e até de conhecimento. Mas, estou aqui na função de líder e, nessa função, registro que o governo veta totalmente o projeto

de autoria do deputado Mauro de Nadal, que inclui o iogurte na rede escolar de ensino, tendo em vista a inconstitucionalidade, porque apesar da competência dos estados para legislar nessa matéria, a alimentação escolar depende de estudos técnicos realizados por nutricionistas e de uma série de fatores locais.

Somado a isso, há controvérsias sobre os alimentos lácteos na alimentação escolar.

Vou propor ao eminente colega, deputado Mauro de Nadal, o encaminhamento de uma indicação à secretaria de estado da Educação para que juntamente com a Casa Civil, produzam um texto e aí, quem sabe, possamos transformar em lei essa solicitação.

Por hora, voto um, pela derrubada do veto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, eu quero dizer que nós, da base do governo, que somos "dilmals", temos que ter o entendimento de que com a vergonha da terceirização da merenda escolar superfaturada, dava para oferecer leite, bebida láctea, iogurte e até colocar vaquinhas nas escolas de Santa Catarina.

Por isso, deputado Mauro de Nadal, somos pela derrubada do veto e v.exa. tem uma visão clara de distribuição de renda, garantindo aos agricultores familiares do estado a produção e, principalmente, fazendo com que o governo do estado reveja essa vergonha da terceirização da merenda escolar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Com todo o respeito ao líder do governo, mas não entendi a justificativa dada que o iogurte não pode ser colocado na merenda escolar, a menos que o governo esteja fazendo propagando contra. Que nutricionista é essa que faz essa verificação?

Sr. presidente, nós, deputado Mauro de Nadal, defendemos uma alimentação de qualidade para as nossas crianças e adolescentes, e o iogurte é fonte de cálcio e se faz necessário.

Além disso, queremos dar oportunidade aos nossos produtores do oeste de Santa Catarina de consumirem esses produtores, inclusive, apresentamos um projeto de lei que incluía o peixe na merenda escolar de Santa Catarina, mas o governo vetou.

Então, o governo não está preocupado com a alimentação das nossas crianças e adolescentes, mas, sim, em proporcionar uma alimentação instantânea, em que se mistura o pozinho na água. É isso que o governo quer com a terceirização da merenda?

É lamentável e peço à bancada do PT que vote pela derrubada do veto, pois acho interessante ter sim, o iogurte, o peixe, a carne suína e a carne bovina na merenda escolar para

o desenvolvimento das nossas crianças e adolescentes.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, queria fazer dois apontamentos. Primeiramente, sobre a discussão que a própria base do governo vem fazendo nos últimos tempos, com muita propriedade, em que pese a perda de arrecadação do estado de Santa Catarina tendo em vista a mudança que houve quanto aos produtos importados em Santa Catarina, o risco da unificação do ICMS e o impacto que isso vai ter na economia.

Portanto, compete a esta Casa, mas principalmente ao governo do estado, pensar em soluções de desenvolvimento econômico que potencialize a nossa economia. E o que esta Assembleia está propondo aqui, de certa forma, tem a ver com isso.

E a deputada Ana Paula Lima, pelo conhecimento na área da Saúde, já mencionou a importância desse projeto de lei quanto à saúde das nossas crianças, mas queria levantar aqui o argumento da autonomia das assembleias, e o nosso primeiro juramento é cumprir a Constituição.

Agora, o técnico do governo fazer juízo de valor de um projeto de lei da Assembleia, está errado, sr. presidente, porque aí nos curvamos a estruturas que se formam ao longo dos anos nos governos e perdemos o papel legislativo. Concebemos que no mérito essa matéria precisa ser aprovada, abrimos mão de parte substancial da nossa tarefa de legisladores e sei que v.exa. defende a autonomia do Poder Legislativo. Invoco essa qualidade para votarmos contra o veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputada Angela Albino.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Quero parabenizar o deputado Mauro de Nadal, pois estamos acompanhando essa discussão também no oeste.

Apenas gostaria de acrescentar, sr. presidente, que mais do que estar na merenda escolar, o iogurte deveria estar na cesta básica do estado para derrubarmos o ICMS e, de fato, defendermos o nosso produtor.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Continua em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	votou
DEPUTADA ANGELA ALBINO	votou
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	votou
DEPUTADO CIRO ROZA	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	votou
DEPUTADO DARCI DE MATOS	votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	

DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	votou
DEPUTADO EDISON ANDRINO	votou
DEPUTADO GELSON MERISIO	votou
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	votou
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	votou
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	votou
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	votou
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	votou
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	votou
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SANDRO SILVA	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON	votou
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALMIR COMIN	votou
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	votou

Está encerrada a votação.

Temos 11 votos "sim" e 22 votos "não".

Está rejeitado o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0780/2013, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0082/2011, de autoria do deputado José Nei Ascari, que determina a inserção de orientações sobre melhorias da qualidade de vida no verso dos receituários médicos utilizados pela rede pública de saúde.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - O governo vota totalmente o projeto de autoria do deputado José Nei Ascari, que determina a inserção de orientações no verso dos receituários.

O motivo do veto é a inconstitucionalidade, uma vez que o art. 200 da Constituição estabelece que a competência de gerir a Saúde no país cabe ao SUS.

O governo acrescenta que seria temerário dar orientação genérica para qualquer tipo de paciente. A orientação é pelo voto um.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Continua em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	votou
DEPUTADA ANGELA ALBINO	votou
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	votou

DEPUTADO CIRO ROZA	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	votou
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	votou
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	votou
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	votou
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	votou
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	votou
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SANDRO SILVA	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALMIR COMIN	votou
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	votou

Está encerrada a votação.

Temos 15 votos "sim", 13 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação da Mensagem n. 0785/2013, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0574/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider, que dispõe sobre afixação de placas padronizadas nas farmácias e drogarias estabelecidas no estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, a minha sugestão é de que em qualquer município catarinense tenhamos placas padronizadas de farmácias quando procuramos algum medicamento.

Mas os tecnocratas, dizem que é inconstitucional por ferir o art. 24 da Constituição Federal.

Eu vou transformar, infelizmente, esse meu projeto de lei, numa indicação ao governo. E quem sabe eu o sensibilize a transformar em lei, vindo do Executivo. Obviamente, não posso mudar a minha postura na condição de líder. Olha o que a vida nos prepara, voto um.

Vejam os senhores, tenho que votar contra o meu projeto.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - A Bancada do Partido dos Trabalhadores vota pela derrubada do veto. Deputado Aldo Schneider, com todo respeito, temos que orientar nossa sociedade sobre isso. Eu não sei qual é a diferença entre indicação e projeto de lei. Poderíamos votar hoje, porque é um dia favorável, inclusive, para a derrubada de vetos, atendendo ao apelo da população que nos colocou aqui para fazer a defesa da sociedade.

A Bancada vota pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - A deputada Ana Paula Lima orientou para votar com o autor, contra o líder do governo.

Continua em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	votou
DEPUTADA ANGELA ALBINO	votou
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	votou
DEPUTADO CIRO ROZA	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	votou
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	votou
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	votou
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	votou
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	votou
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	votou
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SANDRO SILVA	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALMIR COMIN	votou
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Temos 10 votos "sim" e 16 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0786/2013, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0280/2012, de autoria do deputado Sandro Silva, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento, por parte das empresas operadoras de serviço de telefonia móvel, de informações sobre a área de cobertura do sinal e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Sandro Silva - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sandro Silva.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, no final do ano não estava mais nesta Casa, mas o projeto foi aprovado pelos demais srs. deputados e percebi que esta Casa comemorou, porque ele vai ao encontro aos interesses do consumidor. No entanto, fui surpreendido com este veto, sob a alegação de inconstitucionalidade, porque cabe à união legislar e regular a telefonia e assim por diante.

No entanto, já que a Assembleia Legislativa constituiu uma CPI para discutir a telefonia celular, nada mais justo do que dar esse passo, sendo esta Casa pioneira neste sentido, exigindo que no momento da compra do aparelho a pessoa receba a garantia de que onde trabalha e mora tenha, efetivamente, cobertura de rede fornecida por aquela operadora.

Então, já que há uma CPI instalada, demos o primeiro passo concreto para que as operadoras passem a respeitar o consumidor, não apenas vendendo por vender, mas garantindo ao consumidor o uso devido do seu celular.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, sr. deputado Sandro Silva. Continua em votação.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, a maioria dos projetos que vem para esta Casa, passam pelas comissões, são aprovados por unanimidade, mas quando vem o veto do governador, o deputado muda de posição! Não entendo isso! Inclusive deputados autores mudam de posição por uma ação do governo do estado! Torna-se engraçado e cômico para não dizer outras palavras.

Um dos motivos de maior reclamação no nosso Procon municipal, estadual e nacional é com relação à telefonia. As operadoras de telefone com suas lojas em vários municípios do estado estão vendendo um absurdo de telefones de diversas operadoras! As operadoras deveriam orientar, como diz o projeto, a área de cobertura desses telefones. A pessoa compra o telefone, vai para sua casa e o telefone não funciona onde ela está ou quer ir!

Então, o projeto é muito justo, há uma CPI na Casa, inclusive temos reunião hoje, porque queremos esclarecer esse assunto em nível estadual e nacional, porque isso é um absurdo! A população catarinense está sendo enganada! O número de telefones vendidos aqui e as propagandas realizadas são imensas, mas na hora de utilizar o produto as pessoas não estão sendo atendidas adequadamente.

Nosso Parlamento votou por unanimidade esse projeto, mas vou ficar realmente insatisfeita e decepcionada se também não derrubarmos o veto do governador, porque acho que ele tem que estar a serviço da população catarinense. E constitucional ou inconstitucional, estamos aqui porque fizemos leis para beneficiar o povo de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Srs. deputados, apenas gostaria, com a compreensão de v.exas., de pedir que possamos ser um pouco mais breves nas manifestações, pois temos ainda uma longa pauta de votação, mais oito vetos, depois

temos várias outras matérias e já percebemos que o quorum não é mais o mesmo desde o início da sessão.

Então, em função disso, peço que v.exas. sejam mais breves para que consigamos vencer a pauta de hoje.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, como esta é uma casa de debates e todos eles estão sendo extremamente relevantes e importantes para o estado de Santa Catarina, talvez valha à pena o sacrifício da extensão do atendimento.

No entanto, se cada um dos deputados que estiverem aqui pegar o seu telefone e pensar que no estado de Santa Catarina, em mais de um terço do seu território, não temos sinal de telefonia celular, veremos o tamanho do nosso problema. Aliás, temos que ter a informação sobre as áreas de cobertura, e muitas vezes não temos.

E com tudo isso, 75% do faturamento das operadoras de telefonia celular é mandado para fora do país sem haver novos investimentos. E o governo diz que essas operadoras não podem gastar um centavo para colocar um mapa para cada usuário sinalizando onde funciona e onde não funciona o celular? Isso é a constatação, de forma clara, da falta de investimentos, da incompetência do governo, inclusive, do governo federal, que está implantando a banda de 4G enquanto aqui no estado não conseguimos saber, sequer, onde funcionam os nossos celulares. E ainda dizem que para o estado esse custo é inconstitucional?

Sobre o Código Florestal, deputado Romildo Titon, também era inconstitucional o debate nesta Casa e, no entanto, demos exemplo para o Brasil, e vamos continuar dando, sendo o primeiro estado catarinense a regularizar isso.

Agora, pelo amor de Deus, meus companheiros, basta pegar os seus aparelhos de telefone celular na mão e verificar quantas horas por dia, neste estado, ele não funciona.

Por isso, como sou governista, vamos derrubar este veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado Jailson Lima, acho que v.exa. apenas fez uma injustiça. Hoje nem no gabinete da Presidência temos sinal para o uso de aparelho celular, mas não é verdade que ele não funciona em lugar algum, porque nos presídios eles funcionam muito bem, apenas lá.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, penso que o debate é fundamental, mas precisamos esclarecer algumas questões.

Em primeiro lugar, o fato de a equipe do governador Raimundo Colombo recomendar o veto, não significa que o governador seja favorável ao trabalho das operadoras no Brasil ou que ele não esteja ao lado da população catarinense. Não vamos confundir as coisas. O veto foi consequência da inconstitucionalidade, porque a exploração e a concessão da telefonia, e todos sabem disso, é de competência exclusiva da união.

Portanto, não estamos debatendo aqui o mérito. Todos os vetos que foram vo-

tados hoje neste Plenário têm mérito, aliás, todos os projetos apresentados nesta Casa durante o ano inteiro têm mérito, mas a discussão aqui é a fundamentação legal.

Ora, assinamos a CPI contra a telefonia e o deputado Jailson Lima tem razão quando diz que a telefonia no Brasil é uma vergonha, uma aberração, não funciona, não atende. Agora, temos aqui uma questão que envolve a fundamentação legal e isso deve ser esclarecido.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, o que estamos fazendo aqui não é um cabo-de-guerra com o governo, até porque, quando votamos com o governo, não quer dizer que somos governistas nem quando votamos pela derrubada do veto, estamos contra o governo. Não se trata disso!

Eu gostei muito quando o ministro Joaquim Barbosa disse que os Parlamentos hoje estão votando 90% mais os interesses do Executivo do que as atividades de parlamentares.

Então, entendemos que precisamos verificar isso. Por exemplo, a inconstitucionalidade alegada agora neste projeto é por conta de que essa é uma questão da união. Nós votamos um projeto de minha autoria, sendo que à época o governo também vetou e nós derrubamos o veto aqui e hoje está valendo, que é a lei das seguradoras. Foi vetado aqui. Nós derrubamos o veto e hoje está valendo.

O que acontece? Das 27 unidades da nossa federação, 18 já entraram com o mesmo projeto e agora, por conta de todos esses estados que entraram com o mesmo projeto que foi apresentado aqui, já começa a ser discutida lá em Brasília a mudança da questão de o segurado, quando bate o carro, ter o direito de escolher a oficina em que vai arrumar o veículo.

Então, precisamos entender que muitas vezes podemos e devemos, apertar um pouquinho e forçar o pé um pouco da porta da legalidade para que possamos levar a discussão até Brasília, no Supremo, ou seja onde for.

Por exemplo, se derrubarmos esse veto - e tenho absoluta certeza de que o governador vai entender, porque ele também deve ter, em algum momento, problemas com o sinal de celular - deixem, deputada Angela Albino, que as empresas entrem com Adins. Só que nós vamos fazer o nosso projeto e vamos fazer o nosso papel, que é legislar em defesa de todos os catarinenses.

Então, vamos derrubar o veto e deixar para as empresas telefônicas, se acharem que é inconstitucional, entrem com as Adins, porque podemos ser os precursores de mudanças para mudar, principalmente, esse desrespeito que há com relação à telefonia celular no Brasil inteiro.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Deputado Darci de Matos, não estamos falando

aqui de legislação sobre telefonia no país ou regra sobre telefonia. Estamos falando do direito do consumidor de ter acesso a uma informação que as empresas precisam dar.

Então, essa é a diferença que estamos debatendo e o projeto do deputado está correto.

Por isso, entendemos que esta Casa tem condições, sim, de criar regras, principalmente o direito do consumidor de ter informações sobre o sistema.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, entendo que todas as manifestações são pertinentes. Não estamos aqui na condição de defesa nem do governo nem de contrariedade ao governo. A minha função, na condição de líder, é analisar a constitucionalidade ou não das matérias que estamos votando. E neste caso o motivo do veto é a inconstitucionalidade, na medida em que a política de concessão de exploração de telefonia é de competência privativa da união. E cabe a ela legislar sobre essa matéria, conforme o art. 21, inciso XI da Constituição Federal.

Cabe-me, na condição de líder do governo, fazer com que o governo não peque pelo fato de não vetar esse projeto.

Então, peço voto um, pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Continua em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	votou
DEPUTADA ANGELA ALBINO	votou
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	votou
DEPUTADO CIRO ROZA	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDRSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	votou
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	votou
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	votou
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	votou
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	votou
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	votou
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	votou
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO RÔMILDO TITON	votou
DEPUTADO SANDRO SILVA	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON	votou
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALMIR COMIN	votou
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	
Está encerrada a votação.	

Temos 8 votos "sim" e 19 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0788/2013, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0364/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari, que considera idosa, para efeitos legais, a pessoa com deficiência que tenha idade igual ou superior a 45 (quarenta e cinco) anos.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado José Nei Ascari.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Sr. presidente, este projeto, conforme v.exa. já registrou, considera idosa, para efeitos legais, a pessoa com deficiência que tenha idade igual ou superior a 45 anos.

Todos nós sabemos que, apesar dos avanços no país e em Santa Catarina, a expectativa de vida da pessoa com deficiência é menor do que a expectativa de vida média da pessoa sem deficiência.

Por isso, nada mais justo, na nossa concepção, é essa foi uma sugestão recebida pela comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que essas pessoas tenham essa condição de se equipararem, para todos os efeitos legais, à pessoa idosa, tendo alcançado 45 anos de idade.

Por isso, o nosso apelo, sr. presidente, neste momento, é para que possamos, então, já que temos quorum para isso, derrubarmos o veto do governo do estado.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Com todo o respeito ao projeto de autoria do deputado José Nei Ascari, entendo que é meritório e que merece um tratamento diferenciado, mas na condição de líder do governo, o motivo do veto é a falta de interesse público, pois o projeto coloca em pé de igualdade todos os tipos de deficiência física e mental, sem considerar os seus diferentes tipos e níveis.

O governo compara o deficiente auditivo leve, sem restrição, receber o mesmo tratamento de um portador de necessidade ou incapacidade para os atos da vida civil. Então, nessa linha, sugiro a derrubada do veto, voto dois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Questiono se todos os srs. deputados votaram?

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	votou
DEPUTADA ANGELA ALBINO	votou
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	votou



# PUBLICAÇÕES DIVERSAS

## OFÍCIOS

### OFÍCIO Nº 176/13

Rio do Sul (SC), 21 de maio de 2013  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Centro Comunitário Divino Espírito Santo**, de Rio do Sul referente ao exercício de 2012.  
Sandra Maria Grah Xavier  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/06/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 177/13

Ofício nº 01/13 São José- SC, 23 de maio de 2013  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Moradores do Lotemento Araucária**, de São José, referente ao exercício de 2012.  
João Luiz da Silva  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/06/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 178/13

Ofício nº 02/13 Botuverá- SC, 22 de maio de 2013  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Círculo Dei Bergamaschi Di Botuverá**, de Botuverá, referente ao exercício de 2012.  
Moacir Merizio  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/06/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 179/13

Ofício nº 03/13 Joinville- SC, 10 de maio de 2013  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Moradores e Amigos do Bairro Itinga**, de Joinville, referente ao exercício de 2012.  
Renato Tomelin  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/06/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 180/13

Brusque- SC, 27 de maio de 2013  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Círculo Bom Samaritano**, de Brusque, referente ao exercício de 2012.  
Ana Regina Dutra Elias  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/06/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 181/13

Ofício nº 31/13 Bocaina do Sul- SC, 20 de maio de 2013  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)**, de Bocaina do Sul, referente ao exercício de 2012.  
Jassiane da Silva  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/06/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 182/13

Ofício nº 26/13 Lages- SC, 31 de maio de 2013  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos de Surdos (APAS)**, de Lages, referente ao exercício de 2012.  
Ademar Dionisio Varela  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/06/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 183/13

Ofício nº 16/13 Balneário Barra do Sul- SC, 30 de abril de 2013  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação dos Serviços Voluntários de Balneário Barra do Sul**, referente ao exercício de 2012.  
Joanhi Soares da Rocha  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/06/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 184/13

Ofício nº 10/13 Botuverá- SC, 22 de maio de 2013  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação Coral São José de Botuverá - Coral Giuseppe Verdi**, de Botuverá, referente ao exercício de 2012.  
Moacir Merizio  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/06/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 185/13

Ofício nº 09/13 Praia Grande- SC, 23 de maio de 2013  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Praia Grande**, referente ao exercício de 2012.  
Maria Schirley Rodrigues  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/06/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 186/13

Ofício nº 08/13 Florianópolis- SC, 08 de maio de 2013  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação Coral Hospital Florianópolis**, em Florianópolis, referente ao exercício de 2012.  
Laura Maria Guerra de Almeida  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/06/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 187/13

Ofício nº 07/13 Itapema- SC, 02 de maio de 2013  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação Comercial e Industrial de Itapema**, referente ao exercício de 2012.  
Altemir Marini  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/06/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 188/13

Ofício nº 09/13 Itapema- SC, 02 de maio de 2013  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Câmara de Dirigentes Lojistas de Itapema**, referente ao exercício de 2012.  
Carlos Alberto Fabro  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/06/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 189/13

Rio do Sul- SC, 21 de maio de 2013  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação Jardins de Infância Vovó Belinha, de Rio do Sul**, referente ao exercício de 2012.  
Nei Dela Justina  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/06/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 190/13**

Ofício nº 57/13 Canoinhas- SC, 17 de maio de 2013  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação Canoinhense de Deficientes (ACD)**, de Canoinhas, referente ao exercício de 2012.

Arlete Kwitschal Schroeder  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/06/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 191/13**

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)**, de Urubici, referente ao exercício de 2012.

Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/06/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 192/13**

Ofício nº 37/13 Grão Pará- SC, 28 de maio de 2013  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Grão Pará**, referente ao exercício de 2012.

Salésio Gonçalves Hereck  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/06/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 193/13**

Ofício nº 35/13 Balneário Barra do Sul- SC, 22 de maio de 2013  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)**, de Balneário Barra do Sul, referente ao exercício de 2012.

Gilmar Silva  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/06/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 194/13**

Ofício nº 46/13 Joinville- SC, 29 de maio de 2013  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação Diocesana de Promoção Social (ADIPROS)**, de Joinville, referente ao exercício de 2012.

Irineu Roque Scherer  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/06/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 195/13**

Ofício nº 25/13 Orleans - SC, 20 de maio de 2013  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação Pais e Amigos Excepcionais de Orleans (APAE)**, de Orleans, referente ao exercício de 2012.

Rosilândia Rocha Librelato  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/06/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 196/13**

Itajaí - SC, 20 de abril de 2013  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Casa de Recuperação Pró-Vida**, de Itajaí, referente ao exercício de 2012.

José Herivelto da Silva  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/06/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 197/13**

Porto União - SC, 29 de abril de 2013  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Hospital de Caridade São Braz**, de Porto da União, referente ao exercício de 2012.

Ayrton Rodrigues Martins  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/06/13*

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIAS****PORTARIA Nº 1446, de 5 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **ANA PAULA DE SOUZA**, matrícula nº 5553, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-66, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 4 de junho de 2013 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1447, de 5 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ANA PAULA DE SOUZA**, matrícula nº 5553, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-71, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 4 de junho de 2013 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1448, de 5 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **ISABEL BAMPI DE SOUZA**, matrícula nº 3142, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 4 de junho de 2013 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1449, de 5 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ISABEL BAMPI DE SOUZA**, matrícula nº 3142, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 4 de junho de 2013 (Gab Dep Dirceu Dresch - Santo Amaro da Imperatriz).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1450, de 5 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **OTANIR MATTIOLA**, matrícula nº 5704, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-66, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 4 de junho de 2013 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1451, de 5 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR OTANIR MATTIOLA**, matrícula nº 5704, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 4 de junho de 2013 (Gab Dep Dirceu Dresch - Joinville).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1452, de 5 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **SIDINEI MESNEROVICZ**, matrícula nº 7326, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 4 de junho de 2013 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1453, de 5 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR SIDINEI MESNEROVICZ**, matrícula nº 7326, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 4 de junho de 2013 (Gab Dep Dirceu Dresch - Xanxerê).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1454, de 5 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **VANDUIR MATIAS DETERS**, matrícula nº 5907, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 4 de junho de 2013 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1455, de 5 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR VANDUIR MATIAS DETERS**, matrícula nº 5907, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-67, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 4 de junho de 2013 (Gab Dep Dirceu Dresch - Tunápolis).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1456, de 5 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ANTONIO AUGUSTO MENDES DOS SANTOS** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Dirceu Dresch - Pescaria Brava).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1457, de 5 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR JOSIEL SANTOS BORGES** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Narcizo Parisotto).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1458, de 5 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR DICESAR RIBEIRO VIANNA FILHO**, matrícula nº 6722, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-75, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 9 de maio de 2013 (Liderança do PMDB - Florianópolis), **torando sem efeito** a Portaria nº 1326 de 09/05/2013.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1459, de 5 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **ERALDO NEVES**, matrícula nº 6917, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2013 (Liderança do PMDB).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1460, de 5 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ERALDO NEVES**, matrícula nº 6917, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-67, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2013 (Liderança do PMDB).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1461, de 5 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **EVORY PEDRO CAMARA SCHMITT**, matrícula nº 3186, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-64, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2013 (Liderança do PMDB).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1462, de 5 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR EVORY PEDRO CAMARA SCHMITT**, matrícula nº 3186, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-70, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de maio de 2013 (Liderança do PMDB).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1463, de 5 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **GILMAR PAGOTTO**, matrícula nº 3183, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-55, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2013 (Liderança do PMDB).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1464, de 5 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR GILMAR PAGOTTO**, matrícula nº 3183, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-56, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de maio de 2013 (Liderança do PMDB).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1465, de 5 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **LAINÉ MARIA DE NADAL**, matrícula nº 2597, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-73, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2013 (Liderança do PMDB).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1466, de 5 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR LAINÉ MARIA DE NADAL**, matrícula nº 2597, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-75, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de maio de 2013 (Liderança do PMDB - Florianópolis).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1467, de 5 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **MARISETE RABSCH DE ALMEIDA**, matrícula nº 5512, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-44, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2013 (Liderança do PMDB).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1468, de 5 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR MARISETE RABSCH DE ALMEIDA**, matrícula nº 5512, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-56, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de maio de 2013 (Liderança do PMDB - Canoinhas).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1469, de 5 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **VERA PATRICIA GARCIA**, matrícula nº 6013, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-44, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2013 (Liderança do PMDB).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1470, de 5 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR VERA PATRICIA GARCIA**, matrícula nº 6013, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-56, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de maio de 2013 (Liderança do PMDB - Florianópolis).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1471, de 5 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **WANDERLEI LEZAN**, matrícula nº 7376, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-44, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2013 (Liderança do PMDB).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1472, de 5 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR WANDERLEI LEZAN**, matrícula nº 7376, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-68, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de maio de 2013 (Liderança do PMDB - Irineópolis).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1473, de 5 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **LEONARDO DEUCHER**, matrícula nº 7394, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-44, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2013 (Liderança do PMDB).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1474, de 5 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR LEONARDO DEUCHER**, matrícula nº 7394, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-56, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2013 (Liderança do PMDB - São José).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1475, de 5 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **ODETE RESENDE CARVALHO PEREIRA**, matrícula nº 7397, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-44, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2013 (Liderança do PMDB).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1476, de 5 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ODETE RESENDE CARVALHO PEREIRA**, matrícula nº 7397, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-56, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2013 (Liderança do PMDB).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1477, de 5 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.

**DESIGNAR** a servidora **MAUREEN PAPALEO KOELZER**, matrícula nº 7243, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função Assessoria Técnica Administrativa - Serviços de Apoio Técnico, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, GUILHERMINA MARISA DOS SANTOS ENGEL, que se encontra em fruição de Licença Prêmio, por 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 03/06/13 até 29/11/13 (DF - Coordenadoria do Orçamento Parlamentar).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1478, de 5 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1213/2013,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

**CONCEDER** à servidora **MARIA SALETE VOSS ROSA**, matrícula nº 732, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 5 de maio de 2007 e 19 de setembro de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1479, de 5 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

**PUBLICAR** que o servidor abaixo relacionado exerce

**Atividade Parlamentar Externa/Relatório**, a contar de 1º de junho de 2013.

**Gab. Dep. Dirceu Dresch**

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
7385	REGES CHIMELLO	CHAPECÓ

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1480, de 5 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

**PUBLICAR** que a servidora abaixo relacionada exerce

**Atividade Parlamentar Externa/Relatório**, a contar de 3 de junho de 2013.

**Gab. Dep. Luciane Maria Carminatti**

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
4625	MARLEI GROLLI	SÃO JOSÉ

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>PROJETOS DE LEI</b>
------------------------

**PROJETO DE LEI Nº 173.0/2013**

Cria o Programa Estadual de Conservação, Uso Racional e Reaproveitamento das Águas.

Art. 1º A presente lei tem por finalidade instituir política pública de conservação, uso racional e reaproveitamento de águas.

**CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 2º Fica instituído o Programa Estadual de Conservação, Uso Racional e Reaproveitamento das Águas.

Parágrafo único. O Programa Estadual de Conservação, Uso Racional e Reaproveitamento das Águas objetiva a promoção de medidas necessárias à conservação, à redução do desperdício e à utilização de fontes alternativas para a captação e o aproveitamento da água nas edificações, bem como à conscientização dos usuários sobre a sua importância para a vida.

Art. 3º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - conservação: o conjunto de ações que propiciam a redução da poluição e dos prejuízos por ela causados;

II - uso racional das águas: o conjunto de ações destinadas a evitar o desperdício de água;

III - água potável: aquela destinada ao consumo humano, cujos parâmetros microbiológicos, físicos, químicos e radioativos atendam ao padrão de potabilidade, não oferecendo riscos à saúde;

IV - desperdício de água: o volume de água potável dispensado, sem aproveitamento ou pelo uso abusivo;

V - reaproveitamento das águas: o processo pelo qual a água, potável ou não, é reutilizada para o mesmo ou outro fim;

VI - Serviço de Abastecimento Público de Água: o conjunto de atividades, instalações e equipamentos destinados a fornecer água potável para uma comunidade;

VII - fonte alternativa: o local distinto do sistema de abastecimento público onde é possível captar a água para o consumo humano; e

VIII - águas servidas: as águas que foram utilizadas em tanques, pias, máquinas de lavar, bidês, chuveiros, banheiras e outros equipamentos.

## CAPÍTULO II

### DA CONSERVAÇÃO E DO USO RACIONAL DA ÁGUA

Art. 4º A conservação dos mananciais exige, dentre outras, as seguintes medidas:

I - a coleta e o tratamento de esgotos;

II - o controle da ocupação urbana;

III - o controle da poluição de córregos, rios e lagos; e

IV - a educação ambiental para evitar a poluição e o desperdício.

Art. 5º O uso racional das águas implica combate ao comprometimento dos mananciais e ao desperdício e compreende, principalmente:

I - o desenvolvimento e a disseminação de ações educacionais sobre a importância do uso racional da água para o ser humano e para o meio ambiente;

II - a progressiva substituição dos hidrômetros convencionais e a implantação de medição computadorizada, com telemetria, para o acompanhamento do consumo;

III - a correção sistemática de falhas no sistema de medição, bem como a detecção de eventuais vazamentos como resultado da maior eficiência no sistema de medição e leitura à distância; e

IV - a intensificação da fiscalização relativa a ligações irregulares ou clandestinas na rede de água e em ramais, assim como a fraudes nos hidrômetros.

Art. 6º Para combater o desperdício de água nas edificações que aderirem a este Programa, serão utilizados, dentre outros, os seguintes equipamentos:

I - bacias sanitárias de volume reduzido de descarga;

II - chuveiros e lavatórios de volumes fixos de descarga; e

III - torneiras com arejadores.

Parágrafo único. Nos condomínios, além dos equipamentos para o combate ao desperdício de água, serão instalados hidrômetros para medição individualizada do volume de água consumido.

Art. 7º Os sistemas hidráulico e sanitário das novas edificações que aderirem a este Programa serão projetados de modo a propiciar a economia e o combate ao desperdício de água, privilegiando a sustentabilidade dos recursos hídricos, sem prejuízo do conforto e da segurança dos habitantes.

## CAPÍTULO III

### DO REAPROVEITAMENTO DAS ÁGUAS

Art. 8º O reaproveitamento das águas destina-se a diminuir a demanda de água, aumentando as condições de atendimento e reduzindo a possibilidade de inundações.

Art. 9º As ações de reaproveitamento das águas compreendem basicamente:

I - a captação, o armazenamento e a utilização de água proveniente das chuvas; e

II - a captação, o armazenamento e a utilização de águas servidas.

Art. 10 A água das chuvas será captada na cobertura das edificações e encaminhada a uma cisterna ou tanque para ser utilizada em atividades que não requeiram o uso de água potável proveniente do Serviço de Abastecimento Público de Água, tais como a lavagem de roupas, vidros, calçadas, pisos, veículos e a irrigação de hortas e jardins.

Art. 11 As águas servidas serão captadas, direcionadas por meio de encanamento próprio e conduzidas a reservatórios destinados a abastecer as descargas de vasos sanitários ou mictórios.

Parágrafo único. O regulamento desta Lei definirá parâmetros e procedimentos visando à economicidade das edificações e à viabilidade técnica para atender ao disposto no "caput" deste artigo.

Art. 12 As águas dos lagos artificiais e chafarizes de parques, praças e jardins serão prioritariamente provenientes de ações de reaproveitamento.

## CAPÍTULO IV

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13 No caso de construções e reformas cujos projetos já tenham sido aprovados, o interessado em participar do Programa Estadual de Conservação, Uso Racional e Reaproveitamento das Águas poderá solicitar especificações técnicas ou apresentar novo projeto que contemple a instalação dos equipamentos destinados ao reaproveitamento das águas.

Art. 14 O Poder Público poderá cadastrar as edificações que aderirem ao Programa Estadual de Conservação, Uso Racional e Reaproveitamento das Águas para fins de estudos referentes a incentivos.

Art. 15 Na regulamentação do Programa Estadual de Conservação, Uso Racional e Reaproveitamento das Águas, serão ouvidos, em audiências públicas, técnicos vinculados a atividades de preservação e conservação do meio ambiente.

Parágrafo Único. A regulamentação estabelecerá os requisitos necessários à instalação e ao dimensionamento dos equipamentos destinados à conservação, ao uso racional e ao reaproveitamento das águas, com vista à aprovação dos projetos.

Art. 16 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, tendo cumprimento obrigatório no ano seguinte à sua vigência

Sala das Sessões, em

Deputada Angela Albino

Lido no Expediente

Sessão de 04/06/13

## JUSTIFICATIVA

Senhores e Senhoras deputadas a proteção do meio ambiente e a implementação do desenvolvimento sustentável no Estado de Santa Catarina reclamam urgentemente, dentre outras medidas, iniciativas necessárias à conservação, redução do desperdício e à utilização de fontes alternativas para a captação e o aproveitamento da água, bem como à conscientização do poder público e usuários sobre a sua importância para a vida e atividade econômica.

Creemos que não existe possibilidade de desenvolvimento econômico que não seja o sustentável e que atento a essa diretriz o Estado deva assumir relevante papel de indutor e de principal ator na construção de políticas públicas que considerem a inter-relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a necessidade de desenvolvimento com capacidade de suporte.

É hoje imperativo racionalizar o uso da água potável, evitando desperdícios, pois o aumento da oferta de água requer o uso de novos mananciais, pressionando a disponibilidade de recursos hídricos e concorrendo com outros usos da água, e porque novos mananciais com água de boa qualidade estão cada vez mais raros e distantes dos centros urbanos fortes geradores de demanda.

Fornecer água potável em maior quantidade também significa investir recursos financeiros em sistemas de captação, bombeamento, adução e tratamento, recursos esses que poderiam ser usados no atendimento a outras demandas prioritárias da sociedade.

Adicionalmente, além dos investimentos em infra-estrutura, o fornecimento de água potável implica custos permanentes em energia elétrica, para mover bombas e estações de tratamento, e em produtos químicos. O acréscimo na demanda de água significa, também, aumento na demanda de energia elétrica e de outros insumos que dependem da disponibilidade e aproveitamento de outros recursos naturais.

Segundo estatísticas, 70% do planeta é constituído de água, sendo que somente 3% são de água doce e, desse total, 98% está de água subterrânea. Isto quer dizer que a maior parte da água disponível e própria para consumo é mínima perto da quantidade total de água existente na nossa Terra.

Os recursos hídricos têm profunda importância no desenvolvimento de diversas atividades econômicas. Destaca-se que em relação à produção agrícola, a água pode representar até 90% da composição física das plantas. A falta d'água em períodos de crescimento dos vegetais pode destruir lavouras e até ecossistemas devidamente implantados. Na indústria, para se obter diversos produtos, as quantidades de água necessárias são muitas vezes superiores ao volume produzido.

Se hoje grandes potências e grupos econômicos lutam por petróleo, não estará longe o dia em que a água será devidamente reconhecida e disputada como o bem mais precioso da humanidade.

Ademais, frisa-se, e é importante destacar que a presente proposição não cria ou redesenha qualquer órgão da Administração Pública, nem cria deveres diversos daqueles genéricos já estabelecidos como também não cria despesas extraordinárias não havendo,

portanto, seguindo melhor orientação da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e Tribunais inferiores óbice de natureza constitucional.

Por fim, ressalta-se ainda esta lei poderá servir como parâmetro para aqueles municípios que ainda não possuem lei desta natureza e se espelham na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina em sua elaboração legislativa.

Diante do exposto, por entender que a aprovação da presente proposição trará inúmeros benefícios considerando a variável ambiental e ainda a responsabilidade solidária desta para as futuras gerações na existência, acesso e possibilidade de uso dos recursos naturais que aguardo de meus nobres Pares a sua rápida tramitação e aprovação.

Deputada Angela Albino

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 174.0/2013

Institui a Política Estadual de Incentivo ao Aproveitamento da Energia Solar e Eólica e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Incentivo ao Aproveitamento da Energia Solar e Eólica, formulada e executada como forma de racionalizar o consumo de energia elétrica e outras fontes de energia no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º São objetivos da Política Estadual de Incentivo ao Aproveitamento da Energia Solar:

I - estimular, como forma de diminuir o consumo das diferentes fontes de energia, os investimentos e a implantação dos sistemas de energia solar e eólica ecologicamente corretos, englobando o desenvolvimento tecnológico, em empreendimentos particulares e públicos, residenciais, comunitários, comerciais e industriais;

II - criar alternativas de emprego e renda;

III - aprimorar a eficiência e o aproveitamento energético e redução de custos;

IV - prevenir ou mitigar impactos negativos ao meio ambiente;

V - universalizar o serviço público de energia;

VI - estimular o uso de tecnologias mais limpas e menos degradadoras;

VII - estimular o uso de fontes renováveis de energia;

VIII - Incentivar o estabelecimento de indústrias que fabricam equipamentos e componentes para a geração de energia eólica no Estado de Santa Catarina;

IX - desenvolver o mercado fornecedor catarinense de equipamentos e serviços para a cadeia solar e eólica, incluindo a atração de investidores internacionais para favorecer a transferência de tecnologia.

X - fomentar programas de capacitação e formação de recursos humanos para atuar em todas as etapas da cadeia produtiva;

XI - estimular a criação de empresas prestadoras de serviço de instalação e manutenção de painéis solares e de postes e torres eólicas;

XII - fomentar programas de pesquisa e desenvolvimento nas instituições do Estado para assegurar o domínio da tecnologia de energia solar fotovoltaica e eólica;

XIII - diversificar a matriz energética catarinense; e

IX - garantir maior confiabilidade e segurança para o abastecimento.

Art. 3º Na implementação da Política regulada por esta Lei, cabe ao Estado:

I - apoiar a implantação e o desenvolvimento de projetos que contemplem, como fonte subsidiária de energia, a utilização de equipamento de energia solar e eólica;

II - estimular atividades utilizando fonte de energia solar e eólica;

III - estimular parcerias entre os órgãos municipais, estaduais e federais, com o objetivo de dotar tecnologicamente os empreendimentos beneficiados pela política de que trata esta Lei, aumentando a economicidade, a produtividade e a eficiência tecnológica;

IV - criar mecanismos para facilitar a fomento do uso e a comercialização dos produtos inerentes ao sistema da energia solar e eólica;

V - articular as políticas de incentivo à tecnologia com os programas de geração de emprego e renda, buscando desenvolvimento integrado;

VI - criar campanhas de promoção dos produtos e da utilização da energia solar e eólica, apoiando e estimulando a sua colocação no mercado; e

VII - outras ações destinadas a racionalizar o consumo de energia elétrica e outras fontes de energia no Estado de Santa Catarina.

Art. 4º São instrumentos da Política Estadual de Incentivo ao Aproveitamento da Energia Solar e Eólica o incentivo fiscal e tributário, a pesquisa tecnológica, a assistência técnica e a promoção dos produtos.

Art. 5º A Política Estadual de Incentivo ao Aproveitamento da Energia Solar e Eólica será gerenciada observando:

I - o planejamento e a coordenação das políticas de incentivo;

II - a definição da viabilidade técnica e econômica dos projetos;

III - o acompanhamento da execução da política de que trata esta Lei;

IV - o suporte técnico aos projetos, com a prestação de apoio à elaboração, ao desenvolvimento, à execução e à operacionalização dos empreendimentos;

V - a busca de parcerias com outras entidades, públicas ou privadas, para maximizar a produção e o incentivo à utilização dos produtos; e

VI - a viabilização de espaços públicos, em parceria com os municípios e a iniciativa privada, destinados à exposição e divulgação dos benefícios da Política regulada por esta Lei, visando estimular o seu aproveitamento.

Art. 6º As eventuais despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento subsequente, e suplementadas se necessário.

Art. 7º Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até cento e vinte dias contados da data de sua publicação, regulando, entre outros aspectos, os destinatários preferenciais da Política de que trata esta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputada Angela Albino

Lido no Expediente

Sessão de 04/06/13

#### JUSTIFICATIVA

Senhores e Senhoras Deputadas trazemos à consideração dos ilustres Pares desta Casa, projeto de lei que visa Instituir a Política Estadual de Incentivo ao Aproveitamento da Energia Solar e Eólica, com intuito de contribuir com o desenvolvimento sócio econômico sustentável do nosso Estado e fomentar a utilização racional e eficiente de energia.

Cremos que não existe possibilidade de desenvolvimento econômico que não seja o sustentável e que atento a essa diretriz o Estado deva assumir relevante papel de indutor e de principal ator na construção de políticas públicas que considerem a inter-relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a necessidade de desenvolvimento com capacidade de suporte.

De acordo com dados do Atlas Brasileiro de Energia Solar, o litoral norte do Estado de Santa Catarina, apresenta irradiação solar global de 4.250 Wh/m<sup>2</sup>, valor cerca de quatro vezes superior ao apresentado para o território da Alemanha, país que é líder mundial do setor de aproveitamento de energia solar.

Quanto a matriz energética eólica Santa Catarina apresenta potencial para implementação de dezenas de Parques Eólicos. A partir de medidas de vento distribuídas sobre o Estado durante o período de 4 anos, estimou-se o potencial eólico da região, notadamente o sudeste do estado, em uma capacidade de produção anual de quase 3700 GWh.

Há diversas tecnologias para utilização da energia solar e eólica, assim como múltiplas aplicações dessas tecnologias além do mais os custos de geração e instalação vem caindo continuamente o que torna mais atrativa a utilização racional e eficiente de energia de fontes alternativas e renováveis.

Estudos indicam que Santa Catarina tem um enorme potencial de energia eólica e solar não aproveitado.

Quanto ao aspecto legal, ressalta-se que no nosso Estado, sobre este tema, há apenas raso regimento dispondo de maneira muito genérica e imprecisa que o Poder Executivo incentivará a geração de energia alternativa fotovoltaica, solar, térmica, a gás natural, biogás, carvão mineral, biomassa, de pequenas centrais hídricas até 5MW e eólica.

Por sua vez e ainda de maneira genérica, imprecisa e, adverte-se, restrita apenas ao âmbito de atuação da Empresa SC - Parcerias S/A, estabelece o inciso II do § 1º do art. 2º da Lei 14.081/07 que a mesma terá por finalidade a geração de investimento em energia alternativa em qualquer de suas modalidades.

Portanto diante da lacuna legislativa existente e ainda com escopo de aumentar a eficiência na utilização das energias convencional e alternativa e ainda de buscar estímulos para o suprimento do déficit energético como também de possibilitar alternativas suplementares de matriz energética para o consumo de energia, apresento a presente proposição.

Ademais, frisa-se, e é importante destacar que a presente proposição não cria ou redesenha qualquer órgão da Administração Pública, nem cria deveres diversos daqueles genéricos já estabelecidos como também não cria despesas extraordinárias não havendo, portanto, seguindo melhor orientação da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e Tribunais inferiores óbice de natureza constitucional.

É premente a conscientização quanto à economia desse precioso insumo energético (eletricidade) e, para tanto, a utilização de alternativas complementares viáveis devem ser urgentemente levadas a efeito tendo em vista a forte demanda do setor energético atualmente enfrentada, principalmente nas grandes cidades, novas soluções são urgentemente exigidas.

Por fim, ressalta-se ainda que esta lei poderá servir como parâmetro para aqueles municípios que ainda não possuem lei desta natureza e se espelham na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina em sua elaboração legislativa.

Portanto, é relevante a adoção de ações oficiais para fomentar a utilização racional e eficiente de energia de fontes alternativas e renováveis, visando à racionalização do consumo, destacadamente, da energia elétrica, motivo pelo qual trago o presente Projeto de Lei à consideração deste Parlamento, contando com a subsequente aprovação colegiada.

Deputada Angela Albino

\*\*\* X X X \*\*\*

### PROJETO DE LEI Nº 175.1/2013

Dispõe sobre a cassação da inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, de qualquer empresa que faça uso direto ou indireto de trabalho escravo ou em condições análogas

Art. 1º Além das penas previstas na legislação própria, será cassada a eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual intermunicipal e de comunicação (ICMS) dos estabelecimentos que fabricarem e comercializarem produtos em cuja fabricação tenha havido, em qualquer de suas etapas de industrialização, condutas que configurem redução de pessoa a condição análoga à de escravo.

Art. 2º O descumprimento do disposto no artigo 1º será apurado na forma estabelecida pela Secretaria de Estado da Fazenda, assegurado o regular procedimento administrativo ao interessado.

Art. 3º Esgotada a instância administrativa, o Poder Executivo divulgará, através do Diário Oficial do Estado, a relação nominal dos estabelecimentos comerciais penalizados com base no disposto nesta lei, fazendo nela constar, ainda, os respectivos números do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), endereços de funcionamento e nome completo dos sócios.

Art. 4º A cassação da eficácia da inscrição do cadastro de contribuintes do ICMS, prevista no artigo 1º, implicará aos sócios, pessoas físicas ou jurídicas, em conjunto ou separadamente, do estabelecimento penalizado:

I - o impedimento de exercerem o mesmo ramo de atividade, mesmo que em estabelecimento distinto daquele;

II - a proibição de entrarem com pedido de inscrição de nova empresa, no mesmo ramo de atividade.

§ 1º - As restrições previstas nos incisos prevalecerão pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data de cassação.

§ 2º - Caso o contribuinte seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições (Simples Nacional), instituído pela Lei Complementar federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a cassação da eficácia da sua inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS, prevista no artigo 1º, implicará cumulativamente:

1 - a perda do direito ao recebimento de créditos do Tesouro do Estado;

2 - o cancelamento dos créditos já calculados ou liberados pelo Tesouro do Estado.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputada Angela Albino

Lido no Expediente

Sessão de 04/06/13

### JUSTIFICATIVA

Senhores e Senhoras Deputadas, submeto a apreciação desta Casa Legislativa que tem por função concretizar e ampliar o alcance dos efeitos dos direitos fundamentais, a presente proposição que visa penalizar e obstar o uso de trabalho escravo ou assemelhado em atividades empresariais, sancionando o estabelecimento infrator com a cassação da eficácia de sua inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS, impedindo, assim, o exercício da mesma atividade, restrição essa que prevaleceria por 10 anos.

Em que pese que tardiamente a escravidão negra tenha sido legalmente abolida no Brasil, há mais de um século. É extremamente odioso e abominável e ainda mais condenável, que em pleno século XXI nosso País ainda sofra com as chagas da exploração do trabalho forçado, tanto em meio rural quanto nas cidades e metrópoles.

A repugnância a esta realidade se mostra reforçada na medida em que ela recai sobre os grupos mais vulneráveis e marginalizados socialmente: estrangeiros em situação irregular, pessoas sem-teto, indígenas, etc.

Números divulgados pela Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo (Detrae), órgão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), indicam que no Brasil 2.849 trabalhadores foram resgatados de condições análogas às de escravo no ano de 2012.

Os resgates decorreram de 255 ações de fiscalização, ao todo, realizadas pelo MTE. O total representa aumento de 14,3% na quantidade de casos de escravidão contemporânea no ano de 2011, quando houve o flagrante de 2.491 vítimas. O ano passado também superou a marca de 2010, que contabilizou 2.628 pessoas resgatadas.

Vale lembrar que a escravidão urbana tem características próprias. Portanto, reclama urgente instrumentos específicos para combatê-la. O principal caso de escravidão urbana no Brasil é a dos imigrantes ilegais latino-americanos - com maior incidência para os bolivianos.

A Convenção nº 29 da OIT de 1930, define sob o caráter de lei internacional o trabalho forçado como todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de sanção e para o qual não se tenha oferecido espontaneamente. A mesma Convenção nº 29 proíbe o trabalho forçado em geral incluindo, mas não se limitando, à escravidão.

A escravidão é uma forma de trabalho forçado, constitui-se no absoluto controle de uma pessoa sobre a outra, ou de um grupo de pessoas sobre outro grupo social. Trabalho escravo se configura pelo trabalho degradante aliado ao cerceamento da liberdade.

Ainda que a sanção em comento seja bastante severa, consideramos que ela se mostra proporcional à gravidade da inaceitável conduta combatida, e que ainda se mostra recomendável para os estabelecimentos empresariais que procuram enriquecer às custas da exploração do trabalho forçado e degradante e liberdade de outros seres humanos, em prejuízo dos mais caros preceitos fundamentais instituídos ou reafirmados em nossa ordem constitucional vigente, que encontra como eixo central justamente o princípio da dignidade da pessoa humana, garantindo seu prevalecimento sobre a livre iniciativa desarrazoada, que não pode assim ser exercida, evidenciando o mérito da proposição em comento.

Por fim, adverte-se que o trabalho escravo é um grave crime de violação de direitos humanos e que deve portanto ser exemplarmente combatido e que ainda por não haver nenhum óbice de natureza constitucional ao regular trâmite e aprovação da matéria, conto com o apoio de meus nobres Pares para a rápida tramitação e aprovação do presente projeto de Lei.

Deputada Angela Albino

\*\*\* X X X \*\*\*

### PROJETO DE LEI Nº 176.2/2013

Declara de Utilidade Pública Estadual a Fundação Angelino Rosa, com sede no município de Governador Celso Ramos.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Fundação Angelino Rosa, com sede no Município de Governador Celso Ramos.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em  
Deputado Joares Ponticelli

Lido no Expediente  
Sessão de 04/06/13

#### JUSTIFICATIVA

Tomo a iniciativa de apresentar o Projeto de Lei que visa declarar de utilidade pública estadual a **Fundação Angelino Rosa**, do município de Governador Celso Ramos, atendendo pedido da própria entidade que necessita deste reconhecimento para poder celebrar atos e convênios com órgãos públicos estaduais, a fim de atender suas finalidades estatutárias.

Trata-se de entidade civil, sem fins lucrativos, que presta relevantes serviços à comunidade, razão pela qual entendo ser de inteira justiça o pleito ora apresentado.

Deputado Joares Ponticelli

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 177/2013

##### ESTADO DE SANTA CATARINA

##### GABINETE DO GOVERNADOR

##### MENSAGEM Nº 859

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, o projeto de lei que "Dispõe sobre os órgãos julgadores do Sistema Estadual do Meio Ambiente (SEMA) e estabelece outras providências".

Florianópolis, 21 de maio de 2013.

#### JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 04/06/13

##### ESTADO DE SANTA CATARINA

##### SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

##### FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

EM Conjunta n. 02/2013 Florianópolis, 23 de maio de 2013.

Excelentíssimo Senhor

#### JOAO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

##### NESTA

Senhor Governador do Estado,

Submetemos à análise de Vossa Excelência proposta que dispõe sobre os órgãos julgadores do Sistema Estadual do Meio Ambiente (SEMA) e estabelece outras providências.

Atualmente, compete ao Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), o julgamento dos recursos administrativos decorrentes das aplicações de penalidades por infrações ambientais, sendo protocolizados, de 2006 até outubro de 2011, 13.742 (treze mil, setecentos e quarenta e dois) processos com tal finalidade. No ano de 2010, por exemplo, foram interpostos 364 (trezentos e sessenta e quatro) recursos, cujo valor das multas aplicadas atinge o montante aproximado de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).

Ainda, tramitam na primeira instância (Fundação do Meio Ambiente - FATMA e Polícia Militar Ambiental), cerca de 13.600 (treze mil e seiscentos) processos de aplicação de penalidades que poderão gerar a interposição de recursos administrativos.

Apesar da composição de alto nível e grande conhecimento técnico, a grande demanda de recursos pendentes de julgamento tem inviabilizado a atuação do CONSEMA, enquanto instância superior do Sistema Estadual do Meio Ambiente, especialmente no tocante à proposição de diretrizes e medidas necessárias a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente.

Assim, pretende-se estabelecer duas instâncias para julgamento das infrações ambientais, sendo que a primeira se dará no âmbito da Fundação do Meio Ambiente (FATMA) e do Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA), em julgamento singular, ao passo que a segunda será de competência do Tribunal Administrativo Ambiental (TAA), órgão colegiado integrante da estrutura da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS).

Isso posto, submetemos à apreciação de Vossa Excelência anteprojeto de Lei que "dispõe sobre os órgãos julgadores do Sistema Estadual do Meio Ambiente (SEMA) e estabelece outras providências".

Por derradeiro, em atendimento ao que preceitua o art. 8º, VII, do Decreto nº 470, de 31 de agosto de 2011, solicitamos seja o

presente projeto submetido à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) em regime de urgência, haja vista sua relevância para o nosso Estado.

Atenciosamente,

**PAULO BORNHAUSEN**

Secretário de Estado

**GEAN LOUREIRO**

Presidente da FATMA

#### PROJETO DE LEI Nº PL/0177.3/2013

Dispõe sobre os órgãos julgadores do Sistema Estadual do Meio Ambiente (SEMA) e estabelece outras providências.

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os órgãos administrativos responsáveis pelo julgamento dos litígios suscitados pela imposição de sanções administrativas aplicadas com fundamento na legislação ambiental, estabelece sua composição e o rito processual em segunda instância.

Parágrafo único. As sanções administrativas de que trata o *caput* deste artigo constituem-se de penalidades e medidas preventivas previstas na legislação federal e estadual, sendo aplicadas em processo administrativo infracional.

#### CAPÍTULO II

##### DA COMPOSIÇÃO E DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS JULGADORES DO SISTEMA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 2º O julgamento dos litígios suscitados pela aplicação da legislação ambiental será efetuado, administrativamente, pelos seguintes órgãos julgadores do Sistema Estadual do Meio Ambiente (SEMA):

I - Julgadores de Processos Ambientais, em julgamento singular, realizado no âmbito da Fundação do Meio Ambiente (FATMA) e da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina (PMSC), por meio de seu Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA), em primeira instância; e

II - Tribunal Administrativo Ambiental (TAA), órgão colegiado integrante da estrutura da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), em segunda instância.

#### Seção I

##### Dos Julgadores de Processos Ambientais

Art. 3º Os Julgadores de Processos Ambientais de primeira instância serão designados pelo Presidente da FATMA ou pelo Comandante-Geral da Polícia Militar, conforme o caso.

Art. 4º Compete à FATMA e à PMSC, por meio de seu BPMA, como órgãos julgadores de primeira instância do SEMA:

I - fiscalizar e aplicar sanções administrativas, lavrando auto de infração em formulário único do Estado;

II - organizar o processo na forma de autos forenses; e

III - dar ciência de suas decisões ao recorrente, bem como emitir a competente guia de recolhimento no caso de aplicação da penalidade de multa.

#### Seção II

##### Do Tribunal Administrativo Ambiental

Art. 5º O TAA é composto de 4 (quatro) Julgadores, designados com seus respectivos suplentes pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, dentre representantes dos órgãos e das entidades do SEMA, observada a paridade de membros, na forma definida no Regimento Interno.

§ 1º A designação de que trata o *caput* deste artigo tem duração de 2 (dois) anos, prorrogável por igual período.

§ 2º Os suplentes, cuja designação acompanha a dos titulares, têm como atribuição substituí-los nos casos de impedimento ou ausência.

§ 3º Cessa a designação de que trata o *caput* deste artigo, sendo considerada vaga a função de Julgador de segunda instância, nos casos de:

I - término da designação;

II - renúncia expressa;

III - aposentadoria, exoneração ou perda de cargo público, se representante de órgão ou entidade governamental;

IV - desligamento ou desvinculação do Julgador, por qualquer razão, do respectivo órgão ou da respectiva entidade não governamental que represente; ou

V - falecimento do titular.

§ 4º Nos casos de vacância, o suplente exercerá a função até a posse do novo titular.

§ 5º Acarretará impedimento pelo prazo de 3 (três) anos para nova designação:

I - o não comparecimento a 3 (três) sessões consecutivas ou a 6 (seis) alternadas, executando-se as faltas justificadas, nos termos do Regimento Interno; ou

II - o descumprimento de metas de produtividade, por 2 (dois) meses consecutivos ou 4 (quatro) alternados.

§ 6º Os membros do TAA são impedidos de atuar em processos:

I - de interesse de seus parentes, consanguíneos ou afins, até o quarto grau inclusive;

II - de interesse de pessoa jurídica de direito privado de que sejam titulares, sócios, acionistas, membros da diretoria, do conselho fiscal ou de órgãos equivalentes;

III - que tenham sido julgados em primeira instância por órgão ou entidade de que sejam representantes; ou

IV - em que tomaram parte ou tenham interferido em qualquer condição ou a qualquer título, exceto na condição de Julgador.

§ 7º O Presidente, o Vice-Presidente e os Julgadores do TAA perceberão verba indenizatória, denominada jetom, por sessão de que participarem, correspondente a 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do vencimento da classe IV, nível I, referência J, do quadro de pessoal das secretarias, autarquias e fundações, constante do Anexo I da Lei nº 15.159, de 11 de maio de 2010.

§ 8º A estrutura organizacional e as regras de funcionamento do TAA serão definidas em Regimento Interno, aprovado pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 9º Todos os membros do TAA devem ser bacharéis em Direito e possuir reconhecido saber jurídico em direito ambiental.

§ 10. Em decisão conjunta do Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável e do Presidente do TAA, os suplentes podem ser convocados e designados como Julgadores de Processos Ambientais *ad hoc*, quando o volume de processos o justifique.

Art. 6º O Presidente do TAA será designado pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, dentre servidores lotados ou em exercício na SDS.

§ 1º A designação de que trata o *caput* deste artigo tem duração de 2 (dois) anos, prorrogável por igual período.

§ 2º São atribuições do Presidente:

I - presidir, determinar a organização da pauta e convocar as sessões, ordinárias e extraordinárias, do TAA;

II - proferir voto nas matérias que lhe forem submetidas, previstas no Regimento Interno;

III - expedir resoluções e instruções normativas;

IV - exercer as atividades administrativas necessárias ao funcionamento do TAA;

V - autorizar a expedição de certidões;

VI - determinar as publicações de interesse do TAA;

VII - estabelecer o calendário das atividades do TAA; e

VIII - demais atribuições previstas no Regimento Interno.

Art. 7º O Vice-Presidente do TAA será designado pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, dentre servidores lotados ou em exercício na SDS.

§ 1º A designação de que trata o *caput* deste artigo tem duração de 2 (dois) anos, prorrogável por igual período.

§ 2º São atribuições do Vice-Presidente:

I - substituir o Presidente em suas faltas ou seus impedimentos;

II - proferir voto nas matérias que lhe forem submetidas, previstas no Regimento Interno;

III - exercer outros encargos que lhe forem atribuídos pelo Presidente; e

IV - demais atribuições previstas no Regimento Interno.

Art. 8º O Secretário Executivo do TAA será designado pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, dentre servidores lotados ou em exercício na SDS, para exercer função de chefia.

Parágrafo único. São atribuições do Secretário Executivo:

I - participar das sessões e redigir as respectivas atas;

II - preparar a pauta de julgamento das sessões;

III - encaminhar as pautas, os acórdãos e os demais atos para publicação;

IV - adotar todas as providências necessárias ao bom funcionamento da sessão; e

V - realizar outras tarefas determinadas pelo Presidente do TAA.

Art. 9º O TAA deve reunir-se, ordinariamente, 2 (duas) vezes por mês e, extraordinariamente, por convocação do Presidente, de ofício ou mediante requerimento.

§ 1º As sessões serão realizadas de acordo com a programação da pauta.

§ 2º Nos casos de impedimento ou ausência de qualquer dos membros, deverá ser convocado o seu suplente.

§ 3º As sessões serão públicas em todas as suas fases e as decisões serão tomadas por voto nominal e aberto.

Seção III

Da Procuradoria-Geral do Estado

Art. 10. Competirá à Procuradoria-Geral do Estado (PGE) representar o Estado no TAA no julgamento dos processos referentes a autos de infração lavrados pelo BPMA, por intermédio de Procurador do Estado designado pelo Procurador-Geral do Estado.

§ 1º Ao Procurador do Estado designado compete, além de outras atribuições previstas em lei e no Regimento Interno do TAA:

I - defender o interesse público, a legalidade e a preservação da ordem jurídica;

II - comparecer às sessões de julgamento, ordinárias ou extraordinárias, podendo usar da palavra;

III - opor embargos de declaração; e

IV - propor a uniformização da jurisprudência administrativa.

§ 2º É indispensável a presença do Procurador do Estado designado nas sessões de julgamento dos processos referentes a autos de infração lavrados pelo BPMA, sob pena de nulidade.

Seção IV

Da Procuradoria da Fundação do Meio Ambiente

Art. 11. Competirá à Procuradoria da FATMA representar a entidade no TAA no julgamento dos processos referentes a autos de infração lavrados pela respectiva entidade, por intermédio de advogado fundacional designado pelo seu Presidente.

§ 1º Ao advogado fundacional designado compete, além de outras atribuições previstas em lei e no Regimento Interno do TAA:

I - defender o interesse público, a legalidade e a preservação da ordem jurídica;

II - comparecer às sessões de julgamento, ordinárias ou extraordinárias, podendo usar da palavra;

III - opor embargos de declaração; e

IV - propor a uniformização da jurisprudência administrativa.

§ 2º É indispensável a presença do advogado fundacional designado nas sessões de julgamento dos processos referentes a autos de infração lavrados pela respectiva entidade, sob pena de nulidade.

CAPÍTULO III

DOS RECURSOS

Art. 12. São cabíveis os seguintes recursos perante o TAA:

I - recurso ordinário; e

II - embargos de declaração.

Art. 13. Das decisões de aplicação de penalidades decorrentes de infrações ambientais no âmbito do Estado lavradas pela FATMA ou pelo BPMA caberá recurso ordinário ao TAA, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data da intimação do autuado acerca da decisão.

§ 1º Fica vedado ao recorrente reunir, em uma só petição, recursos referentes a mais de uma decisão de primeira instância, ainda que versem sobre assuntos conexos ou da mesma natureza.

§ 2º O recurso ordinário será recebido em seu efeito devolutivo e suspensivo, ressalvada a hipótese prevista no art. 14 desta Lei.

§ 3º O pagamento de penalidade somente será devido após esgotado todo o trânsito do recurso administrativo.

Art. 14. As penalidades de embargo, suspensão ou interdição e apreensão de materiais não possuem efeito suspensivo quando da apresentação de recurso ordinário ao TAA, tendo efeito meramente devolutivo.

Parágrafo único. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução das sanções administrativas aplicadas, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

Art. 15. Cabem embargos de declaração ao Julgador Relator, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data da publicação da decisão, quando esta for omissa, contraditória ou obscura.

§ 1º O Julgador Relator levará os embargos de declaração a julgamento na reunião subsequente à do seu recebimento, dispensada a prévia publicação da pauta.

§ 2º Não será conhecido o pedido que for considerado manifestamente protelatório ou vise indiretamente ao reexame da matéria objeto do recurso.

Art. 16. A tramitação dos recursos no TAA deverá obedecer as normas do seu Regimento Interno, observando-se o seguinte:

I - os processos para julgamento serão distribuídos, mediante sorteio, ao Julgador Relator;

II - as pautas de julgamento serão publicadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias, após cientificação, nos termos definidos no Regimento Interno; e

III - o recorrente deverá ser intimado das pautas de julgamento e das decisões administrativas por meio de:

- a) cientificação eletrônica;
- b) correio; ou

c) edital publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) e na página eletrônica do TAA, quando não for possível a adoção das modalidades previstas nas alíneas "a" e "b" deste inciso, devendo conter, conforme o caso, identificação do recorrente e do processo, data do julgamento e ementa da decisão.

§ 1º Os recursos poderão ser interpostos pelo próprio interessado, por seu representante legal ou por advogado devidamente constituído.

§ 2º Sem prejuízo do disposto nos incisos I e II do *caput* deste artigo, os processos poderão ser distribuídos conforme a matéria, o quantitativo de processos para cada relator ou outro critério previsto no Regimento Interno.

Art. 17. Caso surjam dúvidas técnicas referentes à matéria, o processo será encaminhado ao Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), que deverá responder no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 18. O TAA poderá apreciar a alegação de ilegalidade ou inconstitucionalidade reconhecida por entendimento pacífico do Supremo Tribunal Federal (STF) ou do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Art. 19. São nulos os atos, os termos, os despachos e as decisões praticados:

- I - por pessoa incompetente; ou
- II - com preterição do direito de defesa.

§ 1º A falta de intimação ou a intimação nula fica suprida pelo comparecimento do interessado, passando então a fluir o prazo para a prática do ato.

§ 2º A nulidade do ato só prejudica os que lhe sejam consequentes ou que dele dependam diretamente.

§ 3º Sempre que possível, as nulidades, irregularidades, incorreções ou omissões deverão ser sanadas, de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, de modo a permitir o prosseguimento do feito.

Art. 20. Fica assegurado às partes interessadas o acesso aos autos, bem como o requerimento de cópias ou certidões.

Parágrafo único. Cabe ao interessado o custo da extração das cópias de documentos dos autos e certidões que requerer.

#### CAPÍTULO IV DO PARCELAMENTO

Art. 21. As multas decorrentes de infração ambiental poderão ser pagas parceladamente, mediante despachos da autoridade competente, em até 36 (trinta e seis) prestações.

§ 1º Na fixação do número de prestações, a autoridade levará em consideração a situação econômico-financeira do devedor.

§ 2º Não será concedido reparcelamento enquanto não tiver sido pago 1/3 (um terço) do parcelamento.

§ 3º O pedido de parcelamento somente será deferido se estiver instruído com o comprovante de pagamento da primeira prestação.

§ 4º O despacho da autoridade competente poderá ser dispensado nos casos previstos em regulamento.

§ 5º Mediante oferecimento de garantia real, o prazo de parcelamento previsto no *caput* deste artigo poderá ser ampliado para até 60 (sessenta) prestações.

§ 6º Excepcionalmente, mediante autorização do Procurador-Geral do Estado, do Secretário de Estado da Fazenda ou do Presidente da FATMA, conforme o caso, a garantia real prevista no § 5º deste artigo poderá ser substituída por carta de fiança bancária, conforme previsto em regulamento.

Art. 22. O valor da multa, objeto de parcelamento, estará sujeito à atualização monetária até a data do efetivo recolhimento de cada prestação.

Parágrafo único. Na atualização monetária de que trata o *caput* deste artigo, se resultar fração, serão consideradas as 4 (quatro) primeiras casas decimais, abandonando-se as restantes.

Art. 23. Fica facultado à autoridade concedente consolidar os parcelamentos em um único processo, caso se trate de multas já inscritas em dívida ativa.

Art. 24. O requerimento do devedor solicitando o parcelamento da multa, na via judicial ou administrativa, equivalerá à confissão irretratável da dívida.

Art. 25. As prestações deverão ser recolhidas mensal e ininterruptamente, sendo que o não atendimento a esta regra implicará o cancelamento da concessão e o vencimento das prestações vincendas.

Parágrafo único. O parcelamento poderá ser restabelecido, segundo critérios previstos em ato do Chefe do Poder Executivo, se, antes de findar o prazo para inscrição em dívida ativa, o devedor recolher as prestações vencidas.

Art. 26. As condições e garantias do parcelamento serão estabelecidas em regulamento.

#### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. Cabe ao TAA a edição de súmulas para uniformizar a jurisprudência administrativa e dirimir conflitos de entendimento, na forma prevista no Regimento Interno.

Art. 28. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover as adequações necessárias no Plano Plurianual (PPA 2012-2015), bem como, respeitadas as vinculações constitucionais e legais das receitas e despesas orçamentárias, remanejar dotações constantes dos programas de trabalho de órgãos e entidades pertencentes ao orçamento fiscal.

Art. 29. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta do Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente (FEPEMA) e do Fundo Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (FEPSA).

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 31. Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009:

- I - o inciso IV do art. 10;
- II - o inciso XIII do art. 14;
- III - o inciso III do art. 15;
- IV - a Seção V do Capítulo II do Título I;
- V - o art. 35;
- VI - o art. 54;
- VII - o art. 56;
- VIII - o art. 63;
- IX - o art. 65;
- X - o art. 81;
- XI - o art. 83; e
- XII - o inciso I do art. 287.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 178/2013

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**GABINETE DO GOVERNADOR**

**MENSAGEM Nº 873**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos conjunta da Secretaria de Estado da Casa Civil e da Secretaria de Estado da Fazenda, o projeto de lei que "Altera a Lei nº 15.855, de 2012, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante de até R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), para atender ao Programa Acelera Santa Catarina".

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do presente projeto de lei nessa augusta Casa Legislativa.

Florianópolis, 28 de maio de 2013.

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 04/06/13*

**GOVERNO DO ESTADO SANTA CATARINA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

**GABINETE DO SECRETÁRIO - GABS**

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS CONJUNTA SEF/SC Nº 001/2013**

Florianópolis, 27 de maio de 2013.

Excelentíssimo Senhor,

**JOAO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Senhor Governador,

Por meio da Lei Estadual nº 15.855, de 02 de agosto de 2012, o Poder Executivo foi autorizado a contrair operação de crédito

junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de até R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), para atender ao Programa Acelera Santa Catarina.

Cabe destacar que a linha de financiamento do BNDES para o Programa Acelera Santa Catarina, aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), foi à forma de compensar a queda de arrecadação de alguns Estados com a unificação do ICMS interestadual sobre produtos importados. Igualmente, esta redução da arrecadação no Estado também compromete a receita dos Municípios, considerando que 25% do imposto são repassados a esses Entes. Diante deste cenário, é intenção estruturar a criação de um fundo de apoio aos municípios, com aporte de recursos desta linha de financiamento, de até R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).

Para tanto é necessário alterar a lei autorizativa da operação de crédito prevendo a destinação do recurso para o referido fundo.

Posto isto e considerando a urgência do Projeto de Lei, propomos que Vossa Excelência solicite ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Deputado Joares Ponticelli, celeridade na tramitação do Projeto, para se ultimar, com urgência, a alteração na lei autorizativa da operação de crédito em consonância com a legislação de regência.

Respeitosamente,

Nelson Antônio Serpa

**Secretário de Estado da Casa Civil**

Antonio Marcos Gavazzoni

**Secretário de Estado da Fazenda**

**PROJETO DE LEI Nº PL/0178.4/2013**

Altera a Lei nº 15.855, de 2012, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante de até R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), para atender ao Programa Acelera Santa Catarina.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 1º do art. 1º da Lei nº 15.855, de 2 de agosto de 2012, passa a vigorar acrescido do inciso XI, com a seguinte redação:

“Art. 1º .....  
§ 1º.....  
XI - desporto e lazer.  
.....”

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 15.855, de 2012, passa a vigorar acrescido do § 4º, com a seguinte redação:

“Art. 1º .....  
.....”

§ 4º Os recursos de que trata o *caput* deste artigo também poderão ser destinados, até o montante de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), a um fundo de apoio aos Municípios, a ser instituído por lei específica.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 179/13**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**GABINETE DO GOVERNADOR**

**MENSAGEM Nº 874**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos conjunta da Secretaria de Estado da Casa Civil e da Secretaria de Estado da Fazenda, o projeto de lei que “Institui o Fundo Estadual de Apoio aos Municípios (FUNDAM) e estabelece outras providências”.

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do presente projeto de lei nessa augusta Casa Legislativa.

Florianópolis, 28 de maio de 2013.

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 04/06/13

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

GABINETE DO SECRETÁRIO - GABS

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS CONJUNTA SEF/SCC Nº 0002/2013**

Florianópolis, 24 de maio de 2013.

Excelentíssimo Senhor,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Senhor Governador,

Com o objetivo de reduzir os reflexos derivados da queda de arrecadação decorrente da unificação do ICMS, a União, por meio do BNDES, abriu linha de financiamento em benefício de Estados da Federação afetados pela queda na receita, incluindo Santa Catarina, destinada à aplicação de recursos em projetos estruturantes nas áreas de saúde, educação, segurança pública e outras.

Em Santa Catarina, diante dos efeitos verificados nas finanças municipais, em virtude da redução do ICMS arrecadado, optou-se pelo repasse de parte dos recursos obtidos perante o BNDES aos Municípios, no montante de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).

Assim, para viabilizar o repasse pretendido, propõe-se a criação de um Fundo que será constituído pelos recursos referidos e pelos rendimentos de sua aplicação financeira.

Os recursos do Fundo serão repassados aos municípios, por meio de transferências voluntárias, para aplicação em despesas de capital nas áreas de mobilidade urbana; saneamento básico; construção e ampliação de prédios vinculados à educação, saúde e assistência social; construções destinadas ao desporto e ao lazer; aquisição de equipamentos, veículos e materiais destinados as atividades finalísticas dos serviços de saúde e educação; equipamentos para intervenções viárias em vias urbanas.

A gestão do FUNDAM será realizada pelo Secretário de Estado da Fazenda, ou servidor por ele designado, a quem competirá, dentre outras atribuições, fixar as diretrizes operacionais; realizar e acompanhar a execução orçamentária, financeira e contábil; examinar e aprovar as contas dos recursos repassados. As atribuições de gestão poderão ser delegadas a instituição financeira oficial, na condição de mandatária.

O Poder Executivo também será autorizado a promover as adequações necessárias no Plano Plurianual - PPA 2012-2015, criar e extinguir unidade orçamentária e abrir crédito especial.

Assim, submetemos à apreciação de Vossa Excelência minuta do projeto de lei que institui o fundo de apoio aos municípios catarinenses.

Posto isto e, considerando a urgência do Projeto de Lei, propomos que Vossa Excelência solicite ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Deputado Joares Ponticelli, celeridade na tramitação do Projeto, para que possamos atender as demandas de infraestrutura dos municípios, nas áreas referidas, melhorando significativamente os indicadores sociais e a qualidade de vida dos catarinenses.

Respeitosamente,

Antonio Marcos Gavazzoni

Secretário de Estado da Fazenda

Nelson Antônio Serpa

Secretário de Estado da Casa Civil

**PROJETO DE LEI Nº PL/0179.5/2013**

Institui o Fundo Estadual de Apoio aos Municípios (FUNDAM) e estabelece outras providências.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Fundo Estadual de Apoio aos Municípios (FUNDAM), vinculado à Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), com o objetivo de promover o desenvolvimento dos Municípios catarinenses, mediante apoio financeiro a planos de trabalho municipais de investimento.

Art. 2º Constituem receitas do FUNDAM:

I - os recursos a ele destinados decorrentes do Contrato de Financiamento de Operação de Crédito Interna, mediante Abertura de Crédito nº 13.2.0026.1, firmado entre o Estado e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cuja operação de crédito foi autorizada pela Lei nº 15.855, de 2 de agosto de 2012; e

II - os rendimentos de aplicação financeira de seus recursos.

Parágrafo único. Os saldos verificados ao final de cada exercício financeiro constituem receita do FUNDAM, devendo ser aplicados em seus objetivos, conforme disposto nos arts. 1º e 4º desta Lei.

Art. 3º A gestão do FUNDAM será realizada pelo Secretário de Estado da Fazenda ou por servidor por ele designado, a quem competirá:

I - propor as diretrizes operacionais a serem aprovadas pelo Grupo Gestor de Governo;

II - realizar e acompanhar a execução orçamentária, financeira e contábil dos recursos do FUNDAM;

III - analisar e aprovar os planos de trabalho apresentados pelos Municípios interessados;

IV - examinar e aprovar as contas dos recursos repassados;

V - elaborar relatórios mensais de desempenho a serem apresentados ao Chefe do Poder Executivo; e

VI - exercer as demais atribuições indispensáveis à gestão do FUNDAM.

§ 1º As atribuições de gestão do FUNDAM poderão ser delegadas à instituição financeira oficial com competência para tanto, na condição de mandatária.

§ 2º Os valores relativos à remuneração da mandatária, correspondentes aos serviços delegados na forma do § 1º deste artigo, compõem o valor da transferência do Estado e serão retidos no momento do repasse aos Municípios.

Art. 4º Os recursos do FUNDAM compreendidos no Programa Acelera Santa Catarina serão repassados a Municípios para aplicação nos seguintes investimentos:

I - infraestrutura referente à logística e mobilidade urbana;

II - construção e ampliação de prédios nas áreas de educação, saúde e assistência social;

III - construção de centros integrados nas áreas de esporte e lazer;

IV - saneamento básico;

V - aquisição de equipamentos e veículos destinados às atividades finalísticas dos serviços de saúde e educação públicas; e

VI - máquinas e equipamentos rodoviários novos, fabricados no território nacional, destinados às atividades operacionais do Poder Executivo municipal.

§ 1º Para serem contemplados com os recursos do FUNDAM, os Municípios interessados deverão comprovar o atendimento das condições constitucionais e legais exigidas para recebimento de transferências voluntárias, observado o disposto no § 3º do art. 25 da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, quanto aos investimentos nas áreas de educação, saúde e assistência social.

§ 2º As máquinas, os equipamentos ou os veículos adquiridos com os recursos do FUNDAM deverão ser devidamente inventariados e identificados externamente como de propriedade do Município adquirente, não podendo ser objeto de comodato ou concessão gratuita de uso de bem público.

§ 3º Os recursos do FUNDAM deverão ser aplicados exclusivamente em despesas de capital.

§ 4º A aplicação dos recursos do FUNDAM não estará sujeita ao disposto no art. 79 da Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007.

Art. 5º Os recursos do FUNDAM serão movimentados em conta-corrente específica aberta em instituição financeira oficial.

Art. 6º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover as adequações necessárias no Plano Plurianual (PPA 2012-2015), criar e extinguir unidade orçamentária e abrir crédito especial para atender ao disposto nesta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 180.9/13**

Denomina Rodovia da Imigração o trecho da Rodovia SC-154, compreendido entre o município de Ipumirim e o trevo do município de Vargeão - BR 282.

Art. 1º Fica denominada Rodovia da Imigração o trecho da Rodovia SC-154, compreendido entre o município de Ipumirim e o trevo do município de Vargeão - BR 282.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Marcos Vieira

Lido no Expediente

Sessão de 04/06/13

JUSTIFICATIVA

**Considerando** que o território onde hoje se localiza a região Oeste de Santa Catarina foi povoado por tribos indígenas, livres no

sertão da época, até a chegada dos imigrantes, lá pelos idos do início da década de 20, com o fim da Guerra do Contestado, em 1917.

**Considerando** que os primeiros caminhos eram picadões feitos no meio da densa floresta nativa. Locatelli (1988: 13) destaca que "Os caminhos (picadões) existentes na época, levavam somente a Palmas e, posteriormente, com a implantação da Estrada de Ferro, a Herval D'Oeste e Marcelino Ramos".

**Considerando** que com a chegada dos imigrantes exigiu melhorias no deslocamento e na habitação. "A abertura de estradas, construções de balsas e prédios escolares eram feitos por trabalho braçal estimulado pela empresa colonizadora.

**Considerando** que os caminhos abertos, de pouca distância, foram - com o passar do tempo - se ligando e formando estradas de maior percurso e o trânsito de carroças dividiu as estradas com caminhões.

**Considerando** que os destinos das famílias dos imigrantes oriundos do Rio Grande do Sul e que migravam novamente eram Cascavel, Palotina, Toledo, Guaira, Corbélia, Pato Branco, Clevelandia no Paraná e São Miguel do Oeste, Mondai, São Carlos, Descanso, São Lourenço do Oeste, São José do Cedro, Fachinal dos Guedes, Vargeão, Xanxerê, Ponte Serrada e São Domingos em Santa Catarina entre outros locais.

E, para melhor ilustrar essa situação, apresenta-se a seguir alguns trechos de depoimentos de pessoas do Município de Ipumirim que presenciaram importantes fatos relacionados ao transporte de cargas em tempos idos, e que tinha essa rodovia como único caminho, a seguir:

- Cirilo Sandrin, 90 anos de idade, iniciou as atividades de transportes em 1951. Da então Lindóia mudou-se para o vizinho Engano, atual Ipumirim, ambos pertencentes ao município de Concórdia. Durante muitos anos transitou pelas estradas do Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná, chegando também a Porto Alegre e arredores, no Rio Grande do Sul, onde entregava madeira de lei (louro e cedro) comprada nas viagens contratadas. Sandrin destaca que o início da década de 60 - 1962 em especial - foi um período de muitas mudanças.

Na ida, Sandrin transportava produtos adquiridos pela empresa Odilo Bonissoni & Cia Ltda e na volta, madeira de lei e quase sempre produtos vendidos na loja, entre outros: sal, açúcar, tecido, ferramentas, enfatiza Dona Maria Contudo, dona de uma das muitas mudanças de famílias de Ipumirim e região que seu Sandrin transportou.

- David Emilio Baldissarelli, 77 anos, lembra que a empresa tinha caminhão e era contratada para fazer as mudanças, ele próprio por vezes fez o transporte.

- Valdir Zanella, 63 anos, nasceu na agora comunidade de Serrinha, município de Ipumirim, em 1949. Seus pais tinham mercearia e pequeno bar, Zanella fala sobre a parada feita pelos viajantes no estabelecimento dos seus pais onde era possível comer e se estear. Lembra que em (1957) o caminho do Rio Grande do Sul ao Sudoeste do Paraná era este passando pela comunidade.

Cirilo Sandrin, David Emilio Baldissarelli e Valdir Zanella reconstituem a rota do caminho percorrido pelos imigrantes e pelos viajantes do Rio Grande do Sul ao Paraná até a construção da BR 153, rodovia que atravessa o estado catarinense a partir da ponte do Rio Uruguai, na divisa com o Rio Grande do Sul. A saída do Rio Grande do Sul acontecia passando por esta rodovia principalmente pela balsa de Marcelino Ramos e também por Aratiba, ambos com entrada no município catarinense de Concórdia - SC. De Concórdia para Ipumirim, via Jacutinga, onde a passagem se dava pela balsa do Rio Jacutinga. Ambos os percursos chegavam a Ipumirim passando pela ponte de madeira sobre o Rio Engano seguindo pelo Bonito e depois passando a balsa do Rio Irani, na divisa com Faxinal dos Guedes. Antes da passagem pela sede de Faxinal dos Guedes, a estrada passava pela encruzilhada de Vargeão e depois continuava por Xanxerê, Abelardo Luz entrando em Clevelandia, no Paraná. Na época, foi o único caminho entre o Rio Grande do Sul e o Paraná nesta região.

Por essas razões, nobres pares, e considerando o histórico apresentado, peço a colaboração para a aprovação do presente projeto.

**Deputado Marcos Vieira**

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 181.0/2013**

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Amigos de Jesus - ACAJE, de Florianópolis.

Art. - 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Amigos de Jesus - ACAJE, com sede no município de Florianópolis.

Art. - 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. - 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para

o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
  - II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;
  - III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
  - IV - balancete contábil.
- Art. - 4ª Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
- Sala das Sessões,  
Deputado Ismael dos Santos

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/06/13*

#### JUSTIFICATIVA

A Associação Comunitária Amigos de Jesus - ACAJE é uma entidade de caráter civil, de âmbito nacional, com fins filantrópicos, assistencial, educacional, cultural e não econômico, com atuação nas áreas de proteção à família, à infância, à maternidade, à adolescência e à velhice, desenvolvendo programas de amparo as crianças e adolescentes em estado de necessidade, acolhendo dependentes químicos e pessoas que se encontrem em situação de vulnerabilidade social e sua prevenção, conforme observado no estatuto social que acompanha o presente projeto de lei.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente proposição, por entendê-la relevante para a promoção e capacitação da comunidade.

Deputado Ismael dos Santos

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 182.0/2013

Dispõe sobre a inscrição dos dados pessoais nos capacetes de segurança dos funcionários que conduzem motocicletas nas instituições públicas e privadas do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º As instituições públicas e privadas que fazem serviço de entrega, atendimento ou transporte, utilizando motocicletas, ficam obrigadas a inscrever nos capacetes de segurança, em lugar visível, o nome do funcionário condutor, o seu tipo sanguíneo e o fator RH.

§ 1º A especificação do tipo sanguíneo e do fator RH deverão ser inscritas após o nome do funcionário.

§ 2º Esta Lei aplica-se às instituições que utilizam condutores autônomos de motocicletas para efetuar seus serviços referidos no *caput* deste artigo.

Art. 2º O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado, determinando também as penalidades pelo seu não cumprimento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/06/13*

#### JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal, em seu art. 196, determina que a saúde é um dever do Estado, garantido por políticas sociais que visem à redução do risco de doenças e outros agravos. Nesse sentido, a reflexão é no sentido de saber se o Estado de Santa Catarina está cumprindo tal dispositivo, ou se está "fechando os olhos" às estatísticas de acidentes com motociclistas.

Pesquisas nos revelam que, nos últimos 15 anos, o crescimento da taxa de mortalidade em acidentes com motocicleta no Brasil aumentou 846,5%, enquanto a de carros 58,7%. O nível da violência no trânsito é tanto que condena à morte no local do acidente cerca de 40% dos envolvidos nas ocorrências. É assustador o número de cidadãos que morrem nas ruas e avenidas do país em acidentes com veículos de duas rodas. Em 2010, foram 13.452 vítimas fatais, contra 1.421 registradas em 1996. Entre as vítimas, 75% são homens e 40% têm entre 21 e 35 anos.

Uma das razões para esse panorama é a explosão de vendas no mercado das duas rodas nos últimos 10 anos. A frota de motocicletas em circulação no país cresceu nada menos que 246% na última década, atingindo 18,5 milhões de unidades. Enquanto isso, a frota de carros apresentou crescimento menos significativo, de 65,3%, atingindo 37,2 milhões de veículos.

Um estudo inédito sobre a violência no trânsito, realizado pelo Instituto Sangari, por meio da análise de 1 milhão de certidões de óbito em todo o mundo, revelou que o Brasil é o 2º país do mundo em vítimas fatais em acidentes envolvendo motocicletas, com 7,1 óbitos a cada 100 mil habitantes.

O número de motociclistas mortos aumentou progressivamente e chegou a ultrapassar, a partir de 2008, o número de mortos ocupantes de outros veículos (carros, caminhões, ônibus).

Esses números alarmantes fazem-nos refletir, mormente no caso dos motociclistas que, em 40% dos acidentes, são levados a óbito no local, que, se tornarmos obrigatória a inscrição do tipo sanguíneo e o fator RH no capacete, provavelmente poderíamos reduzir esse índice de óbito no local do acidente, com transfusões rápidas e eficientes e também dando maior chance de sobrevivência àqueles que conseguem ser socorridos e levados para os hospitais.

Diante do exposto, conclui-se que a finalidade deste projeto de lei é buscar minimizar as inúmeras mortes que ocorrem diariamente com os condutores de motocicleta, fazendo com que, em caso de acidente, tenham um atendimento que lhes possibilite maiores chances de sobrevivência.

Portanto, conto com o apoio dos nobres pares para a urgente aprovação do projeto de lei, por se tratar de medida relevante, de interesse público e social.

Deputado Darci de Matos

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 183.1/2013

Altera o art. 10-A da Lei nº 14.954, de 2009, que dispõe sobre a fiscalização e coibição da comercialização irregular de combustíveis e adota outras providências.

Art. 1º O art. 10-A da Lei nº 14.954, de 19 de novembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10-A. Os estabelecimentos varejistas de combustíveis líquidos deverão instalar e manter um único equipamento, denominado Medidor Volumétrico de Combustíveis (MVC), destinado à medição volumétrica dos tanques de combustíveis, com fins tributários e ambientais, que permita a captura automática do volume dos combustíveis existentes nos compartimentos de estocagem, bem como o armazenamento e a transmissão das informações aos órgãos fiscalizadores, observadas as disposições contidas em regulamento, que poderá inclusive dispensar a exigência nas hipóteses nele previstas.

§ 1º Para a instalação do referido equipamento é concedido o prazo de 12 (doze) meses, contado a partir da publicação da norma regulamentar que disponha sobre os requisitos técnicos do Medidor Volumétrico de Combustíveis (MVC).

§ 2º Na hipótese prevista no *caput*, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder crédito presumido equivalente a até 50% (cinquenta por cento) do valor do equipamento, nos termos e condições previstos em regulamento." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jorge Teixeira

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 04/06/13*

#### JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa à alteração da redação do art. 10-A da Lei nº 14.954, de 19 de novembro de 2009, que dispõe sobre a fiscalização e coibição da comercialização irregular de combustíveis e adota outras providências, para o efeito de conferir segurança jurídica aos comerciantes de combustíveis e preservar os interesses do Estado, sobretudo no que tange à concessão de prazo razoável aos estabelecimentos alcançados pela referida norma legal adequarem-se às suas exigências.

A medida faz-se necessária, porquanto o Decreto nº 1.084/2012 determinou que, para o controle das operações promovidas pelos estabelecimentos que praticam o comércio varejista de combustíveis líquidos, deverá ser instalado um equipamento que possua simultaneamente funções de medição volumétrica de combustíveis e de monitoramento ambiental denominado Medidor Volumétrico de Combustíveis (MVC), para captura automática das informações ambientais e do volume dos combustíveis existentes nos compartimentos de estocagem e o armazenamento e transmissão das informações aos órgãos fiscalizadores, conforme requisitos definidos em Portaria do Secretário de Estado da Fazenda.

Foram estabelecidas multas para o comerciante que fornecer ou instalar *software* ou dispositivo *hardware* em desacordo com a legislação tributária ou que possibilite perda ou alteração de dados registrados, armazenados ou transmitidos por equipamento de medição volumétrica de combustíveis.

Apesar de a Lei nº 14.967/09, que alterou a precitada Lei nº 14.954/09, ter sido publicada no Diário Oficial do Estado do dia 7 de dezembro de 2009, **até o momento não foi especificado, pela Secretaria de Estado da Fazenda, o equipamento a ser instalado pelos Postos Revendedores.**

Em 3 de agosto de 2012, por intermédio do Decreto Governamental nº 1.084, foi introduzida a alteração 3.021 no RICMS/SC-01, nos arts. 179-C, 179-D e 179-E, sobre a obrigatoriedade de uso do Medidor Volumétrico de Combustíveis (MVC) e que determinou a instituição do Sistema de Monitoramento de Combustíveis (SIMCO).

Contudo, inexistindo previsão legal quanto à concessão de um prazo razoável aos estabelecimentos atingidos pela norma jurídica em referência, assim como sem a especificação do equipamento, esta na forma da legislação infralegal, persiste a insegurança dos comerciantes que atuam neste segmento, os quais poderão, a qualquer momento, sofrer punições, acarretando-lhes graves prejuízos financeiros.

Assim, em razão dos argumentos acima explanados, apresento o presente Projeto de Lei, contando, desde logo, com a compreensão e anuência dos nobres Deputados desta Casa Legislativa.

Deputado Jorge Teixeira

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 184.2/2013

Altera a Lei nº 4.336, de 05 de julho de 1969, que declara de utilidade pública a Fundação Universitária de Criciúma.

Art. 1º A Lei nº 4.336, de 05 de julho de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Fundação Educacional de Criciúma.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Fundação Educacional de Criciúma, com sede no município de Criciúma.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob a pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões,

Deputado Mauro de Nadal

Lido no Expediente

Sessão de 04/06/13

#### JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que visa alterar a Lei nº 4.336, de 05 de julho de 1969, em razão da mudança da denominação da entidade, demonstrada nos documentos anexos.

Deputado Mauro de Nadal

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 185.3/13

Dispõe sobre a reserva de vagas em estacionamentos de shopping centers, centros comerciais e hipermercados para gestantes e pessoas com crianças de colo, no âmbito do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

Art. 1º. Fica assegurada a reserva para gestantes durante todo o período gestacional e pessoas acompanhadas por crianças de colo com até dois anos, de vagas preferenciais nos estacionamentos mantidos por shopping centers, centros comerciais e hipermercados no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. As vagas que se refere o caput deste artigo deverão ser em número equivalente a dois por cento do total, no mínimo, uma vaga, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes.

Art. 2º. A infração ao disposto nesta lei acarretará aos estabelecimentos multa diária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), enquanto perdurar a infração.

Parágrafo único. O valor da multa de que trata o "caput" deste artigo será atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 3º. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º. As despesas com a execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputado Valmir Comin

Líder da Bancada do PP

Lido no Expediente

Sessão de 04/06/13

#### JUSTIFICATIVA

O crescimento das cidades faz com que cresçam, também, os já preocupantes problemas de mobilidade e de acessibilidade, tanto para o trânsito de veículos quanto o das pessoas. Para muitos cidadãos, providências até há pouco relativamente simples - como o estacionamento de veículos - tornaram-se tarefas penosas, exigindo soluções rápidas e efetivas. Nesse aspecto, além da preocupação com o estacionamento dos veículos em si, é necessário que as atenções sejam focadas no próprio cidadão (ou cidadã), razão primeira e última de todos os encaminhamentos para melhorar as condições de vida na cidade.

É nesse particular que estamos propondo uma deferência especial para as gestantes: como portadoras de uma nova vida, elas precisam de todo o cuidado e o respeito possíveis, inclusive nas providências mais comuns como é a questão do estacionamento. As gestantes precisam ter garantido o seu direito de acessar os estabelecimentos comerciais, como os shoppings e supermercados, sem ter que passar pela dificuldade ou mesmo, constrangimento, de ficar procurando uma vaga. A disponibilização de 2% das vagas do total, no mínimo, uma vaga para as gestantes é uma reivindicação justa e atende, antes de tudo, o princípio básico do respeito à pessoa e à vida.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

Sala das Sessões,

Deputado Valmir Comin

Líder da Bancada do PP

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 186.4/13

Proíbe a utilização de materiais inflamáveis e não auto extingüíveis em recintos fechados de uso coletivo, no Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

Art. 1º É proibida a utilização de material incandescente, plásticos e espumas não auto extingüíveis, especialmente espuma acústica do tipo flexível de poliuretano-poliéster, ou material equivalente, em recintos fechados de uso coletivo, público ou privado, destinados a eventos, no Estado de Santa Catarina.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, são considerados recintos fechados as boates, as casas de shows, as danceterias, os buffets, bares, restaurantes, teatros, cinemas, auditórios, clubes, salões comunitários e congêneres.

§ 2º A proibição do uso dos produtos referidos no caput deste artigo deverá ser informada em banner ou placa afixada em local visível, nos recintos que trata esta Lei.

Art. 2º O Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina deverá informar, nos documentos liberatórios para o funcionamento dos recintos fechados, a proibição da utilização do material de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 3º A inobservância ao disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes sanções:

I - advertência por escrito da autoridade competente; e

II - multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por infração, dobrada a cada reincidência, a qual será reajustada, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preço de Mercado - IGPM/FGV, ou por índice que vier a substituí-lo.

§ 1º No caso de reincidência, sem prejuízo do disposto no inciso II deste artigo, o Corpo de Bombeiros Militar poderá efetuar a interdição temporária ou definitiva do estabelecimento.

§ 2º A sanção administrativa não exime os infratores das sanções penais e civis cabíveis, em caso de danos pessoais e/ou materiais.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Antônio Aguiar

Lido no Expediente

Sessão de 04/06/13

#### JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal assegura ao Estado, como ente federativo, a competência concorrente para legislar sobre a

responsabilidade por dano ao consumidor e proteção à saúde (art. 24, inciso VIII e XII, respectivamente). Registre-se, ainda, que a presente proposição não se encontra entre aquelas de iniciativa privativa do Executivo (artigo 50, § 2º, na Constituição Estadual).

A presente proposta nasce da necessidade de evitar que o uso de materiais, plásticos e espumas não auto extingüíveis, especialmente espuma acústica do tipo flexível de poliuretano-poliéster, ou material equivalente que, submetidos ao calor intenso, emitam fumaça tóxica, sejam responsáveis por acidentes, incêndios e tragédias, como a que ocorreu na Boate Kiss, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

A tragédia ocorrida em Santa Maria, no Rio grande do Sul, no dia 27 de janeiro de 2013, na Boate Kiss, que tirou a vida de mais de 240 jovens, nos coloca a necessidade de apresentar e aprovar uma legislação específica em relação aos ambientes fechados de aglomeração de pessoas no Estado de Santa Catarina, com intuito de oferecer proteção e segurança à população catarinense, que está abalada com os acontecimentos recentes.

A decisão de banir das casas noturnas e de espetáculos a espuma inflamável utilizada no sistema de isolamento acústico se deve à informação divulgada pelo governo gaúcho e, principalmente, pela médica legista Maria Ângela Zucchetto, coordenadora regional de perícia da área de Santa Maria, de que cerca de 90% das vítimas do incêndio da Boate Kiss tiveram asfixia mecânica como causa da morte, ou seja, morreram intoxicadas pela fumaça oriunda da queima da espuma. Atualmente o mercado oferece, para fins de isolamento acústico, produtos que não são inflamáveis e nem produzem fumaça tóxica.

A maioria das vítimas da Boate Kiss eram jovens e universitários que se preparavam para o futuro, com muitos sonhos e realizações pendentes. Esses jovens buscavam momentos de lazer e entretenimento, acreditando estar em local seguro, o que não se confirmou.

A tragédia de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, nos mostra que casos semelhantes devem ser evitados, como poderia ter sido, se medidas como as que estabelecem a presente proposição tivessem sido adotadas naquele município. Os eventos realizados para divertimento de jovens em casas noturnas tornaram-se uma grande indústria no país, na qual o quesito segurança deixou de ser prioridade, dando lugar apenas ao espetáculo.

A tendência destes locais fechados destinados à diversão, ao espetáculo e a eventos em geral, de caráter comercial ou não, é dispor, cada vez mais, de isolamento acústico e térmico com a utilização de materiais que nem sempre são os mais recomendáveis (não tóxicos e inflamáveis). Estes revestimentos, além de todo o aparato elétrico ou eletrônico, aumentam consequentemente o risco de incêndio nestas instalações enclausurantes.

Por fim, este Parlamentar entende que proibir os materiais aqui mencionados para o tratamento acústico em locais fechados é, consequentemente, evitar a morte de inocentes e prevenir tragédias hediondas como esta e a que ocorreu, em 2004, numa boate em Buenos Aires, na Argentina.

Estas, portanto, são as razões pelas quais apresento esta proposição, contando com o apoio dos ilustres Pares desta Casa Legislativa para a sua aprovação.

Deputado Antônio Aguiar

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 187.5/13

Estabelece regra para a distribuição dos *royalties* decorrentes da exploração do petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de concessão, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º As receitas estaduais relativas aos *royalties* decorrentes da exploração do petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de concessão serão destinadas exclusivamente à educação básica, na forma do regulamento.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Luciane Carminatti

Lido no Expediente

Sessão de 04/06/13

#### JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa vincular 100% das receitas advindas dos *royalties* recebidas pelo Estado à educação, fundada no imperativo de ser esta, de ser o conhecimento a força motriz de desenvolvimento humano e tecnológico do País.

Através da educação é possível disseminar o bem-estar social, oportunidades mais igualitárias, consolidação de valores comuns e estabilidade das condições de crescimento econômico duradouro e sustentável.

É a partir dos investimentos na educação de qualidade que se cria o 'ser humano pensante e atuante' e uma consciência ampliada e voltada para a melhoria do País e da sociedade brasileira como um todo, seja por meio da cultura quanto das inovações tecnológicas.

Diante da finitude do recurso petrolífero, a riqueza dele proveniente pode ser empregada virtuosamente na adoção de novos paradigmas, como o ora proposto - a economia lastreada pelo conhecimento inovador e sua difusão pela educação, por toda a sociedade brasileira e seus cidadãos. Diante disso, é necessária a ampliação de investimentos na educação para que a expansão da economia brasileira perdue a longo prazo.

Investir na educação é, sem dúvidas, a válvula propulsora do processo de erradicação das desigualdades nacionais. Neste contexto, é de suma importância que a educação seja uma prioridade de Estado.

Nota-se que outros entes federados, como o Estado do Pernambuco, já sancionaram lei destinando toda a verba derivada dos *royalties* à educação, ciência, tecnologia e inovação.

Pelas razões aqui expostas, certa do interesse social desta proposição, solicito aos nobres Colegas Parlamentares a aprovação deste Projeto de Lei.

Deputada Luciane Carminatti

\*\*\* X X X \*\*\*

### PROJETOS DE RESOLUÇÃO

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003.4/2013

Institui no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina o Programa de Promoção da Conservação e Uso Racional da Água.

Art. 1º Fica instituído no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina o Programa de Promoção da Conservação e Uso Racional da Água.

Art. 2º O Programa de que trata o art. 1º tem como objetivos promover estudos e definir cronograma de obras, tendo em vista adaptar as edificações da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina para que suas instalações permitam:

I - a captação, o armazenamento e a utilização de água proveniente das chuvas e,

II - o reuso direto planejado das águas.

§ 1º Entende-se por reuso direto planejado das águas: a captação, o armazenamento e a utilização de águas servidas, que ocorre quando os efluentes, depois de tratados, são encaminhados diretamente de seu ponto de descarga até o local do reuso, não sendo descarregados no meio ambiente.

§ 2º O reuso da água dar-se-á por meio da reciclagem dos constituintes dos efluentes das águas servidas que deverão ser direcionadas, por meio de encanamento próprio, a reservatório destinado a abastecer os diversos usos, devendo ser descarregada na rede pública de coleta de esgotos somente após tal utilização.

§ 3º Depois de captada, a água das chuvas deve ser encaminhada a cisternas ou tanques, para ser utilizada em atividades que não requeiram o uso de água tratada, proveniente da rede pública de abastecimento.

§ 4º São os seguintes os usos e as atividades que não requerem água tratada, referidos nos parágrafos 2º e 3º:

I - irrigação paisagística;

II - combate ao fogo;

III - abastecimento das descargas de vasos sanitários;

IV - sistemas de ar condicionado;

V - lavagem de veículos;

VI - lavagem de vidros, pisos, escadarias, calçadas, pátios, ruas e pontos de ônibus;

Art. 3º O Programa de que trata o art. 1º tem como objetivos promover estudos e definir cronograma de obras, tendo em vista adaptar as edificações da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina para possuírem, em suas instalações, aparelhos e dispositivos economizadores de água, tais como:

I - bacias sanitárias de volume reduzido de descarga;

II - chuveiros e lavatórios de volumes fixos de descarga;

III - torneiras dotadas de arejadores e de:

a) rápido mecanismo de abertura e fechamento do fluxo de água; ou

b) interruptores de jato de água, após despejo suficiente para uso das atividades mais demandadas.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em  
Deputada Angela Albino

*Lido no Expediente*  
Sessão de 04/06/13

#### JUSTIFICATIVA

Submeto aos presentes pares a presente matéria que tem por escopo promover medidas necessárias à conservação, à redução do desperdício e à utilização de fontes alternativas para a captação e o aproveitamento da água no âmbito da Assembleia Legislativa, bem como à conscientização dos usuários sobre a sua importância para a vida.

É hoje imperativo racionalizar o uso da água potável, evitando desperdícios, pois o aumento da oferta de água requer o uso de novos mananciais, pressionando a disponibilidade de recursos hídricos e concorrendo com outros usos da água, e porque novos mananciais com água de boa qualidade estão cada vez mais raros e distantes dos centros urbanos geradores de demanda.

Fornecer água potável em maior quantidade também significa investir recursos financeiros em sistemas de captação, bombeamento, adução e tratamento, recursos esses que poderiam ser usados no atendimento a outras demandas da sociedade.

Adicionalmente, além dos investimentos em infra-estrutura, o fornecimento de água potável implica custos permanentes em energia elétrica, para mover bombas e estações de tratamento, e em produtos químicos. O acréscimo na demanda de água significa, também, aumento na demanda de energia elétrica e de outros insumos que dependem da disponibilidade e aproveitamento de outros recursos naturais.

Em que pese se tratar de uma política isolada porquanto estar restrita ao âmbito da Assembleia Legislativa entendo oportuno que esta Casa que tem por prerrogativa constitucional e função precípua discutir e elaborar políticas de relevante interesse para a sociedade catarinense que dê o exemplo instituindo medidas afim de racionalizar o uso de recurso natural de fundamental importância para a vida.

Neste sentido, também estou apresentando Projeto de Lei com objetivo de criar um Programa Estadual de Conservação, Uso Racional e Reaproveitamento das Águas, por entender que sua aprovação trará inúmeros benefícios para a presente e a para que as futuras gerações tenham direito aos mesmo recursos naturais que nós hoje em dia ainda possuímos.

Apenas 1% de toda a água do mundo é apropriada para beber. O uso racional da água é muito importante tanto para o consumo do homem quanto para todos outros seres vivos, o que reclama a adoção de medidas urgentes, neste sentido, por se tratar de uma proposição de relevante cunho sócio ambiental, aguardo de meus nobres Pares sua aprovação.

Deputada Angela Albino

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 004.5/2013

Institui no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina o Programa de Promoção do Uso de Energia Renovável.

Art. 1º Fica instituído no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina o Programa de Promoção do Uso de Energia Renovável.

Art. 2º O Programa de que trata o art. 1º tem como objetivos promover estudos e definir cronograma de obras, tendo em vista adaptar as edificações da Assembleia Legislativa para que suas instalações permitam:

I - a captação, o armazenamento e a utilização de energia renovável;

II - estimular campanhas de promoção dos benefícios da utilização da energia solar e eólica;

III - a substituição dos postes de iluminação elétrica, situados na parte externa da Assembleia Legislativa, por postes de matriz de energia eólica e solar, denominado poste autônomo híbrido; e

IV - a substituição das lâmpadas convencionais por lâmpadas tipo Led.

Art. 3º O Programa de que trata o art. 1º tem como objetivos promover estudos e definir cronograma de obras, tendo em vista adaptar as edificações da Assembleia Legislativa para possuírem, em suas instalações, equipamentos, aparelhos e dispositivos, tais como:

I - placas fotovoltaicas;

II - micro e/ou mini geradores eólicos;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em  
Deputada Angela Albino

*Lido no Expediente*  
Sessão de 04/06/13

#### JUSTIFICATIVA

Submeto aos presentes pares a atual matéria que tem por escopo a adoção de práticas sustentáveis com intuito de contribuir com a utilização racional e eficiente de energia e outros recursos naturais.

De acordo com dados do Atlas Brasileiro de Energia Solar, o litoral norte do Estado de Santa Catarina, apresenta irradiação solar global de 4.250 Wh/m<sup>2</sup>, valor cerca de quatro vezes superior ao apresentado para o território da Alemanha, país que é líder mundial do setor de aproveitamento de energia solar.

Quanto a matriz energética eólica Santa Catarina apresenta potencial para implementação de dezenas de Parques Eólicos. A partir de medidas de vento distribuídas sobre o Estado durante o período de 4 anos, estimou-se o potencial eólico da região, notadamente o sudeste do estado, em uma capacidade de produção anual de quase 3700 GWh.

Há diversas tecnologias para utilização da energia solar e eólica, assim como múltiplas aplicações dessas tecnologias além do mais os custos de geração e instalação vem caindo continuamente o que torna mais atrativa a utilização racional e eficiente de energia de fontes alternativas e renováveis.

Estudos indicam que Santa Catarina tem um enorme potencial de energia eólica e solar não aproveitado.

Portanto a presente proposição visa além da valorização e respeito ao meio ambiente, aumento da qualidade de vida, saúde e bem-estar da sociedade em geral, buscar estímulos para o suprimento do déficit energético como também de possibilitar alternativas de matriz energética para o consumo de energia.

Em que pese se tratar de uma política isolada porquanto estar restrita ao âmbito da Assembleia Legislativa entendo oportuno que esta Casa que tem por prerrogativa constitucional e função precípua discutir e elaborar políticas de relevante interesse para a sociedade catarinense que institua medidas afim de servir de exemplo na utilização racional e eficiente de energia de fontes alternativas e renováveis, visando à racionalização do consumo, destacadamente, da energia elétrica

Neste sentido, também estou apresentando Projeto de Lei que institui a Política Estadual de Incentivo ao Aproveitamento da Energia Solar e Eólica por entender que sua aprovação trará inúmeros benefícios para a presente e a para que as futuras gerações tenham direito aos mesmo recursos naturais que nós hoje em dia ainda possuímos.

Portanto, é relevante a adoção de ações oficiais para fomentar a utilização racional e eficiente de energia de fontes alternativas e renováveis, visando à racionalização do consumo, destacadamente, da energia elétrica, motivo pelo trago o presente Projeto de Lei à consideração deste Parlamento, contando com a subsequente aprovação colegiada.

Deputada Angela Albino

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005.6/2013

Dispõe sobre a substituição dos Postes de Iluminação Elétrica situados na parte externa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, por Postes de Matriz de Energia Eólica e Solar e dá outras providências.

Art. 1º A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina fica obrigada a substituir os Postes de Iluminação Elétrica, situados na parte externa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, por Postes de Matriz de Energia Eólica e Solar, denominado Poste Autônomo Híbrido.

§ 1º A parte externa descrita no *caput* deste artigo trata-se da área existente sob o entorno e a responsabilidade da ALESC.

§ 2º A Mesa Diretora da Assembleia definirá a seu critério de oportunidade e conveniência o cronograma para a substituição dos Postes de que trata esta Resolução e da substituição das lâmpadas convencionais por lâmpadas tipo Led.

Art. 2º - As despesas oriundas desta Resolução correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em  
Deputada Angela Albino

*Lido no Expediente*  
Sessão de 04/06/13

#### JUSTIFICATIVA

Senhores e Senhoras Deputadas trazemos à consideração dos ilustres Pares desta Casa proposta de resolução que visa a substituição dos Postes de Iluminação Elétrica situados na parte externa da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, por Postes de Matriz de Energia Eólica e Solar.

De acordo com dados do Atlas Brasileiro de Energia Solar, o litoral norte do Estado de Santa Catarina, apresenta irradiação solar

global de 4.250 Wh/m<sup>2</sup>, valor cerca de quatro vezes superior ao apresentado para o território da Alemanha, país que é líder mundial do setor de aproveitamento de energia solar.

Quanto a matriz energética eólica Santa Catarina apresenta potencial para implementação de dezenas de Parques Eólicos. A partir de medidas de vento distribuídas sobre o Estado durante o período de 4 anos, estimou-se o potencial eólico da região, notadamente o sudeste do estado, em uma capacidade de produção anual de quase 3700 GWh.

Há diversas tecnologias para utilização da energia solar e eólica, assim como múltiplas aplicações dessas tecnologias além do mais os custos de geração e instalação vem caindo continuamente o que torna mais atrativa a utilização racional e eficiente de energia de fontes alternativas e renováveis.

Estudos indicam que Santa Catarina tem um enorme potencial de energia eólica e solar não aproveitado.

Portanto a presente proposição visa além da valorização e respeito ao meio ambiente, aumento da qualidade de vida, saúde e bem-estar da sociedade em geral, buscar estímulos para o suprimento do déficit energético como também de possibilitar alternativas de matriz energética para o consumo de energia.

É premente a conscientização quanto à economia desse precioso insumo energético (eletricidade) e, para tanto, a utilização de alternativas viáveis devem ser urgentemente levadas a efeito e serem estimuladas tendo em vista a crise do setor energético atualmente enfrentada, principalmente nas grandes cidades, novas soluções são exigidas.

Ademais, ressalta-se, que cada poste híbrido é capaz de abastecer outros três ao mesmo o tempo e tem autonomia dependendo das condições climáticas de até sete dias, salienta-se ainda que as baterias do poste híbrido têm autonomia para 70 horas, ou seja, se faltarem vento e sol por 470 horas, ou sete noites seguidas, as lâmpadas poderão permanecer ligadas.

Portanto, é relevante a adoção de ações oficiais por esta Casa para fomentar a utilização racional e eficiente de energia de fontes alternativas e renováveis, visando à racionalização do consumo, destacadamente, da energia elétrica, motivo pelo qual trago o presente Projeto de Resolução à consideração deste Parlamento, contando com a subseqüente aprovação colegiada.

Deputada Angela Albino

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 006.7/2013

Cria o Programa Alesc Inclusiva, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica criado, no âmbito da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o Programa Alesc Inclusiva, objetivando a inclusão social, a igualdade e ampliação de oportunidades para estudantes com deficiência que estejam frequentando o ensino regular em instituições de ensino superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Parágrafo único. O Programa Alesc Inclusiva, vinculado à Diretoria de Recursos Humanos, será desenvolvido sob a égide da legislação do estágio, propiciando formação profissional aos estudantes com deficiência que nele ingressarem na condição de estagiários, mediante seleção e recrutamento, nos termos desta Resolução.

Art. 2º A seleção e o recrutamento de que trata o art. 1º serão efetivados por comissão interinstitucional composta por representantes da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Assembleia Legislativa e de entidades públicas e/ou privadas reconhecidas como de notória atenção às pessoas com deficiência.

Parágrafo único. A comissão de que trata o caput será composta de entidades e representantes em número e proporção definidos pela Mesa.

Art. 3º Para o cumprimento das metas do Programa ficam asseguradas 20 (vinte) vagas de estágio para pessoas com deficiência, obedecendo aos termos do inciso IV c/c o § 5º do art. 17 da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Art. 4º As atividades de estágio serão desenvolvidas em períodos de quatro horas diárias durante o horário de funcionamento da Assembleia Legislativa, perfazendo vinte horas semanais.

Art. 5º Serão firmados contratos individuais de estágio entre a Alesc, a instituição de ensino e os estagiários, com vigência máxima de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período em caso de manifestação de interesse de ambas as partes.

Art. 6º Os estagiários receberão retribuição mensal sob a forma de bolsa de trabalho e as mesmos benefícios concedidos aos demais estagiários contratados pela Assembleia Legislativa.

Art. 7º É facultado à Assembleia Legislativa ou às instituições de ensino recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados para intermediar as relações de estágio nos termos do art. 5º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Art. 8º Serão disponibilizadas, para os fins do Programa de que trata esta Resolução, instalações adaptáveis e atualização da estrutura de acessibilidade existente, para possibilitar aos estagiários com deficiência a locomoção, permanência e execução de tarefas, com ênfase aos ambientes onde serão designados os postos de trabalho e aos caminhos que os interliguem com setores conexos e ambientes de uso comum.

Art. 9º A Diretoria de Recursos Humanos promoverá a capacitação dos servidores que atuam nos setores de destino dos estagiários de que trata esta Resolução, no sentido de proporcionar habilitação adequada de recepção e convívio, identificando os compatíveis com as potencialidades dos estagiários ou criando setores de trabalho que contem com aptidão exclusiva para tanto.

Art. 10. A Diretoria de Tecnologia e Informações promoverá estudos para a adaptação dos serviços sob sua responsabilidade as necessidades dos estagiários com deficiência, de forma a providenciar as modificações requeridas para utilização nas atividades destes em seus respectivos setores.

Art. 11. A Diretoria de Comunicação Social e a Coordenadoria de Informações promoverão as ações necessárias para divulgação, sensibilização e instrução dos públicos externo e interno sobre a importância da recepção dos estagiários com deficiência e de sua interação no contexto das atividades do Poder Legislativo.

Art. 12. A Assembleia Legislativa poderá manter parcerias com instituições e entidades públicas ou privadas que disponibilizem ações educacionais e programas de treinamento para a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Art. 13. As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no Orçamento da Alesc.

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Joares Ponticelli - Presidente  
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Deputado José Nei Alberton Ascari - Presidente  
Deputado José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Deputado Altair Guidi - Membro  
Deputado Antônio Aguiar - Membro  
Deputada Dirce Heiderscheidt - Membro  
Deputada Luciane Carminatti - Membro  
Deputado Serafim Venzon - Membro

Lido no Expediente  
Sessão de 04/06/13

\*\*\* X X X \*\*\*

### RESOLUÇÃO

#### RESOLUÇÃO Nº 003, de 4 de junho de 2013

Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de sacos de lixo biodegradáveis pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 65, inciso VI, alínea "k" do Regimento Interno,

#### DECRETA:

Art. 1º A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina utilizará sacos de lixo exclusivamente produzidos a partir de matéria-prima não poluente e biodegradável.

§ 1º A Assembleia Legislativa divulgará, por meio de seus veículos eletrônicos de comunicação, as vantagens da adoção da prática prevista no caput deste artigo.

§ 2º Para a finalidade do disposto no caput deste artigo, a Assembleia Legislativa poderá celebrar convênios e parcerias nas esferas pública e privada.

Art. 2º A Mesa regulamentará esta Resolução, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta de dotação própria consignada no orçamento da Assembleia Legislativa.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 4 de junho de 2013.

**Deputado JOARES PONTICELLI**

Presidente  
\*\*\* X X X \*\*\*